



**Universidade Do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores – PPF/SG  
Programa de Pós-Graduação em História Social  
Curso de Mestrado Acadêmico**

**Tânia dos Santos Tavares**

**Grupos de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)**

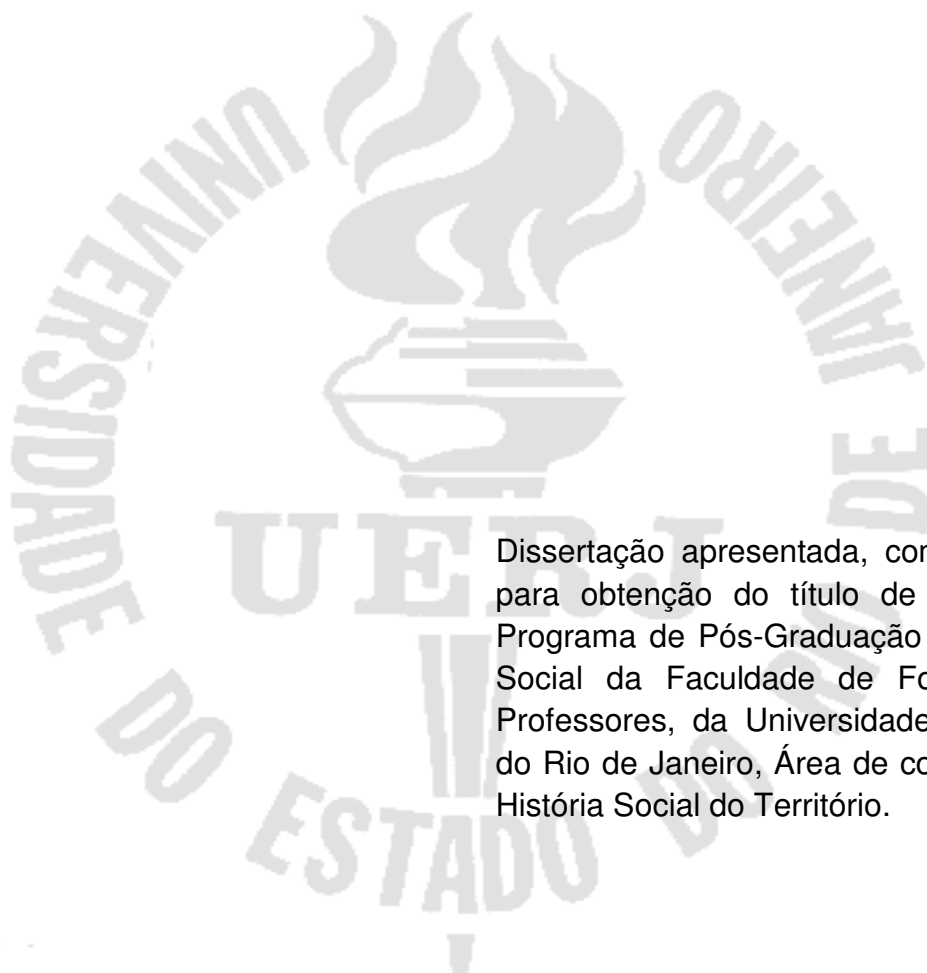
**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Christiane Laidler de Souza**

**São Gonçalo**

**2013**

**Tânia dos Santos Tavares**

## Grupos de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)



Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Christiane Laidler de Souza

São Gonçalo  
2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S000 Tavares, Tânia dos Santos

Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964) Tânia dos Santos Tavares. - 2013.

147f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Christiane Laidler de Souza  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

## **Grupos de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: História Social do Território.

Aprovado em: \_\_\_\_\_.

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Christiane Laidler de Souza (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP)

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Gelson Rozentino  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>o</sup> Jorge Ferreira  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

São Gonçalo  
2013

Dedico a meus pais Lêda dos Santos Tavares e José Fausto Tavares (in memoriam).

## AGRADECIMENTOS

A Deus em suas infinitas manifestações e por ter me permitido a oportunidade de realizar este trabalho.

Em especial a minha mãe, Lêda dos Santos Tavares, pela sua paciência e incentivo, durante essa trajetória, período em que tantas coisas aconteceram.

Ao Curso de Mestrado em História Social (UERJ/FFP), através de sua Coordenação e demais professores, que certamente condicionaram os resultados deste trabalho.

Um agradecimento especial à minha Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Christiane Laidler de Souza que com competência e serenidade me conduziu por este processo. Nossas conversas foram decisivas para os questionamentos oferecidos por esta pesquisa.

Andréia da secretaria de mestrado que ajudou fornecendo informações e se esforçou por facilitar esse período de estudos.

Aos funcionários das Bibliotecas da UERJ/FFP e Maracanã, UFF e Nacional que, com carinho e eficiência, facilitaram o acesso ao acervo da Instituição.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Johemir Jannotti Viegas, diretor da Divisão de Acesso a Informação, a estagiária Adriana Dias Gonçalves e a bibliotecária Joyce Silva Campos, que me auxiliaram nas buscas dos Inquéritos da Polícia/Política sobre os Grupos de Onze.

Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas (ANAPAP) de Duque de Caxias, em especial ao presidente desta entidade, senhor Nilson Venâncio pela sua disposição e interesse em me receber na associação para que eu realizasse minha pesquisa. Também sou grata aos funcionários da ANAPAP, Luiz Carlos Salazar que me possibilitou o contato com Alípio Cristiano de Freitas, que mora em Portugal e a secretaria Sandra Paula Pereira pela sua ajuda em buscar entre os associados, ex-integrantes dos Grupos de Onze.

Aos companheiros de curso Geilson Saraiva, pelo incentivo durante essa trajetória e Paulo César Silva, que ao me sugerir a ANAPAP, contribuiu decididamente para a produção desta dissertação.

Externo também meus agradecimentos ao meu irmão Flávio dos Santos Tavares pelas centenas de cópias e impressões de textos necessários para conclusão do curso de mestrado. Também agradeço a Carlos Augusto Révész pelo incentivo e a atenção de me presentear com livros que ajudaram bastante nessa jornada.

E a todas as pessoas que colaboraram para que este trabalho chegasse ao final.

“Não é uma denominação que imprime o caráter de um partido; não é nela que reside a sua essência e a sua índole, mas sim nos seus objetivos, na sua concepção e no espírito que o anima”.

(Alberto Pasqualine)qualin.



## Resumo

Os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas<sup>1</sup> foram um movimento de esquerda organizado pelo então deputado federal do estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola em outubro de 1963. Esses grupos tinham o objetivo de pressionar o presidente João Goulart para a realização das Reformas de Base. Os Grupos de Onze Companheiros tiveram vida curta e se desmobilizaram com o golpe civil/militar em 1<sup>a</sup> de abril de 1964.

No final de 1963 o Brasil estava mergulhado numa forte crise política e econômica, e, é nesse momento de instabilidade que o país vivia e de intensas transformações políticas e econômicas na sociedade brasileira, que o deputado Brizola numa ação extraparlamentar, conclama o povo, através da Rádio Mayrink Veiga a formarem os Grupos de Onze. Nesse período Brizola e João Goulart representavam o expoente máximo do trabalhismo nacional, o que alimentou o imaginário conservador da sociedade que caracterizou a organização brizolista como comunista.

Palavras-chave: Brizola. Governo João Goulart. Reformas de Base. Grupo de Onze.

---

<sup>1</sup> Os Grupos de Onze eram conhecidos também como Comandos Nacionalistas. Na documentação pesquisada foram encontradas várias formas de grafia referente ao termo: Grupo dos Onze, Grupo de Onze, Grupo dos 11 ou mesmo G11. Neste trabalho será utilizada a forma que verifiquei ser a usada pelo seu principal mentor, Leonel Brizola: Grupo de Onze.

## **Abstract**

Groups Eleven Companions or commands Nationalists were a leftist movement organized by then-Congressman State of Guanabara, Leonel de Moura Brizola in October 1963. These groups were designed to pressure President João Goulart to carry out the reforms Base. Groups Eleven Companions were short lived and demobilized with the coup civilian / military on 1st April 1964. In late 1963, Brazil was plunged into a strong political and economic crisis, and it is in this time of instability that the country lived and intense political and economic transformations in Brazilian society, which the deputy Brizola an extra-parliamentary action, urges the people through Radio Mayrink Veiga to form groups of eleven. During this period Brizola and Goulart represented the pinnacle of the national Labour, which fueled the imagination of conservative society that characterized the organization as a communist brizolista.

Keywords: Brizola. João Goulart government. Grassroots Reform. Group of Eleven.

## Lista de Ilustrações

Figura 1. Anúncio “colaboração com a imprensa livre.....84

Figura 2. Financiamento da “verdade” através da Rádio Mayrink.....85

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ANAPAP	Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionista
AP	Ação Popular
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
G.11	Grupo de Onze
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
MASTER	Movimento dos Agricultores sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PSD	Partido social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileira
PUA	Pacto e Unidade e Ação
SOPS	Supervisão de Ordem Política e Social
SAMDU	Serviço de Assistência Médica e Domiciliar e de Urgência
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)</b> .....	20
1.1 Trabalhismo e populismo uma breve discussão.....	26
1.2 Herança de Vargas.....	34
1.3 Campanha da Legalidade.....	36
1.4 Forças Armadas e a Sociedade Civil.....	37
1.4.1 Plebiscito.....	41
1.5 Os Nacional-Revolucionários.....	44
1.6 Estado de Sítio.....	45
<b>2. LEONEL BRIZOLA E O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)...</b>	50
2.1 Leonel Moura Brizola: Um esquerdista revolucionário.....	50
2.2 Reforma Agrária.....	61
2.3 Poder Carismático.....	65
2.4 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).....	68
<b>3. O GRUPO DOS ONZE</b> .....	75
3.1 Os Onze Companheiros.....	75
3.2 Uma organização do povo.....	76
<b>4. DEPOIMENTOS DOS EX-INTEGRANTES DO GRUPO DE ONZE</b> .....	89
4.1 Instruções Secretas.....	95
4.2 O Fantasma do Comunismo.....	105
4.3 A Influência da Mídia.....	110
4.4 O Porta Voz.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
<b>FONTES ORAIS</b> .....	123
<b>ANEXOS</b> .....	125

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo verificar uma pequena parte da história política brasileira. Os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas<sup>2</sup> foram um movimento de esquerda organizado pelo então deputado federal do estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola em outubro de 1963. Esses grupos tinham o objetivo de pressionar o presidente João Goulart para a realização das Reformas de Base. Os Grupos de Onze Companheiros tiveram vida curta e se desmobilizaram com o golpe civil/militar em 1<sup>a</sup> de abril de 1964.

Ao iniciar este trabalho deparei-me com a pouca bibliografia a respeito desse tema, talvez pela curta duração que esse movimento teve. Mesmo assim, os Grupos de Onze tiveram grande repercussão política sendo comparados a células comunistas, no entanto, verificamos em nossa pesquisa que tratava-se de simples trabalhadores urbanos, que, logo após o golpe civil/militar foram perseguidos, presos e torturados pela ditadura militar.

Cabe ressaltar que a organização brizolista se deu num período de intensas transformações políticas e econômicas na sociedade brasileira, que foram determinantes para o surgimento de movimentos e grupos sociais, sobretudo de esquerda, que participaram ativamente das lutas e dos conflitos de classe.

A crise de 1961 gerada com a renúncia de Jânio Quadros e o sucesso da resistência liderada pelo ex- governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola no episódio da Campanha da Legalidade, seguida pela estatização de empresas americanas e expropriações de terras, provocaram no líder gaúcho a confiança de que a pressão popular forçaria a aprovação das Reformas de Base.

Nesse período Brizola e João Goulart representavam o expoente máximo do trabalhismo nacional. Mas a ideologia trabalhista desses dois petebistas não foi suficiente para mantê-los na mesma luta em prol das reformas estruturais. Ao assumir o Executivo, João Goulart apostava num regime moderado pela via de uma política de conciliação, através de alianças com o PSD, e outros partidos de direita. A intenção era obter apoio tanto da direita, vinculada ao mercado interno, como da

---

<sup>2</sup> Os Grupos de Onze eram conhecidos também como Comandos Nacionalistas. Na documentação pesquisada foram encontradas várias formas de grafia referente ao termo: Grupo dos Onze, Grupo de Onze, Grupo dos 11 ou mesmo G11. Neste trabalho será utilizada a forma que verifiquei ser a usada pelo seu principal mentor, Leonel Brizola: Grupo de Onze.

esquerda, para a realização de seus projetos.<sup>3</sup> Por outro lado, Brizola, que representava a ala mais radical dentro do PTB, cobrava de seu cunhado mais audácia e coragem nos seus atos de governo. O deputado não acreditava que o Congresso Nacional aprovasse um projeto nacional-reformista que trouxesse mudanças profundas para o país, principalmente porque tal projeto atingia os interesses das classes dominantes.

Para tanto, Brizola defendia ações mais radicais para as transformações que propunha, como a possibilidade de fechar do Congresso Nacional, além de defender a intervenção das Forças Armadas no processo político, ideias essas que despertaram ainda mais os temores dos setores conservadores civis e militares da sociedade de que uma onda comunista ameaçasse invadir o Brasil. Essa dualidade política entre Brizola e seu cunhado Jango caracterizou um “segundo momento do trabalhismo”, que teve seu embrião na política estadonovista de Getúlio Vargas na década de 30. Entre os anos de 1954 e 1964, o PTB passou por disputas internas para definir “as bases de atuação do partido.”<sup>4</sup> Essa situação contribuiu para anular os esforços de Jango para conseguir apoio para seu governo tanto da esquerda como da direita.

No final de 1963 o Brasil estava mergulhado numa forte crise política e econômica, e, é nesse momento de instabilidade que o país vivia, que Brizola utilizou de um expediente já conhecido em 1961 no episódio da Legalidade: a força do rádio. Numa ação extraparlamentar<sup>5</sup>, o então deputado federal pelo estado da Guanabara, pelos microfones da rádio Mayrink Veiga, conclamou o povo, a organizar células de onze integrantes. O deputado apostava mais uma vez na pressão popular. Desta vez para forçar a aprovação das Reformas de Base.

<sup>3</sup> João Goulart fez uma política de conciliação com os diversos partidos representados no Congresso com objetivo de garantir a implantação de seu programa de governo. Este defendia os reajustes salariais periódicos compatíveis com os índices inflacionários, política externa independente, nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e a Reformas de Base. Desta última, destacava-se a reforma agrária. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/João Goulart](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/João%20Goulart)>. Acesso em: 11 de Maio de 2012.

<sup>4</sup> GOMES, Ângela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: Revista anos 90, v. 11, n. 19/20. Porto Alegre, 2004. P. 11-20.

<sup>5</sup> Como deputado federal pelo estado da Guanabara Brizola “direcionou sua atividade política muito mais para luta fora do Congresso do que dentro dele. De acordo levantamento feito Maria Helena Versiani, até 10 de abril de 1964, quando teve seu mandato cassado pelo regime militar, Brizola proferiu apenas 16 discursos no plenário da Câmara dos Deputados: sete defendiam o encaminhamento pelo governo do projeto de reforma agrária, três sublinhavam a necessidade de organização dos trabalhos das comissões parlamentares dentro da câmara tendo em vista a agilização do programa de reformas políticas, quatro denunciavam ações antinacionalistas subliminares à compra pelo governo federal de empresas concessionárias de serviços públicos, e dois denunciavam uma articulação da empresa jornalística Diários Associados com o Banco do Brasil, envolvendo de um lado sucessivas concessões de crédito e, de outro, total, inadimplência.” Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Força do Povo: BRZOLA e o Rio de Janeiro*. (Org.) FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Alerj, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. 2008, p. 31.

Através do programa Rede do Esclarecimento, que ia ao ar todas às sextas-feiras às 21 horas,<sup>6</sup> seus discursos foram amplificados chegando aos lugares mais distantes do território nacional. Ele chamava o povo para a luta contra o imperialismo e as mazelas sociais pelas quais passava a população brasileira. Dessa forma não foi difícil conseguir a adesão da população mais carente do campo ou da cidade. Além disso, a organização de células de onze integrantes remeteria a uma equipe de futebol, esporte popular mais difundido entre os brasileiros, o que facilitou a adesão de milhares de pessoas de todo o país.

A rápida proliferação dos Grupos de Onze em todo território nacional deu-se em pleno evento da Guerra Fria e pós Revolução Cubana, o que alimentou o imaginário conservador da sociedade que caracterizou a organização brizolista como comunista. Setores de direita civil e militar, a imprensa opositora e a Igreja Católica começaram uma intensa guerra anticomunista contra todos aqueles que apoiavam as Reformas de Base e se identificavam com a ideologia antiamericana. Eles acreditavam que esses “grupos” estavam se armando, e formando um verdadeiro exército revolucionário, no entanto nossas pesquisas demonstraram que os grupos eram formados por trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais.<sup>7</sup>

Nossa intenção é explicar as propostas políticas dos Grupos de Onze e as perspectivas políticas de pessoas que ingressaram no movimento brizolista, identificando, assim, o papel que essa organização desempenhou no período de outubro de 1963 a 30 de março de 1964. Além disso, este estudo discute a atuação desses integrantes dos Grupos de Onze que foram, durante o período, caracterizados como comunistas e facções armadas que rondavam o imaginário social da época. As representações criadas em torno dos Comandos Nacionalistas fizeram parte de um conjunto de representações criadas pela sociedade conservadora, através do qual ela define os fins que deseja alcançar.<sup>8</sup>

No que se refere aos integrantes dos Grupos de Onze que pesquisamos, estes demonstraram ser simples trabalhadores urbanos, que, independentemente da facção partidária, viam na figura de Brizola a liderança capaz de lutar pela classe trabalhadora. Segundo E. P. Thompson<sup>9</sup> a consciência de classe não é definível

---

<sup>6</sup> LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008. p. 251.

<sup>7</sup> GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. p. 81.

<sup>8</sup> ANSART, Pierre. *Ideologia, conflitos e poder*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1978, pp. 21-22.

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10.



apenas em termos econômicos, ela surge das experiências políticas, econômicas e culturais vividas pelos próprios trabalhadores. Para este autor, a classe acontece ou existe quando grupos de homens compartilham experiências comuns, em termos políticos e culturais e as materializam em “tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

Portanto, esses trabalhadores integrantes dos Grupos de Onze estavam ligados a um projeto de valorização política do trabalho, que teve seu início ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas.<sup>10</sup>

A hipótese dessa pesquisa é de que os Grupos de Onze não configuravam grupos comunistas ou revolucionários capazes de implantar um sistema comunista como foram representados pela oposição. Os envolvidos eram em sua maioria trabalhadores que acreditavam que ao participarem do movimento brizolista, estariam lutando pela implementação das Reformas de Base e se “preparando” contra um possível golpe que estava sendo orquestrado pela direita.

A metodologia utilizada neste trabalho constitui-se em pesquisa oral, bibliográfica e dos informes de investigação do Departamento de Ordem Social (DOPS) do Estado da Guanabara que se encontram aos cuidados do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Neles constam inquéritos de investigação e dossiês sobre os Grupos de Onze, projetados por Brizola, e a suposta articulação desse grupo, considerado subversivo pela polícia política, para a tomada de poder.

Neste trabalho a História Oral foi de vital importância para o esclarecimento dos fatos e percepções da época estudada. Através dela, buscou-se esclarecer fatos ocorridos no período anterior ao golpe militar, relativos à formação dos Grupos de Onze e ao cotejo com as fontes formais, propiciando uma pesquisa comparativa entre os depoentes e o que está na documentação escrita produzida pelo DOPS.

Não foi tarefa fácil localizar pessoas que participaram do movimento brizolista, depois de quase 50 anos. Durante o processo de pesquisa muitos nomes foram citados, mas poucos encontrados. Alguns não lembravam, ou não quiseram falar sobre o assunto. Para esses as recordações são dolorosas. Nesse sentido ao trabalhar com a História Oral estamos lidando com memórias, e estas são seletivas, sujeitas as emoções e ao esquecimento, pois ao contar sua história, o entrevistado

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1977.

traz para o presente lembranças do que determinado evento representou para ele, ou para o grupo no qual estava inserido.

Dessa forma, o documento obtido após uma entrevista é de vital importância para um estudo de determinado evento, “(...) uma vez que revela o clima de uma época, ou de uma problemática, obtido a partir do diálogo espontâneo que sugere a trama de relações e de processos subjacentes aos acontecimentos narrados”.<sup>11</sup>

A maioria dos entrevistados faz parte da Associação dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas (ANAPAP) do município de Duque de Caxias. Não foi uma escolha intencional trabalhar com esta cidade, mas foi nela que consegui encontrar personagens que participaram do meu objeto de estudo. Esses depoimentos me ajudaram a conhecer as expectativas dessas pessoas em relação às propostas do líder trabalhista, e, ainda, definir o que foram esses grupos.

Para fins de organização desse trabalho, optou-se por dividi-lo em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, *Contexto político e social do Governo João Goulart (1961-64)*, pretende-se, através da revisão bibliográfica, analisar o contexto político, social e econômico do governo João Goulart e a conflituosa relação do Executivo com o Legislativo até o desfecho do Golpe Civil/Militar que o depôs em março de 1964.

No segundo capítulo, *Leonel Brizola e o Partido Trabalhista Brasileiro PTB*, pretende-se apresentar alguns itens importantes para uma melhor compreensão dos elementos históricos e políticos envolvidos na configuração da atuação e da trajetória política de Leonel Moura Brizola e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No terceiro capítulo, *Os Onze Companheiros*, destacaremos como foi a formação dos Grupos de Onze pelo então deputado federal Leonel Brizola, através de chamamento radiofônico utilizando a Rádio Mayrink Veiga, onde conclamava o povo para se organizar em defesa das reformas de base. Para tanto estão sendo utilizadas como fontes de pesquisa depoimentos e entrevistas com pessoas que participaram do movimento, revelando suas visões sobre esse fenômeno e, ainda, a bibliografia e os boletins de ocorrência e relatórios da polícia política (DOPS) do

---

<sup>11</sup> CAMARGO, Aspásia A. de; NUNES, Marcia B. M. *Como fazer uma entrevista?* Rio de Janeiro: Doc.CPDOC. 714. p.5.

estado da Guanabara que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Ao trabalhar com entrevistas, utilizaremos os métodos oferecidos pela História Oral e recorreremos às discussões que tratam das relações entre a história e memória.

No quarto capítulo daremos destaque aos depoimentos dos ex-integrantes dos Grupos de Onze.

Na conclusão do trabalho, serão discutidos os resultados da investigação em torno da formação e atuação dos Grupos de Onze Companheiros, esquerda do PTB que atuou de outubro de 1963 a até o desfecho do golpe civil/militar em 1º de abril de 1964, que depôs o governo de João Goulart. Por meio das fontes, já citadas, reconheceremos como esses grupos formados por Brizola deram significados e interpretaram a realidade social que viveram contrapondo-se com os relatórios do DOPS e o imaginário criado em torno deles.

## Capítulo 1 - Contexto político e social do governo João Goulart (1961-1964)

João Belchior Marques Goulart assumiu a Presidência da República no dia 7 de setembro de 1961, num período bastante conturbado da política nacional, com o país à beira de uma guerra civil. Seu governo se viu envolvido por uma série de tramas orquestradas por seus opositores - representados pela classe média e altas cúpulas do empresariado nacional em conluio com o capital internacional, e parte das forças armadas -, até o desfecho do golpe. O governo de Goulart estabeleceu-se numa política de equilíbrio entre a esquerda e os setores conservadores da sociedade. Sua intenção era ampliar sua base política, buscando apoio do centro sem abrir mão de sua relação com os setores de esquerda, e dessa forma conseguiu apoio para seus projetos de desenvolvimento do país. Através desse contexto político propomos recuperar o processo, histórico que se deu a partir de agosto de 1961.

No início da década de sessenta, o Brasil apresentou um quadro de efervescência social que afetou os vários níveis da vida nacional. O modelo econômico engendrado na década anterior conhecia sua primeira crise. De acordo com Mesquita,

o início dos anos sessenta foi, em suma caracterizado por aceleração inflacionária, tentativas fracassadas de estabilização e intensa instabilidades política, um quadro no qual se intensificaram tensões que já estavam presentes desde nos anos quarenta e cinquenta.<sup>12</sup>

O país sofria com o reflexo de uma “herança macroeconômica” deixada por Juscelino Kubistchek e que seu sucessor Jânio Quadros que com seu governo “frágil” não conseguiu resolver. E complementa que mesmo com avanço da economia no período de 1956 a 1960 com um aumento do PIB de quase 50% e a produção industrial atingindo mais de 60% a inflação desse mesmo período passou de 11,8% para 25,4% gerando déficits insustentáveis para o país, num “período de forte expansão do comércio mundial”.<sup>13</sup>

Jango, como também era conhecido, por seus amigos e adversários, foi vice-presidente do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). Juscelino, que foi eleito pela coligação PSD-PTB, teve seu mandato caracterizado pela ênfase no

<sup>12</sup> MESQUITA, Mário M. C. *Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura*. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td569.pdf>>. Acesso em: 30 de Abril de 2012, pp. 1-2.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 2.

crescimento acelerado, que se deu através de um programa de desenvolvimento que ficou conhecido com o Plano de Metas<sup>14</sup>.

Segundo Bandeira (1978), o programa se realizou “à custa de substanciais concessões aos capitais estrangeiros. O governo de Kubistchek “que expressava os anseios da burguesia cosmopolita conjugava favores fiscais, de modo a atrair investimentos das empresas estrangeiras no país, concedendo-lhes ‘vantagens, isenções e privilégios’”.<sup>15</sup> Para tanto instituiu a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)<sup>16</sup>, que revitalizou a Lei de Tarifas, que permitia, segundo Bandeira (1978), a “importação de máquinas e equipamentos obsoletos, valorizados como se novos fossem, sem cobertura cambial ou restrição de qualquer espécie”.<sup>17</sup> Sem o mesmo direito que as empresas internacionais, essa medida impedia o crescimento das industriais nacionais ao “mesmo tempo que acomodou o desenvolvimento do Brasil às conveniências do capitalismo internacional”.<sup>18</sup>

Ainda de acordo com Bandeira, essa política econômica rendeu ao governo Kubistchek certa estabilidade temporária garantida também, através de uma política de conciliação “com o movimento de massas em ascensão, sobretudo por meio do PTB”.<sup>19</sup> Mas o resultado dessa investida foi uma “burguesia tradicional” sobrepujada por empresários norte-americanos e um Estado cada vez mais influenciado por decisões internacionais. Já no final de seu governo, Kubitschek rompe com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o que não significou a estabilização da economia brasileira. Para tentar solucionar o problema pediu empréstimos aos bancos internacionais a juros elevados, aumentando ainda mais o valor da dívida externa. A solução encontrada foi a emissão de papel moeda o que acarretou no achatamento do salário das classes menos favorecidas. O resultado foi o impasse em torno das Reformas de Base que se configurou em uma série de greves e ocupações de terras, que deixou o país mergulhado numa atmosfera de insegurança política, social

---

<sup>14</sup> Crescimento econômico acelerado a partir da expansão do setor industrial, com investimentos na produção de aço, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico.

<sup>15</sup> BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 18.

<sup>16</sup> A SUMOC foi criada em 1945 com o objetivo de exercer o controle monetário e preparar a organização de um banco central, tinha a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas de redesconto e da assistência financeira de liquidez, bem como os juros sobre os depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o País junto a organismos internacionais.

<sup>17</sup> BANDEIRA, Moniz, op.cit, 1978, p. 18.

<sup>18</sup> Ibidem, pp. 18-19.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 20.

e econômica que se manifestou com a eleição de Jânio de Quadros para a Presidência da República.

O candidato da União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros, assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1961. De acordo com Mesquita (s/d), sua vitória deveu-se à coligação do eleitorado conservador com os segmentos sensíveis a suas propostas, bem como certa negligência benigna por parte do presidente Kubitschek, que aparentemente contava em suceder Quadros no Pleito de 1965.<sup>20</sup> Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de 1960 recebendo uma votação expressiva. Foram 48% dos votos do eleitorado, contra 32% dados a Henrique Teixeira Lott e 20% a Ademar de Barros.<sup>21</sup> No mesmo pleito, pela segunda vez, João Goulart, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito vice-presidente.<sup>22</sup>

Durante sua candidatura, Jânio Quadros teve o apoio da UDN, que viu nisso a oportunidade de derrotar a oligarquia pessedista e o trabalhismo em ascensão.<sup>23</sup> O movimento Jan-jan, de caráter não oficial lançado em 1959, lançava Jânio Quadros como presidente e João Goulart, líder do PTB, como vice, ambos efetivamente eleitos em outubro de 1960. As dificuldades entre “Jânio e a UDN”, que marcariam o curto governo janista, “já se faziam presentes durante a campanha presidencial”.<sup>24</sup> Jânio deixou claro em sua campanha que “não se encontrava de modo algum comprometido com o apoio desse partido”.<sup>25</sup> Seu programa de governo estabelecia o controle da inflação e o saneamento das finanças públicas, aliados ao desenvolvimento econômico; defendia o fortalecimento da Petrobrás e o controle das remessas de lucros para o exterior, aproximando-se, assim, das teses defendidas pelo PTB. Mas, era, sobretudo, seu posicionamento em relação à política externa que o distanciava da UDN. A visita que fez a Cuba, em março de 1960, quando demonstrou simpatia pela experiência socialista em curso naquele país, deixou claro esse distanciamento.

---

<sup>20</sup> MESQUITA, Mário M. C. *Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura*. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td569.pdf>>. Acesso em: 30 de Abril de 2012.

<sup>21</sup> A Campanha presidencial de Jango. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossiês/Jango/artigos/Campanha1960/A\\_Campanha\\_presidencial\\_de\\_1960](http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossiês/Jango/artigos/Campanha1960/A_Campanha_presidencial_de_1960)>. Acesso em: 30 de Abril de 2012.

<sup>22</sup> Ressaltamos que naquela época as regras eleitorais estabeleciam chapas independentes para a candidatura a vice-presidente, por esse motivo, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi reeleito.

<sup>23</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982, pp. 234-235. Para este autor Jânio Quadros embora não fosse “um aliado da UDN, significava a única esperança desse partido no sentido de reverter seu incontestável número de derrotas em eleições presidenciais”.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 235.

A posse de Quadros juntamente com seu vice João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1961, aconteceu após 15 anos de domínio do PSD, o que significou a chegada ao poder da oposição, embora com uma bancada minoritária no interior do Congresso. Com o tempo, o presidente foi perdendo o pouco apoio que tinha no Congresso Nacional, devido a sua política independente, que gerou sérios conflitos entre o Executivo e o Legislativo. O ponto alto desse impasse político foi à renúncia de Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente Goulart.

O governo de Quadros foi visto pelos seus críticos como ambíguo. Foi eleito com a ajuda de um partido conservador e, foi com essa visão conservadora que ele compôs seu ministério, que era formado basicamente por membros da UDN e de partidos menores. Com exceção do Ministério dos Transportes, os tradicionais representantes do desenvolvimentismo de Vargas PSD e PTB, não receberam cargos no primeiro escalão do governo. Segundo Skidmore,

Encontravam-se também visivelmente ausentes os líderes do movimento dos indivíduos sem partido (Movimento Popular Jânio Quadros) que haviam desempenhado importante papel em sua campanha. (...) No entanto ele menosprezou este tipo de instituição.<sup>26</sup>

Nesse período o PSD e o PTB estavam empenhados em manter a aliança vitoriosa conseguida em 1955. Os dois partidos decidiram apoiar o nome do marechal Henrique Teixeira Lott para cabeça da chapa que disputaria a presidência da República e a reeleição de João Goulart como vice o que ocasionou forte resistência da ala conservadora do PSD. Por outro lado a UDN, vislumbrava na vitória de Jânio Quadros a oportunidade de derrotar a oligarquia pessedista e o PTB que estava em ascensão.

O governo de Quadros transcorreu num período marcado pelo prenúncio de grave crise econômica, pela diversificação dos movimentos sociais, como os das Ligas Camponesas e greves, além da crescente intervenção, tanto de militares, quanto da Igreja, na cena política. No quadro econômico, Quadros adota medidas consignadas na instrução 204 da SUMOC. O objetivo era restabelecer a credibilidade do país junto aos organismos internacionais. Em 1959 o Brasil havia rompido as relações com o FMI, e, a partir de então, além de perder acessos aos empréstimos compensatórios para cobrir os déficits no balanço de pagamentos, viu

---

<sup>26</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982, p. 239.

dificultada a negociação de novos empréstimos com a comunidade financeira internacional.<sup>27</sup>

A instrução 204 da SUMOC foi à medida econômica encontrada por Jânio Quadros para renegociar a dívida externa brasileira com os credores internacionais, aumentando a confiança destes em relação ao Brasil e, por outro lado, representava uma posição mais liberal em relação à política internacional. Além disso, o presidente também tentou resolver os problemas “evitando os passivos internos e externos” deixados pelo governo anterior Juscelino Kubitschek, impedindo dessa forma o “colapso cambial”.<sup>28</sup> A liberação cambial instituída por Quadros ainda era um assunto delicado entre as autoridades monetárias internacionais. Mas estas, que haviam aprovado o programa antiinflacionário brasileiro em maio e junho, começam a exceder os limites de crédito, estipulado no início desse mesmo ano.<sup>29</sup>

Outra característica marcante do seu governo foi seu discurso moralista. Quadros desenvolveu uma série de investigações e agiu com rigor contra alguns direitos e regalias do funcionalismo público. Reduziu as vantagens até então asseguradas ao pessoal militar ou do Ministério da Fazenda em missão no exterior, e extinguiu os cargos de adidos aeronáuticos junto às representações diplomáticas brasileiras. Desse modo Quadros atingiu pessoas ou grupos vinculados ao governo Kubitschek que ainda se encontravam em atividade. Suas investigações aplicavam também o seu vice Goulart em irregularidades, como “ao uso de fundos da previdência social”, atitude que fez Jango se manifestar contra o chefe do Executivo.<sup>30</sup> Do ponto de vista administrativo, tentou uma maior centralização de poderes com a adoção de uma mecânica de decisões que diminuísse a interferência do Congresso Nacional e ampliasse a esfera de competência da Presidência.

Com o fortalecimento do movimento sindical e das ligas camponesas, e o crescimento dos conflitos sociais, começou a ganhar corpo um movimento político a

---

<sup>27</sup> Cabe ressaltar que quando Juscelino Kubitschek percebeu que não conseguiria levar adiante o seu plano de metas, rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que ganhou maior sentido porque se aproximavam as eleições presidenciais de 1960. Para mudar, ou tentar reverter o quadro, buscou dinheiro emprestado nos bancos internacionais a juros elevados, dobrando o valor da dívida externa: emitiu papel moeda, causando inflação, o que acabava com o salário das classes menos favorecidas. Assim, ao concluir o governo, JK deixou o país mergulhado em uma atmosfera de insegurança econômica, política e social.

<sup>28</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. Relativizando o Leviatã: Empresários e Política Econômica no Governo Jânio Quadros (jan-ago/1961). *Anais*, XXXVI. Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), Salvador, 9-12 dez 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acessado em 30 de Abril de 2012.

<sup>29</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo* (1930-1964). 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982, p. 242.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 244.



favor das chamadas Reformas de Base e de uma reorganização institucional. O próprio movimento sindical estabeleceu relação ambígua com o governo, apoiando sua política externa, combatendo a econômica, ao mesmo tempo em que divergia, em sua maioria, da proposta de abolição do imposto sindical, sustentada pelo ministro Castro Neves.<sup>31</sup> Em agosto, mês em que Jânio renunciou, eram evidentes os sinais de falta de estabilidade no seu governo. Essas manifestações se intensificaram no governo de Goulart, e, se combinaram com o colapso do sistema político, o golpe de 64.

Se valendo da conjuntura internacional, Jânio Quadros aproveitou para adotar uma política independente: distanciou-se da decisão dos Estados Unidos ao isolar Cuba; estabeleceu o fortalecimento de vínculos comerciais e diplomáticos com os países socialistas, sobretudo com a União Soviética, e apoiou a descolonização da África. Atitude que gerou grande incômodo entre os udenistas.

Através de sua política externa independente, Quadros começou a se identificar com uma postura “‘nacionalista’, contrária à maioria da UDN e aos oficiais ‘anticomunistas’, entre os militares”, o que era considerado por estes, como antiamericanismo, principalmente no que se referia a Cuba.<sup>32</sup> No dia 18 de agosto em meio às greves, e à ascensão dos movimentos sociais, que assolavam seu governo, Quadros condecorou Ernesto ‘Che’ Guevara, ministro da Indústria de Cuba de passagem pelo Brasil vindo da Conferência de Punta Del Leste, com a ordem Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. O episódio aconteceu sem uma prévia consulta do presidente aos seus ministros das Relações Exteriores e militares, e membros do Conselho de Estado da Ordem. Esse gesto acirrou o conflito dos militares, a Igreja, os grupos conservadores liderados por Carlos Lacerda e a imprensa contra a política independente de Quadros. A consequência dessa política independente resultaria na renúncia de seu governo no dia 25 de agosto de 1961.

Sua renúncia gerou uma grave crise institucional. O vice-presidente eleito João Goulart, de acordo com a Constituição de 1946, tinha a prerrogativa constitucional de assumir o cargo de chefe do Executivo do país. “O artigo 79 declarava simplesmente que o vice-presidente substitui o presidente”.<sup>33</sup> Apesar do

---

<sup>31</sup> Francisco de Carlos de Castro Neves foi ministro do Trabalho e da Previdência Social de 31 de agosto a 25 de agosto de 1961.

<sup>32</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo* (1930-1964). 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982, p. 248.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 252.

que dizia o texto da carta maior do país, a posse do vice-presidente João Goulart não se efetivou, pelo menos naquele momento. No dia da renúncia, Jango estava em visita oficial à China, e essa situação “levantou imediatamente um violento debate”.

O veto à posse do vice-presidente já demonstrava o esforço político que o governo Jango teria que enfrentar na instauração de seu projeto trabalhista. O embate político ideológico, que se seguiu após esse episódio, resultou num processo de radicalização que representou a desestabilização de seu governo. Porém, se faz necessário uma análise do contexto histórico da política brasileira para situar a categoria “trabalhismo”, antecedendo aos fatos que levaram ao Golpe civil-militar.

Foi durante o governo Vargas que, configurou-se uma aproximação com as classes trabalhadoras baseada no atendimento de suas demandas. Contrários a essa política trabalhista, grupos opositores, ligados ao capital internacional e aos seus interesses internos renomearam essa categoria pejorativamente de populismo. Porém, o termo populismo não se prestaria apenas ao caso brasileiro. Por ser um conceito polissêmico serviu para tratar várias formas de governos como do México, com Lázaro Cárdenas (1934-1940) e da Argentina, com Juan Domingos Perón (1946- 1955). No caso brasileiro, durante algum tempo o conceito de populismo foi usado não somente para identificar a política trabalhista do governo de Vargas, e ainda de outros políticos como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Jânio Quadros e João Goulart.

### **1.1 - Trabalhismo e populismo uma breve discussão**

Neste subcapítulo não temos a pretensão de identificar e delinear as principais propostas elaboradas pela historiografia para conformar noções explicativas sobre as categorias populismo e trabalhismo. Entende-se ser importante, ao menos uma breve análise sobre esses conceitos, para que possa auxiliar no desenvolvimento deste trabalho.

O termo “populismo”<sup>34</sup> foi utilizado a partir da criação do Grupo de Itatiaia em 1952. O grupo era composto por renomados intelectuais da época, entre eles o

---

<sup>34</sup> O conceito de populismo foi usado para caracterizar a organização política brasileira, especialmente entre 1930 e 1964, época da transição da sociedade tradicional agrária para sociedade urbana industrial. É

sociólogo Hélio Jaguaribe, Francisco Weffort, e Guerreiro Ramos, que era vinculado à criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), e, da sua publicação *Cadernos de Nosso Tempo*. O objetivo era discutir os problemas políticos, sociais e econômicos relacionados ao desenvolvimento do país e, por conseguinte, criar projetos políticos capazes de solucionar tais problemas.<sup>35</sup> Na perspectiva desses cientistas sociais, o populismo estava relacionado com a Revolução de 1930 e, a partir de 1960, com o surgimento de políticos como Leonel Brizola, Miguel Arraes e João Goulart o debate sobre o conceito “populismo” se abre para fase de investigação.

De acordo com esses intelectuais, a característica do populismo estava embasada na transição de uma economia dependente de base agroexportadora para uma economia urbano-industrial em fase de expansão, e, se caracterizou como uma forma de expressão de um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, onde líderes carismáticos, através de seus apelos demagógicos, manipulavam instituições e a “massa” de trabalhadores sem consciência política e de suas necessidades.

Segundo Weffort é nesse estágio de desenvolvimento que as relações de trabalho da sociedade sofreram importantes alterações com o surgimento de movimentos populistas, compostos principalmente de amplas massas de escassa ou nenhuma experiência no mundo urbano. Nesse contexto, o populismo é compreendido como processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930, conforme analisa o autor:

Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-64).<sup>36</sup>

O populismo, surgido após um longo processo de transformação da sociedade brasileira desde 1930, se manifestará de duas maneiras: como um estilo

---

caracterizado, ainda, como política de massas, que tem seu fundamento na democracia populista, baseada, apolítica demagógica, assistencialista e clientelística.

<sup>35</sup> GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>36</sup> WELFORT, Francisco Correia. *O Populismo na política brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 61.

de governo e como uma política de massas.<sup>37</sup> Segundo Weffort, o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações.

uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política de emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado.<sup>38</sup>

Dessa forma, entende-se que a instabilidade das classes dominantes, faz com que estas se aproximem das classes populares, com o intuito de manter seu *estatus quo*. Assim, surge uma legislação trabalhista que estabelece um pacto entre o Estado e a sociedade para manter o controle das mesmas.

Outro autor que interpreta a noção de populismo é Octávio Ianni. Este vai delimitar temporalmente anos de 1945 a 1964, período denominado de “democracia populista”, e, seu esgotamento com o golpe civil-militar em 1964. Para ele o populismo brasileiro surge com a política varguista, época em que as “massas” emergiam com a industrialização do país, processo acelerado, a partir do modelo de substituição de importações cujo, o deslocamento do eixo dinâmico da economia passou para o setor urbanoindustrial. Dessa forma, a política de massas seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política da classe trabalhadora, que em virtude da sua origem rural, seu atraso cultural e sua inexperiência política, estava destituída de uma consciência de classe. Com essa interpretação, tem-se a idéia de que os trabalhadores eram facilmente galvanizados e instrumentalizados pelas lideranças carismáticas.

O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político. Ao lado das medidas concretas, desenvolveu-se a ideologia e a linguagem do populismo. Ao mesmo tempo que os governantes atendem a uma parte das instituições do proletariado urbano, vão se elaborando as instituições e os símbolos populistas. Pouco a pouco, formaliza-se o mercado de força de trabalho, no mundo urbano-industrial em expansão. Ao mesmo tempo, as massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> WELFORT, Francisco Correia. *O Populismo na política brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 61.

<sup>38</sup> *Ibidem*, pp. 62-63.

<sup>39</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do Populismo no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968, p. 218.

A interrupção desse sistema político de massa, segundo Ianni, se deu com o esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período de transição (de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana e industrial) conduzido por um Estado intervencionista e por líderes carismáticos, que buscam legitimar-se através da política de massas.<sup>40</sup>

Dessa forma, a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações. Ainda segundo Ianni

Borghismo, queremismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro. No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específicas de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira.<sup>41</sup>

Percebemos que nas concepções de Weffort e Ianni, as relações entre trabalhadores e líderes partidários, nesse período, desenvolveram-se a partir do paradigma populista, iniciada na política varguista de desenvolvimento econômico, caracterizada pela combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial. Nesse contexto, o governo Getúlio Vargas foi responsável por um processo de mediação e institucionalização das novas forças e interesses ligados ao mundo do trabalho.

Dessa forma, os trabalhadores desse período (1930-1964), aparecem como uma massa amorfa, potencialmente manipuláveis e dependentes do Estado e do partido, que dá legitimidade política às ações do executivo. A origem dessa política de massa estaria na origem rural dessa sociedade, de seu atraso cultural e de sua inexperiência política, que resultaria a classe trabalhadora destituída de uma consciência de classe facilmente manipulados e cooptados por um Estado paternalista e por líderes carismáticos e demagógicos.

Contra-pondo-se a essa concepção inicial do fenômeno populista, Gomes advoga a necessidade de dar maior destaque ao papel ativo do trabalhador em suas manifestações e resistência. Nisso, reside à grande dificuldade de utilização do

---

<sup>40</sup> IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 218

conceito de populismo que remetia a idéia de manipulação política. Para ela a relação entre o Estado e a classe operária, não significou um operariado passivo, “sem uma verdadeira consciência”, sendo manipulados por políticos inescrupulosos e trocando obediência por benefícios. Por outro lado, a autora enfatiza que:

[...] idéias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim, queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as idéias e práticas nelas contidas são permanentemente reinventadas através do tempo<sup>42</sup>

Com essa proposição, Gomes rejeita o uso do conceito de “populismo” e propõe a idéia do “pacto trabalhista”, para refletir acerca das relações entre o estado e a classe trabalhadora. Ela defende que houve uma combinação com a lógica simbólica embutida no discurso estatal, cujas mensagens fundamentadas na ideologia trabalhista, resgataram idéias, crenças, valores e a autoimagem construída pelos próprios trabalhadores na Primeira República. O Estado que surgia não era apenas um produtor de bens materiais, ele instituiu no seu discurso os componentes simbólicos que os operários haviam construídos no período anterior a 1930 apresentando como seus. Para ela, havia inerente ao discurso do Estado, além de “um fundamento econômico”,<sup>43</sup> uma expressão de reconhecimento e retribuição, que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas pós 1940:

O contrato por doação não tem execução imediata: é reconhecer uma obrigação que extrapola a dimensão utilitária. Este tipo de contrato lida com o tempo de forma diferenciada. A obrigação para com quem dá reforça-se com o passar dos anos. A dinâmica do dar-receber-retribuir institui uma relação de (re)conhecimento.<sup>44</sup>

Segundo Gomes, o populismo para Weffort seria consequência de um longo processo de transição que iniciou na Revolução de 30, manifestando-se como “estilo de governo e como política de massas”.<sup>45</sup> Mas, a autora observa nos estudos de desse autor a necessidade do “alongamento institucional das bases sociais do poder”, não ainda como uma revolução burguesa, mas como a mobilidade de uma oligarquia capaz de tecer variadas alianças políticas. Tal alargamento seria assinalado pelo esgotamento das próprias oligarquias tradicionais e da burguesia

<sup>42</sup> GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 59.

<sup>43</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 230.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 230.

<sup>45</sup> GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 32.

industrial em manter estável o bloco de poder, necessitando, assim, de uma aproximação das classes populares.

Nesse sentido a crítica que se faz ao conceito de populismo é justamente sobre a sua noção de, “manipulação populista”, que remeteria “à idéia básica de controle e tutela do Estado”.<sup>46</sup> Entretanto, Gomes sustenta que essas formulações de relação compromisso/apelo às massas seria um recurso empregado por lideranças políticas para conferir legitimidade em conjuntura de crise de instabilidade e de incertezas políticas, ao mesmo tempo, que empregar a categoria “manipulação populista” trás em si a relação entre líder e massas, “mas como possuidora de uma intrínseca ambigüidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas”.<sup>47</sup>

Corroborando com a interpretação de Gomes, Jorge Ferreira não concorda com a expressão manipulação de massas, passividade das massas e, ainda considera que o populismo foi construído de forma a se sobrepor ao trabalhismo. Ferreira toma o trabalhismo como cultura política, que no crescente das transformações sociais, o Estado e trabalhador, tornam-se pactuantes na construção de bens simbólicos e materiais, e no consentimento de preservar as políticas públicas voltadas para o trabalhador.<sup>48</sup>

Ferreira defende a utilização de trabalhismo<sup>49</sup> para avaliar a relação entre governo e trabalhadores entre as décadas de 1950 e 1960. Segundo ele, “o ‘populismo’ surgiu primeiro como uma imagem desmerecedora do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico”.<sup>50</sup> Ele sustenta que “culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, seria alguns dos fundamentos da noção de populismo”<sup>51</sup> e este não deve ser compreendido como:

<sup>46</sup> GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 33.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>48</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>49</sup> A ideologia política centrada na figura do presidente Getúlio Vargas, em sua obra social e em sua relação direta e pessoal com os trabalhadores foi sendo construída dentro do Ministério do Trabalho principalmente depois de 1942. Foi fundamental nesse processo o papel do ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, que dirigiu a montagem do sindicalismo corporativista, articulou a invenção da ideologia trabalhista e se envolveu na criação do Partido Trabalhista Brasileiro. Ver *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Ideologia do Trabalhismo*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-50/DireitosSociaisTrabalhistas/IdeologiaTrabalhismo>. Acesso em 23/01/2013.

<sup>50</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa.....Op. Cit., 2001, p. 10.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 63.

Um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido “populista”, mas, sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto construída, para explicar essa mesma política.<sup>52</sup>

Portanto, Ferreira não concorda com a idéia de passividade da classe trabalhadora, denominada de “massa” sem vontade própria. Para ele o que fundamentou a noção de populismo foi à criação do um imaginário de um Estado onipresente e uma sociedade passiva, sem autonomia, vitimada pelo poder.

Dessa forma, as análises de Gomes e Ferreira surgem com uma nova abordagem da sociedade política do período mencionado. Suas proposições recusam atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva. A relação entre trabalhadores e Estado, nessa ótica, é estabelecida através de uma ligação, revelando segundo Ferreira, “uma interlocução, uma interação, nas relações entre Estado e classe trabalhadora, vistas como um processo legítimo”.<sup>53</sup>

Mas a ligação entre esses dois autores também traz outras formulações em torno do fenômeno populismo, no decorrer do abandono dos “paradigmas totalizadores, fossem funcionalistas, estruturalistas ou marxistas”. Segundo Gomes no interior do marxismo, surgia uma nova corrente contrapondo-se as concepções iniciais do populismo:

Gramsci, muito utilizado nas análises sobre o fenômeno do populismo no Brasil, começava a ganhar competidores dentro do próprio campo marxista, que se renovava, merecendo destaque a contribuição de E. P. Thompson, pelo impacto que teve na produção acadêmica brasileira. Neste caso, é significativo o abalo sofrido por orientações marxistas de cunho teleológico que postulavam, um certo modelo de consciência de classe revolucionária para o proletariado. Desta “consciência” postulada como ideal para o proletariado poderia haver ou não “desvios”, que caracterizariam uma “falsa consciência”.<sup>54</sup>

Apesar de negar “as idéias de uma classe trabalhadora passiva”, componente indispensável para a utilização do conceito de populismo, Gomes se aproxima das análises de Weffort e Ianni quando estes dizem que a idéia de que a manipulação nunca foi absoluta, e de que até qual ponto haveria manipulação ou atendimento

<sup>52</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 63-64.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>54</sup> GOMES, Ângela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 44.



demandas dos trabalhadores. Neste sentido a classe é vista como “sujeito de sua história” ao se relacionar com o Estado de forma política e reivindicatória.

Nesse aspecto tomemos por base as proposições do historiador britânico E.P. Thompson sobre classe. Para este autor a consciência manifestada por uma classe trabalhadora não se aparta da história política e econômica do país e surge das experiências políticas, econômicas e culturais vividas pelos próprios trabalhadores. Para este autor:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (...) A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.<sup>55</sup>

Ao defender que a identidade de uma classe trabalhadora é construída a partir de suas demandas materiais e simbólicas, em oposição aos interesses de outras classes sociais. Thompson insiste que a classe “é um fenômeno histórico” unificador das experiências dos trabalhadores no processo produtivo, de suas tradições intelectuais, de seus padrões de relacionamento social, de seus valores culturais e de suas vivências políticas. Mais adiante o autor conclui que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”.<sup>56</sup>

Em relação ao Brasil as propostas de Thompson são compatíveis com o conceito de trabalhismo. Elas remetem ao impacto causado entre os trabalhadores com a promulgação da legislação social e com o projeto de valorização da política do trabalho, principalmente no primeiro governo Vargas. Para Ferreira (1977), a repercussão das leis sociais nas vivências e experiências dos operários e assalariados não pode ser minimizadas.<sup>57</sup>

Ao propor a substituição do conceito de populismo pelo de trabalhismo, Gomes ressalta que a retomada do caráter ativo dos trabalhadores. Para a autora deve-se ter em conta que as relações entre o Estado e classe trabalhadora têm o pressuposto a troca e benefícios sociais por obediência política. O estado teria

<sup>55</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>57</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1977.

produzido, nos anos 30 e 40 bens materiais, sobretudo com a legislação social. Os trabalhadores em contrapartida teriam aceitado as leis trabalhistas dando em troca a obediência política sob controle estatal. A historiadora reconhece a relação de pacto entre a classe trabalhadora e o Estado, mas defende que houve uma combinação com a lógica associada embutida no discurso estatal com os interesses de partidos ou organizações sindicais.<sup>58</sup> De acordo com Gomes o estado não surgia apenas como produtor de bens, mas também como formulador de um discurso que tomava os componentes simbólicos da identidade construída pelos operários anterior a 1930. Ou seja, o Estado se apropriava das demandas, valores e tradições de classe e os apresentava como seus, além disso, os benefícios sociais eram ressaltados como atos de generosidade do Estado que exigiam reconhecimento e reciprocidade.

Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.<sup>59</sup>

Entende-se que tanto Gomes como Ferreira valorizam o trabalhismo como uma corrente política legítima e representativa da classe trabalhadora, principalmente do período de 1945 a 1964. O que significou um grande embate político e ideológico entre os setores tradicionais conservadores da sociedade civil e militar e aqueles que seguiam o legado de Vargas. Nesse sentido, entendemos serem mais adequadas, as análises desses dois autores para a composição desta dissertação. Mas adiante, reconheceremos nas falas dos ex-integrantes dos Grupos de Onze a consciência política do período em que viviam. Para tanto, ao integrarem no movimento brizolista, estes buscavam melhorias sociais e econômicas para suas vidas.

## 1.2 - Herança de Vargas

João Belchior Marques Goulart era considerado “herdeiro de Vargas”<sup>60</sup> e assim também herdou seus amigos e inimigos. Na ocasião da renúncia o vice-

<sup>58</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, editora Vértice/IUPERJ, 1988, p. 195.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>60</sup> Durante seu curto período de governo João Goulart tentou um equilíbrio de forças para executar o projeto trabalhista de Getúlio Vargas, que tinha como base a participação do Estado na economia, tanto para regular as relações de trabalho quanto para romper o bloqueio imposto pelos cartéis internacionais a setores básicos da produção.

presidente estava em viagem oficial à China comunista. Em seu lugar, ocupou interinamente a presidência o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático (PSD), e o poder ficou provisoriamente com os três ministros militares<sup>61</sup>, contrários à posse de Jango devido à sua aproximação com as esquerdas<sup>62</sup> e o movimento sindical. Como trabalhista, despertou a oposição formada pelos setores conservadores da sociedade, militares e empresários associados ao capital internacional, os mesmos que o desqualificaram como: “(...) um demagogo, fraco corrupto e inepto”.<sup>63</sup> Nas observações de Ferreira, dificilmente o político Goulart poderia ser qualificado dessa maneira, já que ele foi:

Deputado estadual, secretário de Estado, deputado federal, ministro do Trabalho, duas vezes presidente da República, presidente do Senado Federal e investido na própria presidência da República, conhecia a fundo o aparelho burocrático de Estado, seus meandros e descaminhos. Formou-se em Direito e, sobretudo, em “política brasileira” (...) pelas mãos de Getúlio Vargas.<sup>64</sup>

A recusa da posse do vice-presidente João Goulart representou a polarização política e partidária em que se encontrava a sociedade brasileira, desde a eleição de Jânio Quadros apoiado pela UDN e de seu vice, Jango pelo PTB. A UDN reunia os grupos civis conservadores como classe média alta, militares e a Igreja Católica. Por outro lado o PTB representava uma esquerda ligada às camadas populares com suspeita, por parte de seus opositores, de aspirações comunistas.

Nesse período a vinculação de Jango com o comunismo era idéia sustentada pelos militares. Esses temiam a infiltração de comunistas no quadro de uma possível administração de Goulart. Foi nesse imaginário, anticomunista, que pesou contra Goulart, o veto de uma parcela militar atuante e resistente ao seu governo. A oposição entendia que havia uma correlação entre trabalhistas e sindicalistas e regimes comunistas, por isso interessava aos militares conservadores desestabilizar o governo de Jango.<sup>65</sup>,

<sup>61</sup> Os ministros militares Odilo Denys, do Exército, Almirante Silvio Heck, da Marinha e Brigadeiro Grun Moss, da Aeronáutica, reunidos após a renúncia, lançaram um manifesto à Nação comunicando que estavam dispostos a impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Para eles a posse de Jango representaria ver o país mergulhado no caos e na anarquia.

<sup>62</sup> No trabalho utiliza a definição de esquerda como referencial de movimentos favoráveis a transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1987. P. 7.

<sup>63</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 10.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>65</sup> BANDEIRA, Moniz. BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 22.

### 1.3 - Campanha da Legalidade

O não cumprimento da Constituição de 46 que dizia que na falta do presidente da República o vice tomaria posse imediatamente, levou o país a uma guerra civil, em razão de uma mobilização em todo território nacional em favor a posse de Jango.

No Rio Grande do Sul, ao saber da renúncia de Jânio Quadros, o então governador Leonel Brizola, inicia resistência ao golpe com apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, e desencadeia a chamada “Campanha da Legalidade”. Brizola exigiu o respeito à Constituição e a posse de Goulart, que retornou ao Brasil sob ameaça de atentado. Com essa manobra política Brizola dividiu o Exército. Nas palavras de Tavares:

Tudo foi espontâneo, nada programado. A renúncia do estrepitoso Jânio Quadros, porém, foi tão inesperada que parecia nos libertar da letargia e, como um empurrão ou um tapa, nos levava naturalmente a organizar o que nunca fora organizado e a ordenar o que jamais tivera ordem. Esta foi a característica do Movimento da Legalidade, escrito assim em iniciais maiúsculas, pois tomou forma própria e autônoma ao longo das horas dos primeiros dias. Num país e num continente onde as coisas espontâneas e improvisadas costumam levar ao desastre ou se dilaceram em si mesmas, a rebelião iniciada em Porto Alegre alastrou-se pelo Rio Grande do Sul e chegou ao Brasil inteiro numa sucessão de fatos que se armavam uns sobre os outros e iam adiante, multiplicados por um fio condutor, como se fossem resultado de uma longa programação anterior, que jamais ocorreu. O fio condutor foi à audácia. Sem a audácia de Leonel Brizola nada teria ocorrido, a renúncia de Jânio Quadros ter-se-ia confinado aos gabinetes do Palácio do Planalto e do Ministério da Guerra e a substituição do presidente da República atingiria, no máximo, o eixo Brasília - Rio de Janeiro, onde se situavam os órgãos de decisão do governo federal naquele 1961 em que a nova capital era ainda capital pela metade.<sup>66</sup>

O momento era delicado e tenso para o Brasil. Qualquer decisão impensada conduziria ao risco de provocar uma guerra civil no país. Havia uma esquerda a espera de mudanças e uma direita receosa com o novo presidente. A possibilidade de o país ser governado por um trabalhista não era bem vista pelos setores conservadores da sociedade, militares, classe média, Igreja e empresários associados ao capital internacional. Ao lado de Jango, se uniram partidos de esquerda como PTB, PSB, PCB, setores do movimento sindical, como a CGT e a CNTI, Movimento Estudantil em torno da UNE, e parte da imprensa. Foi diante desse prenuncio de mais um golpe militar história brasileira, que o governador gaúcho

<sup>66</sup> TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011, p. 27.

requisitou os equipamentos da rádio Guaíba de Porto Alegre e criou a Cadeia Radiofônica da Legalidade, que reuniu mais de cem emissoras em todo o Brasil, atingindo, ainda, alguns países vizinhos. Através dessa cadeia, Brizola conclamou o povo a se unir em defesa da posse de Goulart. O resultado dessa investida foi à vitória da esquerda, o que não significou a paralisação da direita. Em 7 de setembro de 1961, Jango tomou posse no Congresso Nacional em uma conjuntura difícil e adversa e com seus poderes limitados. O Legislativo decidiu resolver o impasse com a adoção do parlamentarismo. Segundo Ferreira:

Assim, por imposição dos ministros militares, um dispositivo na legislação parlamentarista impedia que o presidente dissolvesse o Congresso e convocasse novas eleições. Os chefes militares impuseram a cláusula que permitia que, sob o “risco de segurança nacional”, Goulart pudesse sofrer processo de *impeachment*. Suas atribuições e a do primeiro-ministro não eram definidas com clareza e, em alguns casos, se sobrepunham. Se o primeiro-ministro exercia o Poder Executivo, cabia ao presidente, cabia ao presidente nomear os ministros e vetar projeto de leis, para citar dois exemplos. Sob um parlamentarismo “híbrido”, o governo de Goulart não tinha instrumentos que lhe dessem eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com sua posse a fim de preservar as instituições democráticas.<sup>67</sup>

Embora a adoção do Parlamentarismo tenha sido consensual o episódio da Legalidade não foi bem aceito pelas Forças Armadas. De acordo Bandeira a mesma direita que não aceitou sua posse em 61, se armava para conspirar contra Jango. “Em vários pontos do território nacional havia campos de treinamento para guerrilha, montados, clandestinamente, pelos militares que conspiravam contra o Governo de Goulart, desde 1961”.<sup>68</sup>

#### **1.4 - Forças Armadas e a Sociedade Civil**

João Goulart assumiu o governo num contexto caracterizado por intensa participação militar na vida política brasileira, que levou em abril de 1964 a tomada de controle da máquina do Estado pelas Forças Armadas. A divisão interna das Forças Armadas era algo latente desde o período Vargas, e assentava-se na disputa entre duas correntes ideológicas: “a nacionalista, constituída no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e no Clube Militar, e, o grupo antinacionalista ligado a

<sup>67</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 266.

<sup>68</sup> BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 124.

ESG (Escola Superior de Guerra)".<sup>69</sup> A discussão teórica desses dois lados com grupos civis levou aos debates e aos confrontos políticos internos nas Forças Armadas que não podem ser dissociados do confronto que acompanhou toda a história brasileira de 1945 a 1964. Contudo, as separações ideológicas, políticas e partidárias não foram suficientes para interferir no funcionamento hierarquizado da instituição.

Dessa forma, cada grupo "reivindicou a representação de interesses políticos e profissionais corporativos", mas não o de provocar uma divisão no interior das Forças Armadas enquanto instituição, mas sim de isolar os grupos antagônicos. As divisões no interior da ESG podiam coincidir com a "corrente de opinião civil, como também os processos, segundo os quais se formavam as tendências e se tomavam as decisões extramilitares, que eram de natureza, em grande parte, institucional".<sup>70</sup>

É nessa interação das Forças Armadas com setores sociais e políticos que compreende-se a participação política de militares nos fenômenos ocorridos na década de 60, principalmente, a partir de 1962, com a criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.<sup>71</sup> Na crise institucional de 1961, os sargentos desempenharam um papel importante na luta pela posse do vice-presidente da República João Goulart, agora, eles lutavam por melhores condições funcionais e o direito político de serem eleitos.

Diante dessas análises a "divisão permanente das instituições militares brasileiras", a partir da segunda metade da década de 1940, seria conseqüência do período de redemocratização política. Esse quadro se deu num contexto de "ampliação dos movimentos populares no Brasil que encontrou suas interpretações, também dentro dos quartéis, através dos militares (oficiais e subalternos) que não ficaram imunes a crise social, política e econômica que assolava o país, a partir de 1930 até o golpe civil-militar de 1964."<sup>72</sup>

Segundo d'Araújo ao concordar com o parlamentarismo, Jango perde "o apoio seguro de sua bancada, que não concordou com a mudança na forma de governo",<sup>73</sup> o que ficou evidenciado na votação, quando "a maior parte dos petebistas (30 contra 19) era contrária a solução parlamentarista acordada entre

<sup>69</sup> ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os Setores Subalterno das Forças Armadas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 75.

<sup>70</sup> ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os Setores Subalterno das Forças Armadas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 79.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>73</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FVG, 1996, p. 141.

Goulart e os demais partidos”<sup>74</sup>. Goulart, que estava na presidência do partido desde 1952, se via diante de um grande desafio que era “controlar seu partido”.

Ao assumir o governo, Jango teve que responder ao programa histórico das esquerdas, defendido por ele mesmo desde o início de sua carreira política nos anos 50: “as Reformas de Base”. Sob a expressão “Reformas de Base” estava reunido um conjunto de iniciativas que tinham como objetivo revolucionar as estruturas políticas, econômicas e sociais do país, promovendo o desenvolvimento econômico independente e a justiça social. Entre as reformas destacam-se: a reforma universitária, a bancária, a urbana, a administrativa, a fiscal e a agrária.<sup>75</sup>

Neste caso, é necessário observar que as esquerdas eram compostas de grupos heterogêneos<sup>76</sup> que tinham em comum o objetivo de pressionar o governo a realização das transformações estruturais da sociedade. Compreendiam: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma parte de PTB e do PSD, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar denominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), um grande número de subalternos das forças armadas, a União nacional dos Estudantes (UNE), grupos trotskistas e o Partido comunista do Brasil (PCB). No Congresso Goulart enfrentava a oposição do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN). Além destes Goulart enfrentava, também, outros setores da direita que contribuíram para o enfraquecimento de seu governo. Neste grupo estavam a Igreja e os Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Mas, entre toda esquerda, a atuação do PTB a partir de 1960 foi crucial para alimentar o conflito e acentuar a radicalização.

Durante os quase três anos em que esteve à frente do cargo presidencial, inúmeros eventos contribuíram para a caracterização de um quadro de crise política. Jango tinha como aliados membros do PSD (Partido Social Democrática), partido que possuía maior base no Congresso Nacional e defendia a volta do sistema presidencialista visando à campanha de seu candidato ao pleito de 1965, Juscelino Kubistchek. Após intensas disputas ideológicas e alterações no cargo de primeiro-

<sup>74</sup> Ibidem, p.143.

<sup>75</sup> FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel (Orgs). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e Democracia. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 545.

<sup>76</sup> Apesar de serem de esquerdas e apresentarem sentido de formação diferente de cada um, os partidos e grupos de esquerda, apesar de heterogêneos apresentavam um discurso comum. Eles compartilhavam com o desejo da implementação das Reformas de Base, além de temerem o golpe civil-militar contras as instituições democrática brasileira.

ministro, as forças políticas aliadas a Goulart conseguiram antecipar a realização do plebiscito para janeiro de 1963.

Neste contexto de disputa política entre os grupos de esquerda e os opositores de Jango, o sistema parlamentarista logo mostraria sua fragilidade para a resolução dos problemas nacionais. Mesmo reunindo políticos dos partidos mais influentes, não foi suficiente para sustentar sua governabilidade. Num curto período de sobrevivência o Parlamentarismo teve três primeiros-ministros Tancredo Neves, Brochado Rocha e Hermes Lima. Na formação do primeiro gabinete verificou-se que Jango e o PTB seguiam caminhos opostos. O PTB apoiou a candidatura do presidente do Congresso, Auro Moura de Andrade, enquanto Jango, com sua política de conciliação, articulou o nome de Tancredo Neves. Logo, instalou-se um desgaste entre Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves, que decidiu renunciar em junho de 1962. Após a queda de Tancredo Neves, para a formação do segundo gabinete, Jango veta o nome de San Tiago Dantas. Este, preterido pelos nacionalistas, era o escolhido das esquerdas para denunciar a política de conciliação do governo Jango. O nome de Dantas foi rejeitado pelo Congresso Nacional. Políticos da UDN e do PSD associavam o nome de Santiago Dantas às esquerdas, o que levou a Câmara dos deputados a vetar seu nome. Na observação de Figueiredo,

Goulart, entretanto, emprestaria seu apoio apenas a um primeiro-ministro comprometido com a realização de um plebiscito antes da data fixada pelo Ato Adicional. Dantas, por suas posições moderadas na busca das reformas e seu comprometimento com o sistema parlamentarista, ameaçava o principal objetivo de Goulart: a recuperação de plenos poderes presidenciais.<sup>77</sup>

Essa política de conciliação mantida por João Goulart levou a instabilidade de seu governo. A esquerda insatisfeita respondia com greves para exigir do governo um gabinete comandado por um nacionalista. A pressão dos petebistas contra a política conciliatória do presidente levou finalmente a escolha de um nacionalista. Em 7 de julho, Francisco de Paulo Brochado da Rocha<sup>78</sup> assumiu o cargo de primeiro ministro. O presidente viu na figura política de Brochado a oportunidade de exercer maior influência no Congresso. Pressionado pelos líderes sindicais e pelos militares nacionalistas, o ministro Paulo Brochado enviou ao Congresso um pedido

<sup>77</sup> FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reforma: alternativas democráticas à crise política 1961-1964*. São Paulo, Editora Paz e terra, 1993, p. 76.

<sup>78</sup> Francisco de Paula Brochado da Rocha, ao assumir a pasta de primeiro ministro, já havia ocupado o cargo de secretário do Interior e Justiça do governo de Leonel Brizola no Rio grande do Sul. O novo primeiro-ministro pertencia ao círculo de homens de confiança de Brizola.



de delegação de poderes para legislar sobre temas como o monopólio das importações e derivados e a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural. Para Ferreira:

A solicitação, polêmica, logo sofreu oposição do Conselho Superior das Classes Produtoras. Os partidos formaram comissões para estudar as medidas. O CGT, mesmo exigindo a volta do presidencialismo, declarou seu apoio ao novo presidente, desde que algumas exigências fossem cumpridas, como a supressão da Lei de Segurança Nacional, o aumento de 100% do salário mínimo e a implantação das reformas de base.<sup>79</sup>

Com a queda de mais um ministro e crise econômica e financeira que se agrava, Jango não desistiu de sua estratégia rever seus poderes presidenciais. Goulart culpava a dinâmica do parlamentarismo pela instabilidade financeira que o país passava. Para ele a solução seria que o Congresso aprovasse o plebiscito e o antecipasse para dezembro.

#### **1.4.1 - Plebiscito**

Com seu pedido negado, Brochado da Rocha renunciou na madrugada do dia 14 de setembro. Em seu lugar entrou Hermes Lima, que ocupou o cargo até 6 de janeiro de 1963. Com um governo instável, o parlamentarismo caiu em descrédito. Esse quadro político era agravado, ainda mais, pela crise econômica que assolava o país. A inflação subia a índices alarmantes e Jango culpava o Parlamentarismo por esta situação, que só encontraria solução com a volta do Presidencialismo. Para Jango somente reavendo seus poderes presidenciais e implementando as Reformas de Base, o país poderia encontrar uma ordem política e econômica.

Entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, diante de um quadro de greves e impasses nas escolhas de primeiros-ministros, João Goulart esforçou-se para reconquistar seus poderes presidenciais, “ganhando a aprovação popular em um plebiscito para a abolição do Ato Adicional que havia estabelecido o sistema parlamentar”.<sup>80</sup>

Essa situação levou a direita conservadora a temer pelas eleições de 1965, o que fez os setores conservadores e o alto empresariado se unirem com a esquerda pela volta do presidencialismo. Por outro lado, os setores radicais da política

<sup>79</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 305-306.

<sup>80</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.264.

fomentaram a fragilidade do Governo. Em setembro Brizola defendeu o fechamento do Congresso Nacional e pediu ao Exército a restauração dos poderes presidenciais de Goulart, motivo que levou Carlos Lacerda a denunciar proximidade de um golpe comunista.

A sucessão presidencial no próximo pleito era motivo de preocupação de vários grupos políticos, levando opositores de Goulart como Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda a se esforçarem pela vitória do plebiscito. Parte da imprensa também dedicou seus editoriais a favor do presidencialismo. No dia 6 de janeiro, 11.531.030 milhões de eleitores votam no plebiscito. Desses, “9.457.448 votam a favor do presidencialismo contra 2.073.582”.<sup>81</sup> O resultado foi a volta do presidencialismo.

Como presidente João Goulart buscou implementar sua política de Reformas de Base, através de uma política e conciliação partidária. Para isso ele precisava de apoio do Congresso, que reunia um grande número de representantes do PSD, mas seu discurso e apelos estavam vinculados “às esquerdas”. Nas palavras de Skidmore:

A tática de Jango, de apelar para a esquerda, tinha uma grave debilidade: a própria esquerda estava dividida. Como a reconhecer este fato, os brasileiros muitas vezes se referiam às ‘esquerdas’, que incluíam dois grupos principais. Um a esquerda moderada, ou ‘esquerda positiva’, representada por San Tiago Dantas, advogado e político do PTB de Minas Gerais (e antigo integralista), e pelos jovens tecnocratas como Celso Furtado, que evitavam os rótulos políticos mas que, no entanto, tinham importância. (...) A esquerda radical, ou ‘esquerda negativa’, por outro lado, representada por Leonel Brizola, era mais violenta em sua linguagem e parecia disposta a ir além dos processos constitucionais. Em seu discurso de 1º de Maio, e em outro do dia 13 do mesmo mês, a linguagem de Jango parecia mais próximo esquerda negativa.<sup>82</sup>

Mesmo tentando uma política de equilíbrio, o período de governo de Jango foi um dos mais conturbados da história republicana brasileira, o que lhe custou o seu governo em 1964. As Reformas de Base se chocavam com os interesses de grupos dominantes acirrando ainda mais os conflitos entre as classes, o que levou o governo a perder o controle da situação dia após dia. Goulart sofreu uma série de resistências ao longo de seu curto período de gestão, após o retorno ao presidencialismo. Greves, contínuas mudanças no seu ministério, revolta de militares, paralisia nas decisões, seja no Congresso Nacional, seja no Poder

<sup>81</sup> A trajetória política de João Goulart: Parlamentarismo: sim ou não? Disponível em: <[http://www.pdoc.fgv.br/produção/dossiês/Jango/artigos/NapresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](http://www.pdoc.fgv.br/produção/dossiês/Jango/artigos/NapresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao)>. Acesso em: 23 de setembro de 2012.

<sup>82</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1930-1964). 7ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 267.

Executivo, aumento da inflação, queda no crescimento, impasse político entre os partidos foram elementos que acabaram atingindo seu governo e seu mandato, junto à democracia brasileira.

A vitória do presidencialismo foi precedida de outra vitória. Nas eleições de 1962, para o legislativo, Brizola venceu as eleições para deputado federal pela Guanabara na maior votação proporcional já registrada no país: 269 mil votos e quase dobrando a bancada do PTB na Câmara dos Deputados.

O partido elegeu 116 deputados e se tornou o segundo maior partido nacional, se aproximando do PSD com 118. Os candidatos dos partidos políticos financiados pelos Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais o (IPES)<sup>83</sup> e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>84</sup> ainda eram maioria no Congresso com 54% das cadeiras. Mesmo assim, Ferreira diz que “o nome de Brizola passou a significar o que de mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos e muitas vezes divergentes”.<sup>85</sup>

Com a vitória do presidencialismo, San Tiago Dantas assumiu a pasta da Fazenda, comprometendo-se em implantar o programa de austeridade econômica baseada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social proposto pelo então ministro Extraordinário do Planejamento de Goulart, Celso Furtado. O Plano foi anunciado no final de dezembro visando manter as taxas nacionais de crescimento econômico, adotando uma abordagem gradualista de combate à inflação, buscando zerá-la em um período de até três anos (1963-1965).<sup>86</sup> Com as dificuldades de aplicação do Plano Trienal, Santiago Dantas deixa o Ministério junto com Celso Furtado.<sup>87</sup>

Os grupos de esquerda e os nacionalistas começaram a cobrar de Jango as tão esperadas reformas de bases, que deveriam ser realizadas a despeito da vontade dos setores conservadores. Segundo Ferreira no “início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a FMP (Frente de Mobilização Popular),

---

<sup>83</sup> O IPES fundado no início de 1962 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo por setores mais conservadores e anticomunistas patrocinavam palestras, livros e filmes com o objetivo de realizar excessiva campanha contra o governo João Goulart.

<sup>84</sup> Além de financiar as candidaturas de políticos da UDN e do PSD no pleito de 1962, também desenvolveu ampla campanha anticomunista no rádio, jornais e televisão.

<sup>85</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 288.

<sup>86</sup> BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, pp. 89-99.

<sup>87</sup> MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (Orgs). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Ed. PUC. Rio. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/editorapucrio>>. Acessado em 15 de maio de 2012.

qualificada por Ruy Mauro Marini como um ‘parlamento das esquerdas’<sup>88</sup>. O movimento que representava a ala radical das esquerdas e, se apresentou, como uma espécie de Frente Única de Esquerda, tinha o objetivo de forçar o governo João Goulart a implementar as Reformas de Base unicamente com seu apoio, desconhecendo outras organizações partidárias.<sup>89</sup> A FMP desaprovando a estratégia de conciliação do presidente com o PSD, pregava imediatamente a implementação de um governo nacionalista e de esquerda. Segundo Ferreira, o movimento reuniu:

(...) União Nacional dos Estudantes (UNE), os operários urbanos, através da CGT; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); o Pacto de Unidade e Ação (PUA); Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas como os sargentos do Exército e da Aeronáutica, marinheiros e fuzileiros navais com suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos e esquerda revolucionária como a AP, o POR-T e segmentos de extrema esquerda do PCB; a intelectualidade de esquerda com o Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais (CGTI), bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista; a esquerda do PSB; o grupo político de Miguel Arraes e os nacional-revolucionários, que, no PTB, seguiam a liderança de Leonel Brizola.<sup>90</sup>

Entretanto, os setores do PCB (Partido Comunista Brasileiro) mesmo compartilhando com os ideais de Leonel Brizola não ingressaram, na FMP. Nesse momento era o partido “mais importante de tradição comunista no país”. O último grupo a integrar a FMP foi o dos nacional-revolucionários. Era a maneira que os seguidores de Leonel Brizola dentro de PTB se autodefiniam.<sup>91</sup>

### 1.5 - Os Nacional-Revolucionários

Os chamados “Nacional-Revolucionários” representavam a ala mais radical do PTB. O clima era de radicalização crescente nos anos de 63 e 64 e o nome de Brizola passou a significar o que mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, agregando ideias e crenças de grupos de esquerda heterogêneos. Para Brizola havia a necessidade de uma organização mais efetiva, e só havia um caminho, o desfecho. Acreditando que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que rapidamente se aproximava de um desfecho, a partir de outubro de 1963, Brizola, em seus discursos na rádio Mayrink Veiga, falava de uma reta final da história, de

<sup>88</sup> FERREIRA, Jorge. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 325.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p.325.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 325.

<sup>91</sup> FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel (Orgs). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e Democracia. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 545.

um momento decisivo em que o povo e o antipovo se enfrentariam, e conclama o povo para a formação dos Grupos de Onze que iriam formar o “Exército Popular de Libertação”. Segundo Ferreira, no jornal *O Panfleto*, que era porta-voz da FMP, Brizola cita: “Passamos a viver momentos decisivos de nossa vida, de nossa história. Aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho desse período cruel que se iniciou desde o fim da segunda guerra”.<sup>92</sup>

A oposição de Brizola consistia em forçar Goulart a exprimir uma identidade reformista em sua ação política, a qual visava à aprovação das Reformas de Base, por outro lado, o governo buscava conciliar interesses em disputa, procurando manter a aliança do PTB com o PSD, que desagradava a esquerda petebista. Nesse quadro de crescente mobilização em prol das Reformas de Base, as mobilizações se expandiram por todo o país, inclusive nas áreas rurais.

O nacional-reformismo proposto por Goulart era incapaz de atender aos apelos sociais daquele momento. Os fatos adquiriram mais importância do que os protagonistas envolvidos no conflito: “Goulart, pelo seu temperamento, não era um homem de decisões prontas e imediatas. Preferia o diálogo, a conciliação”.<sup>93</sup> Jango tentara evitar a radicalização, recusando-se a assumir plenamente a vitória que obtivera com o plebiscito e impor ao Congresso ou contra o Congresso as reformas de base. Construía sua carreira política por vias sempre pacíficas e recusava-se, como presidente, a implantar as reformas ao preço da derrocada das instituições democráticas.

## 1.6 - Estado de Sítio

O envio da mensagem de convocação do estado de sítio, por 30 dias ao Congresso Nacional por parte de Goulart provocou reações de todas as partes. Os conservadores ligados ao PSD e UDN temiam que o pedido de estado de sítio fosse um prenúncio de um golpe político como o que ocorreu em 1937 com o então presidente Getúlio Vargas. As esquerdas temiam que a atitude de Goulart se transformasse num instrumento de repressão contra os movimentos populares. Até mesmo suas bases partidárias no Congresso e imprensa ficaram temerosas com a

<sup>92</sup> PANFLETO, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro. Citado em FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In FERREIRA, Jorge; AARÃO Daniel (Orgs.). Op. cit., 2007, pp. 14-15.

<sup>93</sup> BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p.104.

decisão do presidente. Naquele momento, “o grande receio das esquerdas era de que as leis de exceção se voltassem contra elas e o movimento sindical.”<sup>94</sup> Havia um medo generalizado que as leis de exceção pudessem levar a própria ditadura. As constantes greves e incidentes políticos forçaram Jango no dia 4 de outubro de 1963, a pedir a decretação do Estado de Sítio.

A partir de setembro de 1963, uma série de crises políticas tomou o país, aumentando as inquietações dos militares. No dia 12 de setembro houve uma rebelião de sargentos, fuzileiros e soldados da Aeronáutica e da Marinha. Eles revoltaram-se, em Brasília, tentando assumir o controle do governo. A rebelião teve implicações a longo alcance. O Congresso se viu fragilizado. A “rebelião vinha a ser um atentado à disciplina militar, partindo de baixo, mais significativo ainda porque os sargentos rebeldes tinham mantido contato com os líderes sindicais de esquerda da CGT”.<sup>95</sup> Somando a isso, a entrevista de Carlos Lacerda, no dia 1º de outubro ao correspondente no Brasil dos Los Angeles Times, Julien Hart, aumentou, ainda mais, a insatisfação dos militares. Na entrevista que atacava a política trabalhista de João Goulart, Lacerda se referiu aos militares, como um setor sem força para tomar uma atitude contra a crise que assolava o país. Entretanto, Lacerda disse ter “informações seguras de que os militares debatiam se, com relação a Goulart, ‘era melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente’”.<sup>96</sup> Diante desse quadro de greves e ascensão dos movimentos populares, Jango se viu forçado a pedir o Estado de Sítio por 30 dias. A medida levou o descontentamento a todos os setores políticos (tanto de esquerda como de direita), temerosos de que a decisão, segundo Skidmore, “fosse o objetivo de poderes de exceção que o Executivo exerceria através das forças armadas”.<sup>97</sup>

Na falta de consentimento do Congresso Nacional para decretar o estado de sítio por vias legais, e sem apoio das esquerdas, Jango negou-se a tomar uma atitude que contrariasse as vias democráticas afastando-se ainda mais das esquerdas que formavam a FMP.

Jango era um político indeciso e essa característica preocupava tanto aos grupos de esquerda como aos seus opositores. Por parte da elite conservadora

<sup>94</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 368.

<sup>95</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982, p. 317.

<sup>96</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 365.

<sup>97</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 318.

havia a desconfiança em relação ao seu governo, que vinha desde quando ele ocupou o Ministério de Trabalho no segundo governo Vargas e recebia em seu gabinete pessoas de origem social das mais diversas, desde as mais humildes até líderes sindicalistas. Esse gesto levou as elites conservadoras a temerem que o país estivesse se transformando numa grande república sindicalista. Por outro lado, Brizola se preocupava com o desgaste do governo, que, a seu ver, não se definia e com isso beneficiava a conspiração em marcha.

O ano de 1964 colocou-se como decisivo para João Goulart e sua política de conciliação. O presidente do PTB e da República procurava reafirmar suas alianças com os setores progressistas, num contexto em que o partido saía de seu controle. Nesse momento já era notório que a radicalização, que vinha tomando formas mais delineadas desde meados do ano anterior, assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática. O PTB já se confundia com o movimento reformista e o sindicalismo corporativista, aumentando ainda mais a preocupação dos grupos conservadores com o aumento da mobilização popular, que se aproximava cada vez mais do Estado. Apesar de sua política conciliatória foi seu impasse em tomar decisões que fez com que Goulart fosse perdendo apoio tanto da esquerda como da direita.

Essa situação conflituosa levou as esquerdas: PTB radical, o sindicalismo, as Ligas Camponesas, o movimento estudantil e as organizações dos subalternos das Forças Armadas), se decidirem pela política do confronto como único meio de implantar as Reformas de Base. O acirramento da crise política, fez com que, no início de março de 1964, Jango decidisse pela estratégia de confronto das esquerdas, abortando as propostas moderadas de Santiago Dantas.

As mobilizações reivindicatórias tiveram seu ponto máximo no dia 13 de março na Central do Brasil no Rio de Janeiro, com apoio do CGT. Esse comício não só mobilizou as esquerdas e o movimento sindical, como também a direita conservadora. Nesse dia João Goulart oficializou sua aproximação com a esquerda ao reafirmar a necessidade das Reformas e Base e prometeu enviar ao Congresso Nacional projetos da reforma agrária, eleitoral, bancária, constitucional e universitária. Outro ponto alto do seu discurso foi o anúncio das desapropriações das terras ao longo das rodovias e ferrovias nacionais e encampações das refinarias. Naquela sexta-feira, dia 13 de março, “à tarde, 150 mil lotavam a

praça”<sup>98</sup>. A resposta ao Comício da Central do Brasil veio no dia 19. A direita organizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que reuniu cerca de 500 mil pessoas nas ruas de São Paulo, e contou com o empresariado e a Igreja Católica, para protestar contra o comício do dia 13 no Rio.<sup>99</sup> As manifestações e movimentos intensificavam-se até que, a 31 de março de 1964, os generais Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho, de Minas Gerais, rebelaram-se contra o Governo. Sua atitude foi acompanhada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, Marechal Castelo Branco, e por vários governadores. O golpe, encabeçado por militares, teve um desfecho rápido e bem-sucedido, culminando com a deposição do presidente João Goulart. Após a deposição de João Goulart o Congresso declarou vaga a Presidência, dando posse provisória ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, e, em seguida, ao Marechal Castelo Branco, iniciando o período dos governos militares.

Com este capítulo abordou o contexto histórico anterior à formação dos Grupos de Onze. Teve-se ciência de um momento altamente conturbado, na política e na economia, atingindo as massas trabalhadoras e estimulando-as a se organizarem politicamente e, conseqüentemente a exigirem melhores condições de vida. Os movimentos sociais desse período e a possibilidade de execução do programa de Reformas de Base, incluindo a reforma agrária, levantaram temores nos grupos conservadores. Estes mobilizaram seus setores políticos e formaram no Congresso uma barreira contra o projeto trabalhista. As reformas eram consideradas a própria expressão do comunismo.

Além disso, esta mobilização popular, junto com a realização de greves políticas e a participação de grupos de baixa oficialidade entre os defensores das reformas, como também o perigo da “guerra revolucionária”, desencadearam uma conspiração no seio da alta oficialidade militar, já descontente pelo desfecho do episódio da legalidade, inserida no contexto da Guerra Fria, que causou um grande debate político e ideológico entre democracia e comunismo.

A organização dos Grupos de Onze acontece nesse momento de intensa disputa de forças reformistas e conservadoras. Sua conjuntura preocupou os setores

---

<sup>98</sup> SKIDMORE, Thomas. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982, p. 348.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 361.



tradicionais e conservadores da sociedade, aumentando a campanha anticomunista e a conspiração para o golpe que derrubaria João Goulart. No capítulo IV, analisar-se-á mais detalhadamente a formação, organização e atuação dos Grupos de Onze Companheiros.

## Capítulo 2 - Leonel Brizola e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Neste capítulo, pretende-se apresentar alguns itens importantes para uma melhor compreensão dos elementos históricos e políticos envolvidos na configuração da atuação da trajetória política de Leonel Moura Brizola e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Trabalhista e nacionalista, Brizola implementou medidas relevantes na sua administração na prefeitura de Porto Alegre e no governo do Rio Grande do Sul. Revolucionou a área de educação com a criação de novas unidades escolares (brizoletas), encampou as empresas multinacionais norte-americanas dos setores de telefonia e de energia elétrica, respectivamente, a *Internacional Telephone and Telegraph* (ITT) e a *Bond and Share*, empresa as *América Foreign Power* (AMFORP). Outra característica de seu governo foi à luta pela reforma agrária que se tornou a bandeira de luta e ruptura com política conservadora nacional. Empenhado em seu ideal, o líder gaúcho deflagrou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). De origem humilde Brizola nutria uma grande admiração por Getúlio Vargas elemento que o acompanhou em toda sua trajetória política, assim como seu carisma e seu discurso contundente capazes de mobilizar milhões de pessoas em torno de seu projeto nacionalista.

Cabe ressaltar que não caberá nesta seção um estudo biográfico, mas uma breve análise do desenvolvimento político de Brizola para uma melhor compreensão de como esse líder gaúcho se transformou numa das figuras mais emblemáticas da política nacional.

### 2.1 - Leonel Moura Brizola: Um esquerdista revolucionário

Leonel de Moura Brizola nasceu em 1922, no município de Carazinho, interior do Rio Grande do Sul. Oriundo de família de pequenos agricultores teve o pai assassinado na Revolução de 1934. Já bem cedo foi engraxate e ascensorista. Trabalhando e estudando terminou o ginásio aos 21 anos de idade. Serviu o 3º Regimento de Aviação do Exército, que se transformaria na Base Aérea de Canoas,

vinculada ao Ministério da Aeronáutica.<sup>100</sup> Concluiu o científico na escola pública Colégio Júlio de Castilhos, onde teve seu primeiro contato no “terreno da política, ajudando a fundar o grêmio estudantil”<sup>101</sup> e atuando como vice-presidente desse grêmio. Sua conformação como líder político se deu através de eventos dentro da tradição política e cultural do Rio Grande do Sul para em seguida ganhar todo plano nacional. Trajano Sento-Sé, concerne a Leonel Brizola, “político contemporâneo, mas também político do passado, com um caráter carismático que promulgava promessas messiânicas de salvação nacional.” Para este autor, Brizola representa a imagem do guerreiro e do estadista, “dotado de tenacidade suficiente” para tirar o país das mãos do inimigo externo e combater os elementos internos aliados a essa política estrangeira. “Os vínculos com a tradição são fundamentais para a construção dessa imagem, que confere sentido à história brasileira e à pertinência da ascensão de Brizola.”<sup>102</sup>

O conceito de político é amplo e vai muito além da relação com os partidos políticos, e com as eleições. O político não ocupa um espaço limitado, definido, ele pode estar presente, além dos contornos estabelecidos geograficamente. Segundo Rémond:

(...) o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público.<sup>103</sup>

Diante dessa análise, o político não deve ser compreendido como um objeto isolado, e sim através das demandas sociais e das necessidades do poder público em atendê-las tornando-se sujeito central para essa organização. Nesse sentido, Brizola refletiu a realidade de um grupo ou comunidade a qual estava inserido com o objetivo de administrá-la. Sua atuação, como político, “se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder (...)”.<sup>104</sup> Sua popularidade foi transmitida através do tempo, como pode ser observada, através do prontuário da Polícia/Política do

<sup>100</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004. 626 p.: il. – (Perfis Parlamentares), p. 24.

<sup>101</sup> BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas Na Região do Alto Uruguai – RS*. Universidade de Passo Fundo/RS. Mestrado em História. 2003, p. 32.

<sup>102</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estatização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999, p.36.

<sup>103</sup> RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. René Rémond (Org.) Rio de Janeiro. Ed. UFRJ/FGV, 1996, p.442.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 444.

Estado da Guanabara no “PACOTE SECRETO 3” que se encontra no Arquivo Público no Rio do Janeiro.<sup>105</sup>

Este serviço recebeu de fonte idônea, o seguinte informe:

1. dia 22 de maio o professor reverendo Derly Chaves, ao pronunciar uma aula de filosofia no colégio Americano, exemplificando o progresso que alguma pessoa pode conseguir na vida, fundamentando num fato havido na infância, citou “uma pessoa muito conhecida de todos, mas que não foi compreendida”. “REFIRO-ME AO DEPUTADO LEONEL BRIZOLA QUE AINDA PEQUENO FOI AMPARADO POR UM REVERENDO QUE O ENSINOU ATÉ LAVAR OS PRATOS... POIS ERA MUITO POBRE... QUANDO CRESCEU TEVE O DESEJO DE AMPARAR OS POBRES COMO ÊLE FÔRA.MAS NÃO FORA COMPREENDIDO.

O prontuário acima revela a memória sendo invocada de forma a compartilhar a uma nova geração algo que não vivenciaram. Estabelece-se de modo a confirmar as ideologias culturais, sociais e políticas de um determinado período como um modelo exemplar. O mesmo documento nos remete a interpretações de um passado transmitido através do tempo, que de acordo com Marieta de Moraes, “É amplamente reconhecido que na sociedade moderna nossas imagens do passado são conservadas e transmitidas através do tempo não só por meio da experiência vernacular, mas também como construções culturais administrativas e midiáticas”.<sup>106</sup> De acordo com Ferreira:

o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará no entanto a exercer alguma influência insuspeita. (...) o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva.<sup>107</sup>

Brizola ao entrar no PTB em 1945 (no mesmo período ingressa no curso de engenharia), legitima seu discurso político, fato esse que se deu no primeiro núcleo gaúcho do partido. Em 1949 se forma em engenharia. Nesse período o país passava por um momento de transição. O Brasil discutia a necessidade de redemocratização. Com o desfecho da Segunda Guerra e a derrota do Nazi-facismo, havia uma crescente inquietação contra o Estado Novo, regime autoritário implantado por Getúlio Vargas em 1937.<sup>108</sup>

Os políticos da oposição e do próprio governo beneficiam-se do clima de distensão, provocado, de um lado, pela exaustão natural do regime e, de outro, pela vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, da qual participaram soldados e oficiais brasileiros.

<sup>105</sup>APERJ.Informe de nº 1924/SFICI/SPS-AG/258, 2 Junho de 1964, mas registrado no dia 6 de junho de 1964.

<sup>106</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.76

<sup>107</sup> Ibidem, p. 449.

<sup>108</sup> FILHO, FC Leite. *El Caudilho Leonel Brizola: um perfil biográfico*. 1ª ed. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 39.

Eles se reúnem com mais intensidade já no ano anterior e começam a compor as diferentes correntes que irão delinear o novo figurino político.<sup>109</sup>

Nessa tentativa de compor um novo perfil político mediante as necessidades de mudanças e transformação que o país passava, Brizola se aproxima dos sindicalistas. Esses, naquele momento, organizavam o movimento Queremista<sup>110</sup>, que não conseguiu dar continuidade ao governo de Getúlio Vargas.<sup>111</sup> Com a derrota do movimento os sindicalistas ficaram isolados e a saída encontrada por Brizola foi ingressar em um dos partidos criados por Vargas: o Partido Social Democrata (PDS) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). “Brizola contava que chegou a ir a numa reunião do PSD: “Mas não dava. Era gente muito importante.”<sup>112</sup> Assim que entrou para o PTB lhe coube a função de organizar o movimento jovem chamado de Ala Moça<sup>113</sup>.

Em 1947, quando o PTB lançou o nome de Alberto Pasqualine<sup>114</sup> como candidato a governador do Estado, o jovem Brizola foi indicado como candidato à Assembléia Legislativa. Ainda cursando engenharia Brizola assume sua candidatura pessoalmente. Junto com seus colegas de faculdade saía às ruas colando cartazes com o seguinte texto: “(...) não se pode entender como um estudante militar tem tudo – livros, fardamento, pensão e até um ordenado – e nós não temos nada. Foi

<sup>109</sup> FILHO, FC Leite. *El Caudilho Leonel Brizola: um perfil biográfico*. 1ª ed. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 39.

<sup>110</sup> O Movimento Queremista foi uma manifestação política de trabalhadores, assalariados e pessoas que se definiam como pobres ou comuns e que, entre fevereiro e outubro de 1945, exigiram a permanência de Getúlio Vargas no poder. (FERREIRA; DELGADO, (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, pp. 15-16.

<sup>111</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004. 626 p.: il. (Perfis Parlamentares), p. 26.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>113</sup> “Os movimentos precursores das juventudes trabalhistas foram a Ala Moça, fundada em 1945 após a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, mais tarde, a Mocidade Trabalhista, iniciada em 3 de outubro de 1952, durante a V Convenção Nacional do PTB – na qual João Goulart se tornaria o presidente nacional da legenda até o Golpe Civil-Militar de 1964. A Ala Moça aglutinava os jovens do partido e tinha ainda o objetivo de formar novas lideranças do PTB. Da Ala Moça, idealizada pelo seu primeiro presidente, Leonel Brizola, e mais tarde da Mocidade Trabalhista se destacariam quadros juvenis como: Fernando Ferrari, Sereno Chaise, Pedro Simon, Ney Ortiz Borges, Armando Temperani Pereira. Quadros que mais tarde fariam parte da política estudantil durante a década de 1960 pela Ação Popular (AP)”. Disponível no site: <<http://www.jtspdt.org>>. Acesso em: 23/10/2012.

<sup>114</sup> Alberto Pasqualine é considerado o mais importante teórico e ideológico na constituição do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pasqualine concebeu o partido como um organismo capaz de dar vitalidade e dinamismo a democracia, para além da mera pretensão da disputa eleitoral. Além disso, o intelectual pregou em favor da existência de um capitalismo com responsabilidade e justiça sociais. O teórico do PTB se opôs ao capitalismo individualista de direita que tende para o monopólio e para exploração do povo, mas defende o trabalho solidário como alternativa, como um caminho intermediário que preserve setores da iniciativa privada e o acesso a propriedade privada particular dos meios de produção, no qual Estado exerça a regulação econômica pública. (BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 51)

meu grito de revolta”.<sup>115</sup> Aos 24 anos Brizola foi eleito deputado estadual com 3.839 votos. Começava aí sua carreira política.<sup>116</sup> Nesse período, mesmo cursando engenharia, ele soube conduzir seu trabalho na Assembléia gaúcha. Havia de sua parte um grande interesse de se aproximar do movimento operário. Para tanto, mantinha contato frequente com o líder sindical e trabalhista José Vecchio.<sup>117</sup> Entre eles havia um objetivo comum que os aproximavam.

(...) o deputado Brizola, que vinha construindo sua carreira política a partir do movimento estudantil, também queria aproximar-se do movimento operário. Vecchio por sua vez, desejava que os jovens liderados por Brizola tivessem uma presença mais atuante no PTB, que disputava espaços com os comunistas, muito ativos entre os estudantes secundaristas e universitários, no período de redemocratização do pós-guerra.<sup>118</sup>

A criação do PTB tinha uma conotação dúbia. Apesar de ter sido criado “como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro sendo postulado como uma cunha entre as massas e o comunismo,”<sup>119</sup> e ainda como anteparo contra o avanço do PCB, ambas as agremiações tinham o interesse de se aproximarem. A ampliação dos laços dos comunistas com a massa operária comunistas resultou uma vitória importante em 1961. Segundo Gorender a aproximação dos comunistas com trabalhistas de esquerda demonstrou ser capaz de arrebatar a burocracia ministerial, principal organização de cúpula da estrutura sindical oficial.<sup>120</sup> No início da década de 60, o PCB defendia um governo nacionalista e democrático. Dessa forma, os comunistas passaram a atuar em conjunto com setores do PTB. Ferreira também reconhece que a aliança entre comunistas e a ala mais radical do PTB foi “fecunda”.

Reconhecendo a popularidade do trabalhismo entre os trabalhadores, os comunistas passaram a atuar em conjunto com setores do Partido Trabalhista Brasileiro do Partido Trabalhista Brasileiro PTB. No plano sindical, a aliança foi bastante fecunda. A partir de 1953 e até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos, hegemonizaram o movimento operário e sindical e marcaram com suas idéias,

<sup>115</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004. (Perfis Parlamentares), p. 27.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>117</sup> J LEITE FILHO, F. C. *El Caudilho. Leonel Brizola. Um perfil biográfico*. São Paulo: Editora Aquariana, 2008, p. 40. De acordo com este autor, José Vecchio pertencia ao Sindicato de Bondes (Companhia Carris) e fazia parte da Ala Trabalhista do PSD. Depois aderiu a nova proposta do PTB.

<sup>118</sup> Brizola, Leonel de Moura. Op. Cit., 2004, p. 31

<sup>119</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13. Jul.2002. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1280.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf)>. Acesso em: 22 de setembro de 2012.

<sup>120</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo Ática, 1987. p. 24.

crenças e tradições, a cultura política popular brasileira, sobretudo no tocante ao estatismo.”<sup>121</sup>

Sua estréia no legislativo se deu ao lado de políticos experientes como José Diogo Brochado da Rocha, Oscar Carneiro da Fontoura, Tarso Dutra e Edgard Luiz Schneider. Sua aproximação com o grêmio estudantil desde a época de estudante secundarista sustentou seu trabalho no seu primeiro pronunciamento naquela casa ao discursar a favor dos estudantes. Na tribuna da Assembléia Legislativa de Porto Alegre, Brizola defendeu a reivindicação do movimento estudantil pelo aumento do número de vagas no Colégio Júlio de Castilhos. Ao final da sessão Brizola e os estudantes, que acompanhavam na galeria, saíram vitoriosos. No seu primeiro mandato, como deputado estadual, defendeu a oferta do ensino gratuito como uma obrigação do Estado. A bandeira da educação o acompanhou além das fronteiras gauchas, passando a ser a marca de sua política.

Seu desenvolvimento no legislativo lhe conferiu uma nova reivindicação. Não demorou muito para que moradores e empresários do 4º Distrito de Porto Alegre, onde se localizava a maioria das indústrias da capital foram na Assembléia. Eles reclamavam dos freqüentes cortes de energia elétrica na região. A reivindicação era complexa e ultrapassava a esfera regional. A empresa responsável pelos cortes de energia elétrica era a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), subsidiária da Bond and Share, uma multinacional americana. Essa situação só foi resolvida 12 anos mais tarde. Com menos de cem dias no governador do Rio Grande do Sul, Brizola decidiu encampar a companhia.<sup>122</sup>

Sua “experiência política e formação ideológica” levam Brizola em 1955 a Prefeitura de Porto Alegre. Ao assumir a prefeitura de Porto Alegre encontra uma administração com sérios problemas “nas áreas de saneamento básico e urbanização, abastecimento de água, transportes coletivos, sistema viário e o ensino que estava completamente desorganizado.” Havia apenas 17 escolas que funcionavam “em precárias condições, em prédios inadequados e anti-higiênico.”<sup>123</sup> Logo a ação educacional assumiu um caráter eminentemente político. Para resolver

---

<sup>121</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*. Associação Nacional de História. Vol. 24 nº 47. São Paulo. 2004, p. 185.

<sup>122</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 34. (Perfis Parlamentares).

<sup>123</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, (Perfis Parlamentares). *Ibidem*, p. 32-41.

a carência de vagas no ensino público de Porto Alegre, Brizola elaborou um plano de emergência para a construção de 189 unidades escolares, com capacidade para abrigar 32.060 crianças em dois turnos.

(...) implantou rede de esgotos cloacais em várias regiões da cidade, investiu numa de recalque para abastecer a hidráulica, com 2,6 quilômetros de tubulação, construiu adutoras e ampliou, pavimentou e asfaltou diversas ruas e avenidas. No setor viário se deu uma de suas mais significativas realizações: urbanização de extensa margem do Guaíba, beneficiando os bairros do Menino Deus e da Cidade Baixa e, indiretamente, Zona Sul da Capital.<sup>124</sup>

Sua admiração por Getúlio Vargas o acompanhou em toda sua trajetória política. E, assim, se valeu de elementos da política populista/trabalhista e nacionalista de Vargas para construir sua identificação política e ideológica necessária para sua ascensão política junto ao PTB, como pode ser verificado no artigo intitulado “A Carta de Vargas” publicado na 1ª edição do jornal o Panfleto do dia 17 fevereiro de 1964.

A Carta de Vargas é o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa Independência. Pelo que contém e pela autoridade de seu signatário. O 24 de Agosto há de ficar assinalado em nossa história como ficou, pelos tempos, o dia em que Tiradentes foi sacrificado. Tiradentes foi o mártir e o precursor de nossa independência política; Vargas o mártir e precursor da liberdade do nosso povo da injustiça social e da espoliação econômica.<sup>125</sup>

Marli Baldissera ao discorrer sobre a apropriação de Brizola do discurso trabalhista Varguista, aponta que:

A Prefeitura de Porto Alegre, na gestão de Brizola, é um bom exemplo de que a penetração do trabalhismo no meio popular não era fruto apenas de lideranças carismáticas ou de mistificação ideológica. O atendimento das reivindicações das massas trabalhadoras como saneamento básico, escolas primárias, transportes coletivos foram elementos chaves para Brizola ratificar seu prestígio popular.<sup>126</sup>

A referência à carta-testamento se tornou uma espécie de símbolo que reforçava seu novo trabalhismo com a tradição varguista de cunho nacionalista. Sua simbologia acabou por se tornar uma espécie de emblema dos líderes políticos que lutam com devoção as grandes causas em favor de um povo sacrificando a própria vida para fazer história.

<sup>124</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p.44. (Perfis Parlamentares).

<sup>125</sup> SZATKOOSKI, Elenice. *O Jornal o Panfleto e a Construção do Brizolismo*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 53.

<sup>126</sup> PONT, Raul. Um ensaio sobre o Brizolismo. In: *Coorjonal*. Porto Alegre. Outubro de 1977, p. 4. In: BALDISSERA, Marli. *Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas na Região o Alto Uruguai/RS*. Universidade de Passo Fundo/RS. 2003, pp. 32-33.



Sua gestão municipal lhe valeu indicação para concorrer ao governo do estado. Recebeu 117 votos contra 38 dados ao concorrente Loureiro da Silva.<sup>127</sup> Em três de outubro de 1958, aos 36 anos de idade se torna governador do Rio Grande do Sul. “Leonel de Moura Brizola obteve 670.003 votos, contra 500.944 do coronel da Brigada Militar Walter Peracchi de Barcellos, que concorria pela aliança PSD-UDN-PL”.<sup>128</sup>

Ao assumir o governo do Rio Grande do Sul, em 31 de janeiro de 1959, Brizola estava com 37 anos. Seu governo se insere num contexto marcado pela ideologia do desenvolvimentismo. Sua gestão governamental significou a substituição de práticas políticas que vinham sendo adotadas até então, por projetos voltados para desenvolvimento de energia, infra-estrutura de transportes, reforma agrária. Segundo Sento-Sé (1999), na primeira metade da década de 1950 os debates políticos giravam em torno de duas correntes: “(...) de um lado setores contrários ao imperialismo e defensores do projeto d emancipação nacional, pela conquista da autonomia frente as potências econômicas, e, do outro lado, os projetos de desenvolvimento associado ao capital internacional.”<sup>129</sup>

Mas a educação continuou a ter destaque no governo gaúcho. Com o slogan “Nenhuma criança sem escola” desenvolveu um plano de emergência no ensino primário com a colaboração do município e da iniciativa privada. Além disso, incrementou o ensino médio e técnico. Este último foi para aumentar a “mão de obra especializada nos níveis industrial, agrícola, comercial e elementar”.<sup>130</sup> Cabe lembrar que Brizola antes de cursar faculdade foi aluno da Escola Técnica de Agricultura em Viamão, próximo a Porto Alegre. Em quatro anos, já estavam prontas e funcionando 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, num total de 6.302 escolas, com 688.209 novas matrículas e 42.153 novos professores.<sup>131</sup>

Toda mudança na infra-estrutura no Rio Grande do Sul estava inserida num período de intensa efervescência na política brasileira que se deu entre os anos 50 e

---

<sup>127</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p.44.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>129</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 146.

<sup>130</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 58.

<sup>131</sup> LEITE FILHO, F. C. J LEITE FILHO, F. C. *El Caudilho. Leonel Brizola. Um perfil biográfico*. São Paulo: Editora Aquariana, 2008, p.152.

o início da década de 60 na esfera do nacional-desenvolvimentismo<sup>132</sup>. Nesse período o líder petebista teria uma participação decisiva nos rumos políticos nacionais, adaptando o discurso trabalhista varguista às teses do nacional-reformismo. Nesse contexto, Brizola realiza uma administração no Rio Grande do Sul voltada para os aspectos sociais e “para uma reativação do setor primário e investimentos consideráveis em infra-estrutura (armazém e transporte) e para auto-suficiência em setores estratégicos (energia e comunicação)”. Ações como as encampações das multinacionais, desapropriações de terras e a criação da Caixa Econômica Estadual, representavam o início de ruptura de uma economia agrária conservadora, uma vez que seu governo priorizava o “desenvolvimento econômico e condições sociais adequadas a maior parte possível da população.”<sup>133</sup>

As encampações da companhia de distribuição de energia elétrica de Porto Alegre e Canoas, em maio de 1959, e da empresa prestadora de serviços de telecomunicações no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1962 foram eventos fundamentais na política e desenvolvimento do governo Brizola. Como já havíamos mencionado a população de Porto Alegre, mais especificamente a do 4ª Distrito, onde se localizava a maioria das indústrias da capital sofriam pelas constantes interrupções de energia elétrica. Manifestações de protestos contra a CEERG haviam sido realizadas nas primeiras sessões da Constituinte de 1947. Além disso, “a economia gaúcha estava estagnada e sem qualquer perspectiva de desenvolvimento industrial a não ser que fossem tomadas medidas emergenciais nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica”.<sup>134</sup>

Importante ressaltar que o processo de encampação da CEERG não era um evento novo para os gaúchos. Administrações estaduais anteriores já haviam interferido nessa esfera, mas em escalas menores como revela Miranda:

(...) antes mesmo deste evento, a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) desenvolvia uma política de encampações de pequenas empresas privadas e municipais. Aliado a isto, os governos estaduais anteriores realizaram diversos investimentos e obras no setor de geração, através dos quais o Estado passava a

<sup>132</sup> O Desenvolvimentismo originou-se da teoria do subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e dos chamados estruturalistas e do modelo de substituição de importações de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Conceição Tavares. Foi a forma de criar um ideário disponível para entender os passos da constituição do capitalismo brasileiro, diferente do instrumental analítico percorrido por países industrializados de capitalismo avançado.

<sup>133</sup> BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007, p. 24.

<sup>134</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 53.

oferecer a maior parte da energia elétrica que esta companhia estrangeira distribuía. Nesta perspectiva, o ato de encampação praticado pelo governo Brizola, em maio de 1959, oficializa esta crescente participação estatal no setor, com o poder público detendo os instrumentos necessários à prestação desses serviços em Porto Alegre e Canoas.<sup>135</sup>

O processo de encampação da CEERG foi um processo socialmente construído ao longo dos anos. Este processo foi dinamizado por diferentes atores sociais como políticos, consumidores, industriais e o próprio Estado. O objetivo de Brizola era adotar para o Rio Grande do Sul um milhão de quilowatts e um moderno sistema de comunicações contra os 11.750 quilowatts produzidos pela Companhia Elétrica Rio Riograndense, o que não era suficiente para movimentar os bondes, aquecer os fornos das fábricas, nem iluminar as residências. Outra questão importante desse episódio era que a CEERG estava com concessão vencida e não se dispunha a realizar novos investimentos, a menos que o governo aceitasse suas exigências de liberação das tarifas e concessão de mais de 35 anos.<sup>136</sup>

Sobre este assunto, também tomemos por base o artigo de João Marcelo Pereira dos Santos.<sup>137</sup> Nele vamos ter conhecimento de que a intervenção estatal dos serviços essenciais já era uma proposta antiga dos sindicalistas. “Em momentos anteriores, o sindicalismo gaúcho envolveu-se na encampação do Porto de Rio Grande (1919), na federalização da viação férrea (1920), na encampação da Cia. Carris Porto Alegrense, entre outros”. Ao realizar a encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, Brizola se apropriou de uma reivindicação “que estava latente, esperando uma oportunidade para manifestar-se.”<sup>138</sup> Essas reivindicações, segundo Lucília de Almeida Neves seriam a marca de uma conjuntura específica das décadas de 1940 e 1960 e teria sido caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país.<sup>139</sup>

<sup>135</sup> MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de Desenvolvimento e Encampações no Discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Mestrado. 2006, p. 101.

<sup>136</sup> MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de Desenvolvimento e Encampações no Discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Mestrado. 2006, p. 101.

<sup>137</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Eletricitários: toda energia é pouca*. 2004, p.178. Disponível em: <<http://www.segall.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 23/10/2012.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p.172.

Antes de decretar a expropriação da CEERG, Brizola tentou negociar com os seus dirigentes. Estes exigiam “um novo contrato por 35 anos e revisão tarifária”, o que foi considerado um absurdo pelo governo do estado. Então, com a autorização do presidente Juscelino Kubitschek, “Brizola assinou decreto encapando a companhia, expropriando seus bens pelo valor simbólico de um cruzeiro.”<sup>140</sup> O ato de encampação da CEERG foi justificado por dois aspectos: “a companhia não fornecia serviços de qualidade auferia lucros muito acima dos estabelecidos.”<sup>141</sup>

Este fato administrativo gerou uma crise de relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. O governo americano considerou Brizola um péssimo exemplo para os países da América Latina.<sup>142</sup> Mas o governo aproveitou o momento para resolver outro problema que afetava o Rio grande do Sul: o de telecomunicações. Dois anos mais tarde, já no governo de João Goulart, Brizola encampa a subsidiária da IT&T, Companhia Riograndense de Telefones, conhecida como ITT. Segundo Trajano Ribeiro,<sup>143</sup> anos mais tarde, numa conversa informal com Brizola, este revelou que

(...) ofereceu uma festa para o presidente Juscelino Kubitschek em Pelotas e aproveitou a ocasião para ter uma conversa em particular com o presidente. Disse que queria implantar um milhão de quilowatts, mas não conseguia chegar a um acordo com Bond and Share. Aí ele disse; “toda vez que chego a um acordo com a empresa eles mudam o executivo. Aí tenho que começar as negociações de novo. Então não teve jeito, encampe. Me chamaram em Brasília e sabe o que aconteceu? Resolvi encampar a telefônica (Telephone and Telegraph (ITT) também.” Foi uma revolução. Os telefones no Rio Grande do Sul eram a manivela, tinha que marcar hora para poder falar, uma coisa horrível. Ele modernizou toda telefônica em todo o Estado com telefones automáticos, abriu várias linhas.

O governo gaúcho ainda propôs a formação de uma empresa de economia mista, na qual o Estado participaria com 25%, a ITT com 25%, ficando os outros 50% com o público. Inicialmente houve um acordo de ambas as partes o que levou a Assembléia Legislativa aprovar a formação de uma nova companhia pela Lei 4.073 de 30 de dezembro de 1960. Mas ao final de toda negociação o grupo norte-americano desistiu de toda transação.<sup>144</sup> E em fevereiro de 1962 o governo do Rio Grande do Sul resolve encampar a ITT. O resultado ocasionou protestos da

<sup>140</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 54.

<sup>141</sup> BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007, p.117.

<sup>142</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. Op. cit., 2004, p. 54.

<sup>143</sup> Trajano Ribeiro fundador e um dos dirigentes do Partido Democrático Brasileiro (PTB) do Rio de Janeiro concedeu depoimento à autora no dia no dia 26/04/ 2012. Na época em que Brizola foi governador do Rio Grande do Sul, Ribeiro era líder estudantil secundarista do Colégio Júlio de Castilhos

<sup>144</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 55.

Embaixada dos Estados Unidos e acentuou ainda mais as divergências entre Brasil e Estados Unidos, além da repercussão negativa na imprensa na imprensa internacional.<sup>145</sup>

Em 23 de fevereiro de 1962, o senador republicano Hiram L. Fong defendeu que os Estados Unidos “suspendam toda ajuda ao Brasil, em represália pela expropriação das propriedades norte-americanas”, pedindo depois que se adotem “contramedidas” e que se procure obter “garantia de outras nações, de que não expropriarão inversões norte-americanas”.<sup>146</sup>

Para a encampação da ITT, os argumentos já eram bastante conhecidos como relatou Trajano Ribeiro. Os serviços oferecidos eram precários, assim como “a forma de exploração dos mesmos, sem a existência de um contrato, a tendência de piora dos serviços mesmo com aumento de tarifas e a falta de acordo quanto à participação da Companhia Telefônica Nacional (CNT) na formação da recém criada Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT)”.<sup>147</sup>

## 2.2 - Reforma Agrária

A reforma agrária<sup>148</sup> também foi outra característica importante de seu governo. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela intensificação dos debates sobre o tema reforma agrária. O estado do Rio Grande do Sul apresentou várias peculiaridades devido ao fato do processo imigratório que ocorreu na região. De acordo com o senso agrícola do IBGE, de 1960:

(...) no Rio Grande do Sul, apenas 1,83% dos proprietários detinham 47,97% das terras, e 12,99% ocupavam 28,03% da área rural de até 500 hectares, as pequenas

<sup>145</sup> Nesse período a revista semanal americana *Times Magazine* se dirigia a Leonel Brizola como “cunhado do presidente e anti-yankee. Após a encampação da ITT, o jornal *New York Times* publicou no dia 13 de março de 1962 uma reportagem intitulada “Volatile Brazilian: Leonel Brizola”. Nela o líder trabalhista foi chamada de “volátil”, “menino pobre” sempre com tendências para o bem, mas como um pequena deformação, ‘era um brasileiro esquerdista e nacionalista”. Ver artigo de Eduardo Silva Alves. Algumas Notas Sobre o Nacionalismo Brasileiro Na Grande Imprensa Americana. *Time Magazine e New York Times*. Disponível em: <[www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2370/1446](http://www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2370/1446)>. Acesso em: 29/11/2012.

<sup>146</sup> FILHO, F. C. Leite. *El Caudilho Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 72.

<sup>147</sup> BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007, p. 117.

<sup>148</sup> Sobre a reforma agrária no Brasil é importante ressaltar que ela faz parte de um contexto mais amplo. O plano internacional, o programa do governo norte-americano, “Aliança para o Progresso”, propunha mudanças para erradicar a fome e a pobreza na América Latina e conter a ameaça do comunismo na região. Também é importante ressaltar que o Estado do Rio grande do Sul não era o único a promover uma reforma agrária de caráter reformista. Os Estados São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais passavam por preocupações semelhantes. Sobre esse assunto ler artigo de Marluza Marques Harres. Rio Grande do Sul: Governo: Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/25628/18243](http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/25628/18243)>. Acesso em: 12/06/2013.

e médias propriedades. A conclusão era de que mais de 85 % dos agricultores gaúchos ocupavam apenas 24% da zona rural do Estado.<sup>149</sup>

Essa realidade levou o governador do Rio Grande do Sul à formação de associações de trabalhadores rurais sem terra que eram responsáveis pela maior parte das demandas por reforma agrária do estado. Visando a melhorar as condições sócio-econômicas da população rural, Brizola cria em 14 de novembro de 1961, através do decreto no. 12.812 o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA)<sup>150</sup> que antecedeu a criação da Superintendência Nacional da Reforma Agrária, em outubro de 1962, pelo presidente João Goulart.

Com o IGRA a questão agrária passa a ter relevância dentro do governo, tendo todos os seus recursos e ordenamentos destinados para essa questão. Foi também, a partir da criação desse instituto, que a categoria empregada para todos aqueles que não tinham terra passou a ser “sem terra”.<sup>151</sup>

Um ano antes, Brizola deflagrou o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).<sup>152</sup> Para o líder gaúcho a reforma agrária era a maneira de intensificar o mercado interno e melhorar a situação econômica da população, o que não poupou o termo de ser comparado a um “caso de polícia” e associado ao comunismo. Deve-se a isso ao tom radical que o líder petebista dava a suas empreitadas políticas como “na lei ou na marra”. Anos mais tarde em uma entrevista a uma revista, Leonel Brizola negou que a autoria dessa frase fosse sua:

Em entrevista à revista *Caros Amigos* (...) publicada em julho de 2004, Leonel Brizola falou sobre o Movimento dos Agricultores Sem Terra, MST, na época, chamado de Master. Perguntado pelo jornalista Sérgio Souza sobre uma famosa

<sup>149</sup> HARRES, Marluza Marques. Rio Grande do Sul: Governo: Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/25628/18243](http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/25628/18243)>. Acesso em: 12/06/2013.

<sup>150</sup> O Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) foi criado por meio de decreto nº 12.812 no dia 14 de novembro de 1961. O decreto o descreve como “um órgão promocional de planejamento”. Entre seus principais objetivos estão o item 3 e 4 enumerados no artigo segundo do decreto: 3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo; 4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, evitando-se, no entanto, a formação de minifúndio. Ver ALVES, Bernard José Pereira. *A política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação de mestrado – UFRRJ. 2010, pp. 21-22.

<sup>151</sup> ALVES, Bernard José Pereira. *A política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação de mestrado – UFRRJ. 2010, pp. 21-22.

<sup>152</sup> O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), em sua curta duração, e de atuação somente no Rio Grande do Sul, foi primeiro movimento de pequenos agricultores, surgidos na região Sul do Brasil, precisamente no Rio Grande do Sul, no final da década de 1950. O movimento era fortemente ligado as lideranças do Partido trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), razão pela qual não se constituía um movimento autônomo. As principais vitórias do MASTER foram à ocupação da Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, e do Banhado do Colégio, em Camaquã. Ver artigo: Daniel Arruda Coronel. “*A reforma Agrária e os Movimentos Sociais do Campo no Estado do RS: uma análise sociológica*”. *Perspectivas Contemporâneas, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*. Universidade Federal de Viçosa. Agi/Dez. 2009. pp. 11-12. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/viewFile/610/264>>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

frase atribuída a ele na época das reformas de base do governo João Goulart, Brizola nega: “Eu nunca disse que a reforma agrária seria feita ‘na lei ou na marra’”.<sup>153</sup>

Nesta mesma entrevista, o ex-governador “surpreende novamente ao afirmar que foi ele o fundador do MST e quem organizou os primeiros acampamentos dos Sem-Terra, no início de 1962, após o movimento da legalidade”.<sup>154</sup>

Apesar de ser considerado subversivo e agitador da ordem pública, Brizola buscou no poder legal artifícios que lhe valessem sua ação reformista. Embora a Constituição Federal de 1946 não lhe apresentasse sugestões para a promoção de sua política reformista, ele se valeu da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1947 para sustentação de seu projeto de reforma agrária conforme determinavam os artigos 173 e 174 da lei gaúcha como veremos a seguir.<sup>155</sup>

Art. 173 – O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, **aos pequenos agricultores e às suas organizações legais**, proporcionando-lhes, entre outros benefícios meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem estar.

Art. – 174 – O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1º - O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.

§ 2º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá mediante desapropriação prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha ter sua parte em terras e meio de produção.

§ 3º - O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando as finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.

§ 4º - O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, como o aproveitamento de terras públicas ou, mediante a desapropriação, de terras particulares de preferência as socialmente não aproveitadas.

§ 5º- Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas. (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947).<sup>156</sup>

<sup>153</sup> Caros Amigos, 2004, *Apud* BRIZOLA, Leonel de Moura. BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 60.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>155</sup> ALVES, Bernard José Pereira. *A política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação de mestrado – UFRRJ. 2010, pp. 21-22. Ver também ALVES, Bernard José Pereira. Versões de Sarandi. *Relações entre governo e ocupações*. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/777](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/777)>. Acesso em 22/10/2012.

<sup>156</sup> ALVES, Bernard José Pereira. *A política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação de mestrado – UFRRJ. 2010, pp. 24-25.

Como forma de exemplo e contribuição pessoal, Brizola chegou a doar cerca de 45% das propriedades herdadas por sua mulher, Neuza Brizola, irmã de João Goulart. Aqui não cabe analisar essa doação de forma positiva, ou apenas um marketing político. Tal atitude se tornou a primeira experiência de reforma agrária de seu governo. Nesse episódio foram doadas 1.038 hectares da Fazenda Pangaré, situada a 50 quilômetros de Porto Alegre, sendo dividida entre 30 agricultores organizados na Cooperativa Bacopari.

Mas o primeiro grande acampamento aconteceu no município de Sarandi e na região de Banhado de Colégio, ocasião que reuniu cerca de 10 mil pessoas. As duas regiões contabilizavam mais de 45 mil hectares. “A de Sarandi, pertencia a uma multinacional que mantinha 20 mil hectares de terras sem produção alguma. No Banhado do Colégio, havia pelo menos 25 mil hectares de terras devolutas”.<sup>157</sup> Se referindo à ocupação das regiões de Sarandi e Banhado de Colégios Brizola tomou as seguintes providências:

(...) mandei vacinar todo mundo e levar comida... e disse pra colocarem uma faixa com a frase ‘Acampamento João XXIII, somos cristãos e queremos terra’, e mandar chamar um padre, mas a igreja recusou-se a rezar a missa (...), porque diziam que aquilo era coisa de comunista. Isso foi em Sarandi.<sup>158</sup>

O episódio resultou com ambas as regiões consideradas devolutas e desapropriadas. Seus proprietários foram indenizados com títulos da dívida pública. Na perspectiva nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária era essencial para que o capitalismo industrial no Brasil pudesse alcançar um nível superior de desenvolvimento.

Como mencionamos no início desta seção a intenção aqui não foi a de fazer uma biografia de Brizola, mas apontar prioridades próprias de sua política. Sua articulação no Movimento da Legalidade (mencionado no capítulo 1), as encampações das subsidiárias de multinacionais, a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), a deflagração do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), as desapropriações de terras e os avanços na área de educação no Rio Grande do Sul foram episódios que levaram o nome de Brizola a protagonizar um processo de radicalização que, a partir de 1961 se espalhou por todo território nacional, e que se intensificou momentos antes do golpe civil/militar de 1º de abril.

<sup>157</sup> BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discurso e depoimentos (1922-2004)*. Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004, p. 61.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 61.



Seu caráter nacionalista e reformador esbarrou com os setores conservadores da sociedade que historicamente eram os condutores dos aspectos político, econômico e social do Brasil.

### 2.3 - Poder Carismático

As abordagens teóricas nesta seção fazer uma breve analisar sobre a figura de Brizola no contexto da História recente da política brasileira e o uso do carisma enquanto dom político. Nesta seção buscar-se-á um entendimento sobre a categoria carisma que ajude a dar sentido a dinâmica atribuída a certos indivíduos com dons especiais extraordinários são capazes de diferenciar uma pessoa das demais.

O surgimento de líderes carismáticos faz parte da história da humanidade, e se dá nos momentos de crise e de rupturas políticas. É nesse contexto de movimentos intensos de uma comunidade, é que a figura do líder ou chefe atingirá seus objetivos de maneira a criticar a ordem e o poder vigente, incitando o enfraquecimento ou a observância às tradições e sistemas de valores que orientavam a conduta do grupo, ao mesmo tempo, que representa a solução do problema presente. Nas observações de Sento-Sé são apresentadas três formulações que podem contribuir para nossa compreensão, principalmente no que se refere à centralidade de um líder e nesse caso Brizola.

Neles, o líder é apresentado como indivíduo singular, dotado de aptidões de que carecem a média dos homens, extraído daí seu poder de mando. No primeiro modelo, a singularidade do líder deriva do saber prático: de sua capacidade de conduzir os negócios públicos com habilidade e insuflar nos comandos a confiança em suas resoluções. Esta configuração do líder aparece, aqui, através das formulações de Tucídides (descrevendo Péricles) Sêneca e Maquiavel. No segundo caso, o líder extrai a legitimidade de seu poder de comando do fato de ser aquele que se dedica à contemplação da verdade última das coisas. O autor paradigmático é, como não poderia deixar de ser, Platão. Finalmente, no terceiro modelo, o líder é aquele que possui a capacidade de seduzir e conduzir as grandes e turbulentas massas urbanas, que surgem na esteira do processo de industrialização e urbanização.<sup>159</sup>

Este autor avalia, ainda que a “figura de Brizola” foi sustentada pelo seu discurso nacionalista ritualizado de tradições passadas que estavam ainda a espera de respostas e continua:

A suposição de que este é um personagem necessariamente nocivo à normalidade democrática, sintoma da fragilidade das instituições, parece, cada vez mais, não passar de um postulado contrafactual. Ainda que nos casos em que tal relação possa ser verificada empiricamente, caberiam indagações de ordem diversas –

---

<sup>159</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*: estatização da política e carisma. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999, p.199-200.

culturais, históricas e simbólicas – para esclarecer seu surgimento e, em certos casos perenidade. Talvez seja necessária a redefinição do conceito de carisma, alguns reparos em sua formulação original, sua atualização para o contexto de uma sociedade em que os meios de comunicação se transformam rapidamente obrigando a redefinições de categorias ainda mais fundamentais como tempo e espaço, alterando radicalmente não apenas as formas de definição das pautas dos debates políticos mas os critérios de construção de seus atores. Seja como for, este personagem, o líder carismático, mantém-se presente como uma questão aberta, desafiando a argúcia de seus intérpretes, promovendo perturbações institucionais em alguns casos, mas, em outros, promovendo, como fiador de sua legitimidade, margens seguras de estabilidade e saúde institucional.<sup>160</sup>

Sobre esses chefes, líderes políticos que aparecem em todas as épocas da humanidade, escolhidos para dirigir, governar um movimento ou região, também são analisados por Max Weber como “homem político por vocação”.<sup>161</sup> Estes se estabelecem pelo que seu meio oferece que é a apropriação de um discurso de uma classe que pode estar presente em “todas as formas de dominação política, seja tradicionalista, legalista ou carismática”.<sup>162</sup> Nessa perspectiva, a devoção carismática manifesta-se em comunidades ou em grupos de indivíduos cuja mentalidade é semelhante a do chefe, ou líder guerreiro que domina seus seguidores.

Nesse sentido, observa-se que toda sociedade reproduz seu líder ou herói, e que este se estabelece de acordo com o meio em que está inserido reproduzindo suas necessidades de um grupo, como analisa Schwartz: “Cada líder se dedica ao mesmo exercício: surpreender, cativar e agradar. Cada um deles concebe a política como uma arte de sedução”, o que seria impossível sem o carisma.<sup>163</sup> Assim sendo: “A familiaridade, a simplicidade ou a modéstia pode construir uma arma política. No homem comum, são inerentes ao próprio personagem e muitas vezes naturais. No herói, elas ficam excluídas: prefere-se a altivez que convém ao chefe providencial”.<sup>164</sup>

A concepção de Max Weber aponta para uma política de dominação exercida por uma pessoa ou várias, que exercem domínio sobre as outras, através de dons espirituais específicos, considerados, sobrenaturais, simplesmente por não serem acessíveis a todo mundo. Para Weber o carisma está relacionado a uma interpretação da sociedade presente com seus agrupamentos e suas condutas.

<sup>160</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estatização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999, pp. 348-349.

<sup>161</sup> WEBER, Max. *Ciência e Política Duas Vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2011, p. 59.

<sup>162</sup> *Ibidem*, p.59.

<sup>163</sup> SCHWARTZEN, Roger-Gerard. *O Estado espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1978, p. 62.

<sup>164</sup> RIBEIRO, Cosme. *O carisma no espetáculo da política: a contribuição de Max Weber*. Disponível em: <<http://www.fiponline.com.br>>. Acesso em: 23/10/2012.

Para o sociólogo a autoridade se impõe na “crença da validade de um estatuto legal e de uma ‘competência’ a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido”. A análise weberiana é dessa forma que o Estado exerce o poder em nossos dias, assim como exercem todos os detentores do poder que dele se aproximam sob esse aspecto.<sup>165</sup>

Nesse ponto de vista o argumento weberiano se caracteriza nas relações entre dominantes e dominados, que se “internamente em *bases jurídicas*, nas quais se funda a sua ‘legitimidade’, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar conseqüências de grande alcance”.<sup>166</sup> Nessa perspectiva o ato de dominar está relacionado ao fato em que, o dominado, devota ao seu líder, justificativas para submissão, fundamentando-se no carisma, que abarca a noção de passividade de uma classe e a manipulação das mesmas. Essa concepção se estabelece na relação de Brizola e seus seguidores. Estes, conforme veremos nos depoimentos mais a frente eram conscientes do momento político e econômico que o Brasil estava passando. Ao embarcarem nas propostas políticas do líder esquerdista, entendiam estarem lutando por melhores condições de vida.

Contraopondo-se a perspectiva weberiana, Pierre Bourdieu se distancia da análise de cunho religioso e de passividade entre um grupo e seu líder. Para este autor o profeta não é um homem com características extraordinárias, mas sim como elemento participativo e competitivo inserido num determinado meio. Para ele o carisma profético se reduz à dinâmica das relações objetivas, onde o profeta se manifesta como intérprete daqueles que o escolhem. “Enquanto a crise não tiver encontrado seu profeta, os esquemas com os quais se pensa o mundo invertido continuam sendo produto do mundo a ser derrubado.”<sup>167</sup> Sua crítica às análises de Weber se dá quando o sociólogo não leva em conta a origem do capital religioso manejado pelo profeta.

O êxito do profeta permanece incompreensível enquanto a explicação estiver presa nos limites do campo religioso. A não ser que se invoque um poder miraculoso, ou seja, uma *criação ex-nihilo de capital religioso*, como faz Max Weber em algumas de suas formulações da teoria do carisma. Na verdade, assim como o sacerdote alia-se à ordem ordinária, o profeta é o homem das situações de crise quando a ordem estabelecida ameaça romper-se ou quando o futuro inteiro parece incerto.<sup>168</sup>

---

<sup>165</sup> WEBER, Max. *Ciência e Política Duas Vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2011, p. 57.

<sup>166</sup> WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Max Weber: *Sociologia*. Gabriel Cohn (org.). São Paulo: Ed. Ática, 1982, p. 128.

<sup>167</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1974. p. 77.

<sup>168</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1974, pp. 73-74.

Neste sentido as apropriações de Bourdieu se a próxima mais do conceito político e trabalhista de Leonel Brizola. O autor desconsidera a análise de Weber ao apreciar como fundamento para a legitimidade carismática o ato de reconhecimento das qualidades extraordinárias do profeta, sendo este uma representação que desconsidera as tensões e demandas sociais. Para Bourdieu o líder não é um homem de características excepcionais ou extraordinária, mas alguém que partilha com os outros um espaço em busca de mesmos objetivos e participa de semelhantes atividades dentro de um espaço político ou campo político. Sobre esse conceito o autor estabelece o campo político como um campo de forças e de lutas no qual “os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio, sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção, política mantêm com seus mandatários(...)”<sup>169</sup>

Concluimos que a liderança de Brizola deu-se dentro desse compartilhamento político junto à classe trabalhadora, e entre a implantação de seu projeto político reformista através de normas legais. Seu discurso trabalhista, apropriado de uma tradição e inflamado por sua admiração por Getúlio Vargas foram instrumentos capazes de mobilizar uma geração despertada pela crença de seu pronunciamento. Em tal perspectiva de observação a figura carismática de Brizola fica subordinada a dinâmica de relações objetivas, movimentações e situações que convergem para sua manifestação como líder político.

#### **2.4 - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) diante da crise política social que antecedeu ao golpe Civil/Militar de 1964 destacou-se como uma força política de pressão. Durante esse período o PTB apresentou um processo de radicalização sob a ótica do reformismo social e se aproximou de movimentos sociais como sindicatos, associações de militares subalternos, estudantes e camponeses em oposição aos grupos conservadores.

Nesta parte faremos um breve histórico do PTB com intuito de identificar e analisar o posicionamento do partido em sua fase da radicalização, a partir de 1961

---

<sup>169</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa. Rio de Janeiro: Duffel/Bertrand. Brasil, 1989, p. 164.

até 1964 com o advento do Golpe/Militar. Desta forma tomaremos ciência das causas que levaram Leonel Brizola a reunir grupos de esquerdas como os movimentos sindicais e populares mais radicais em relação à concretização das reformas de base. E, numa atitude mais extrema, a partir de outubro de 1963, organizou os Grupos de Onze. Organização pensada como uma futura organização revolucionária.

Importante observarmos as condições sócio-históricas de um período da política nacional em que se deu a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O fim da Segunda Guerra também trouxe mudanças no contexto político brasileiro. A derrota dos regimes nazistas/fascistas propiciou o retorno da democracia brasileira em 1945. No plano internacional, a Guerra Fria dividia o mundo entre potências opostas: EUA versus URSS. Na conjuntura interna, o país passava por um momento de transição com o desmantelamento da ditadura estadonovista (1937-1945). Havia ainda uma crescente insatisfação das oligarquias nacionais com a administração de Getúlio Vargas, além do que já se aspirava possibilidades de organização popular. Nesta perspectiva tomemos por base o que diz Dreifuss<sup>170</sup>.

Durante a ditadura Vargas, os partidos políticos foram proibidos, mas com o desmantelamento desta, a atuação dos partidos se fez necessária para as eleições presidenciais que se esboçavam. O Brasil passava por um momento de transição de regime, ao mesmo tempo que acompanhava as modificações no sistema político nacional.

A democratização política brasileira, com o final do regime varguista, consolida uma conjuntura pluripartidária. A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945, obrigava qualquer agremiação partidária a ter um caráter ou alcance nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais. O novo decreto-lei estabelecia que para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro de cinco ou mais Estados da federação (atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos de dez mil eleitores; personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.<sup>171</sup>

Foi nesse contexto que os partidos políticos se organizaram através do voto e se tornaram a forma mais importante para se chegar ao poder. É interessante observar que de 1945 até o desfecho do Golpe Civil/Militar em abril de 1964 a

<sup>170</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista Do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1981, p. 26.

<sup>171</sup> ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os Subalternos da Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em História. Porto Alegre, 2009, p. 40.

política brasileira foi polarizada entre os partidos getulistas (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Social democrático PSD) e o partido anti-getulista (União Democrática Social – UDN). Esses foram os principais partidos políticos que atuaram na cena política brasileira até o desfecho do Golpe Civil/Militar em 64.

A UDN congregava as elites rurais, representantes dos setores industriais e parte da classe média com posições “anticomunistas, antinacionalistas e anti-Vargas”.<sup>172</sup> O PSD, que nada tinha haver com “seus homônimos europeus”, “se baseava nos interventores estaduais, nos industriais de São Paulo” e na velha oligarquia.<sup>173</sup> Praticamente deteve o poder na esfera federal durante o período que durou o regime democrático.

O surgimento do PTB convergiu com o movimento do Queremismo. O partido foi criado por Vargas para representar o movimento sindical e dar suporte político ao governo. Dessa forma os partidos políticos constituíram-se como “organizações políticas que presumivelmente abarcavam representantes de diversos setores da sociedade brasileira”.<sup>174</sup>

Tomemos por base o que diz Serge Berstein. Este autor observa que para os historiadores o partido político é “o lugar onde se opera a mediação política”<sup>175</sup>. Acompanhando seu raciocínio a política é inerente as ações cotidianas da existência humana e que abarca tanto suas necessidades materiais como dão forma as representações de discurso de uma sociedade. Mas Berstein, também, aponta para a distância entre o domínio do concreto para o do discurso, que para ele ganham uma nova forma de expressão e de “linguagem codificada”.<sup>176</sup>

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.<sup>177</sup>

Diante dessa perspectiva a organização de uma agremiação partidária se dá através de uma hierarquização e de ralações de poder e a esfera nacional da

<sup>172</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista Do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1981, p. 27.

<sup>173</sup> Ibidem, p.27.

<sup>174</sup> ROLIM, César Daniel de Assis. Op. cit., 2009, p.40.

<sup>175</sup> REMOND, René. *Por Uma História Política*. In: BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. René Remond (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 60.

<sup>176</sup> I REMOND, René. *Por Uma História Política*. In: BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. René Remond (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 60-61.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 61.

estrutura local, mesmo que implique “a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam.”<sup>178</sup>

Dessa forma, vemos que a natureza da ação de um partido político na sociedade moderna, está voltada para a conquista do poder político na comunidade no qual está inserido. Esse poder é conquistado através do sufrágio que “introduziu no jogo político parcelas cada vez maiores das populações interessadas (...),<sup>179</sup>” a participar desse jogo, “numa forma de associação”. Sobre a natureza de associação de partido político, Norberto Bobbio utiliza a mesma definição que Max Weber, para o qual o partido político é “uma associação que visa um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltados para todos esses objetivos conjuntamente”.

Voltando a formação do PTB ela remonta já a Primeira República, através das forças populares, que encontram substâncias materiais e simbólicas durante o Estado Novo<sup>180</sup>, vindo a se fortalecer com o fim do Estado Novo. Foi neste contexto de redemocratização que foi criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de uma “das vertentes do bonapartismo de Vargas” com o objetivo de se aproximar dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, fazer frente ao Partido Comunista, que, nos últimos anos, vinha ganhado grande prestígio entre os operários. “O aparelho sindical, montado a partir de 1930 serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de central operária, sua fonte de poder.”<sup>181</sup> De acordo com Bandeira o PTB era o ponto de equilíbrio entre a da classe operária e o capitalismo.

Evidentemente, como o próprio Vargas declarou, o PTB, ao menos em seus primórdios, não era socialista, era apenas socializante e devia constituir uma opção para os trabalhadores, que não integrariam nem o PSD nem a UDN, variantes da oligarquia cindida (...) Funcionaria como anteparo contra o avanço do PCB, organização mais avançada dos trabalhadores, até então reprimida pelo Estado Novo.<sup>182</sup>

<sup>178</sup> I REMOND, René. *Por Uma História Política*. In: BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. René Remond (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p.63.

<sup>179</sup> Ibidem, p.63.

<sup>180</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>181</sup> BANDEIRA, Muniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1978, p. 27-28.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 29.

Ainda segundo Bandeira<sup>183</sup> a cooptação dos operários pelo Partido Comunista Brasileiro era assunto de preocupação desse governo desde a década de 30. Essa análise anticomunista do governo Vargas é desconsiderada por Ângela de Castro Gomes em seu artigo “Uma breve história do PTB”,<sup>184</sup> que descarta a versão de um partido inventado “de última hora”. “Ele não foi concebido exclusivamente para funcionar como um contrapeso à força crescente e surpreendente do Partido Comunista, nem foi imaginado *a posteriori* como alternativa eleitoral ao elitismo ao PSD”. De acordo com Gomes a formação desses dois partidos resulta “da frustração do projeto de ‘partido único de massas’, que vinha sendo acalentado no seio do Estado Novo”.<sup>185</sup> Segundo a historiadora o PTB foi criado como uma “melhor opção para o trabalhador brasileiro”, e, que tinha como base o discurso trabalhista de Vargas “e não seu anticomunismo”.<sup>186</sup>

Convivendo com outras organizações partidárias de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada, não há dúvida de que PSD, UDN e PTB foram organizações que dominaram o sistema partidário do país, um sistema que se tornara nacional justamente em 1945, quando esses partidos se formaram.<sup>187</sup>

O PTB foi o partido nacional mais identificado com a política trabalhista e com o sindicalismo urbano. A mística em torno da figura de Getúlio Vargas estendeu ao PTB o símbolo do partido popular compondo-se de políticos e sindicalistas, que apresentavam como atributo político central, a ligação com o aparelho administrativo do Estado e com o Ministério do Trabalho.

O PTB no período de 46-64 foi o “partido de maior crescimento nacional.”<sup>188</sup> A participação crescente das classes populares no cenário político fez com que o partido passasse por formulações em sua postura partidária. O trabalhismo cada vez mais se apresentava com objetivos reformistas e nacionalistas. Neste período, o país vivia em torno das questões nacionais e sócio-econômicas. Os trabalhistas e nacionalistas tinham na figura de Brizola seu maior expoente. Já no governo do Rio Grande Sul (1959-1962), o líder trabalhista esboçava uma acentuada radicalização

<sup>183</sup> BANDEIRA, Muniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1978, p. 29.

<sup>184</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Trabalho apresentado na Conferência realizada no I Curso de Capacitação Política, em 12 de julho de 2002 na sede do PTB em São Paulo, p. 2. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/produção\\_intelectual/arq/1280.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/produção_intelectual/arq/1280.pdf)>. Acesso em: 23/10/2012.

<sup>185</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Ângela Maria de Castro Gomes, Maria Celina Soares D’Araujo (Org.). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro. 1987.

<sup>186</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., 2002, p. 2.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>188</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O velho PTB Paulista: Partido Sindicato e Governo em São Paulo: 1945-1964*. Coleção Cadernos CEDEC, n. 11. São Paulo, 1988, p. 13.



política. Sua decisão de encampar as empresas subsidiária da Bond em Share (1959) e a *The Rio Grandense Light And Power Limited*; no setor de comunicação houve a da *International Telephone & Telegraph Corporation* (IT&T), um início de reforma agrária e esforços realizados no campo da educação, como a criação de novas escolas conhecidas como as “brizoletas”, caracterizou um processo de radicalização.

Mas foi a partir de 1960 que o partido apresentou uma gradativa desvinculação do getulismo tomando uma postura mais radical e um viés reformista. Tal situação se aprofundará, sobretudo, após o Movimento da Legalidade e seu desfecho com aprovação do Parlamentarismo, quando o governador ganha definitivamente projeção nacional. O líder trabalhista pretendia aprovar as Reformas de Base, o que seria de total desacordo com as alas conservadoras do Congresso Nacional, que constituíam um empecilho para essas mudanças. O reformismo tinha como tônica a crença na resolução dos problemas sociais e a superação do subdesenvolvimento.

Para Ferreira os eventos ocorridos em final de agosto de 1960 e início de 1961 foram marcos importantes desta radicalização das esquerdas, em especial do Partido Trabalhista Brasileiro, e, em última instância culminariam como Golpe de 64.<sup>189</sup>

O PTB tendeu a aprofundar a aproximação com movimentos sociais, a exemplo de sindicatos, associações de militares subalternos, estudantes e camponeses. Dessa forma o PTB se firmou na direção da esquerda como um partido popular, emergindo como a segunda força eleitoral do país.<sup>190</sup> Na liderança do PTB, Brizola passou a representar uma corrente mais à esquerda em contraponto com a posição de João Goulart, expoente de uma política mais conciliatória.

De 1954 a 1964, vários foram os trabalhistas e lideranças que, no interior do PTB, disputavam o poder de redefinir os conteúdos programáticos do partido e suas bases de atuação. Esse foi um segundo momento do trabalhismo, de um

---

<sup>189</sup> Para Jorge Ferreira e D’Araujo, “o golpe militar foi contra o PTB, sua prática política e suas lideranças”. In FERREIRA, Jorge *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 368.

<sup>190</sup> BANDEIRA, Muniz. BANDEIRA, Muniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1978, p. 30.

trabalhismo sem Vargas, dominado pelas figuras de Jango, Fernando Ferrari, Lúcio Bittencourt, Leonel Brizola e San Tiago Dantas, entre outros.<sup>191</sup>

---

<sup>191</sup> GOMES, Ângela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: *Revista anos 90*, v. 11, n. 19/20. Porto Alegre, 2004, pp. 11-20.

## Capítulo 3 - Os Grupos de Onze

Iniciaremos nossa análise expondo a formação dos Grupos dos Onze e discorrendo a respeito dos relatórios elaborados pelo DOPS da Guanabara. Além disso, tentaremos compreender por intermédio de fontes orais e de fontes impressas como esses grupos atuaram e compreender de uma forma mais ampla as características dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas.

### 3.1 - Os Onze Companheiros

Em início de 1963 o perigo eminente de um golpe rondava o cenário político da época, enquanto a relação contraditória entre Leonel Brizola e João Goulart se acirrava. Brizola cobrava de seu cunhado mais audácia e coragem nos seus atos de governo. Empenhado em sua luta pelas reformas estruturais, nos últimos meses de 63, Brizola toma mais uma atitude radical. Numa ação extraparlamentar<sup>192</sup>, no final desse mesmo ano, o então deputado federal pelo estado da Guanabara formou o Grupo dos Onze. O principal objetivo desses grupos era de pressionar o presidente da república João Goulart a enviar ao Congresso Nacional o projeto das Reformas de Base<sup>193</sup>, além de defender o Brasil de um possível golpe para a derrubada do governo Jango.

Através dos discursos proferidos por Leonel Brizola na rádio Mayrink Veiga, muitos Grupos de Onze companheiros se formaram no Brasil, principalmente no interior do Rio Grande do Sul, onde Brizola gozava de enorme prestígio. Para tanto, Brizola usou seu expediente mais conhecido: a mobilização popular. Inspirados nos

<sup>192</sup> Como deputado federal pelo estado da Guanabara Brizola “direcionou sua atividade política muito mais para luta fora do Congresso do que dentro dele. De acordo levantamento feito Maria Helena Versiani, até 10 de abril de 1964, quando teve seu mandato cassado pelo regime militar, Brizola proferiu apenas 16 discursos no plenário da Câmara dos Deputados: sete defendiam o encaminhamento pelo governo do projeto de reforma agrária, três sublinhavam a necessidade de organização dos trabalhos das comissões parlamentares dentro da câmara tendo em vista a agilização do programa de reformas políticas, quatro denunciavam ações antinacionalistas subliminares à compra pelo governo federal de empresas concessionárias de serviços públicos, e dois denunciavam uma articulação da empresa jornalística Diários Associados com o Banco do Brasil, envolvendo de um lado sucessivas concessões de crédito e, de outro, total, inadimplência.” Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Força do Povo: BRZOLA e o Rio de Janeiro*. (Org.) FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Alerj, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. 2008, p. 31.

<sup>193</sup> De acordo com Ferreira (2007) a luta pela aprovação das Reformas de Base junto ao Congresso Nacional foi o maior expoente da radicalização do PTB, pois para conseguir sua implementação, Leonel Brizola se afastou da linha conciliatória de João Goulart, liderando os partidários mais a esquerda do partido, denominados nacional revolucionários, e fazendo associações com o partido Comunista Brasileiro. FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Coleção As esquerdas no Brasil, v. II, pp. 545-546.

acontecimentos da Campanha da Legalidade, o líder esquerdista, através da Rede do Esclarecimento, conclamou a população brasileira a formar os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas.

A formação desse movimento aguçou ainda mais os setores conservadores da sociedade, já que os Grupos dos Onze foram comparados a células comunistas. Mas quem eram os Grupos de Onze? E quais eram seus objetivos? Qual era o grau de politização desses grupos?

### 3.2 - Uma organização do povo

Perscrutando os documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS),<sup>194</sup> do Estado da Guanabara encontramos o Inquérito de investigação intitulado “INFORME GRUPO DOS ONZE OU COMANDOS NACIONALISTAS”<sup>195</sup> com o subtítulo: “Histórico, conceituação, finalidade e organização”. O relatório elaborado pela Comissão de Investigação da polícia/política trata do conteúdo de um estudo supostamente encontrado nos arquivos pessoais de Brizola, imediatamente “após a revolução de 31 de março,”<sup>196</sup> além de construir uma cronologia com a descrição de iniciativas relacionadas à formação dos Grupos de Onze.

De acordo com o Informe nos dias 19 e 25 de outubro o “Dep. Leonel Brizola fez um pronunciamento na Rádio Mayrink Veiga convidando o povo a se organizar em defesa do nacionalismo”<sup>197</sup>. Inicialmente estes grupos foram pensados como “uma organização na base de 5 elementos,”<sup>198</sup> porém, depois de um estudo minucioso, o número de participantes passou para onze. E no dia 25 de outubro,

<sup>194</sup> O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 1924 em São Paulo. Foi o órgão do governo brasileiro, utilizado durante o Estado Novo “que passou a ser o principal órgão do aparato repressivo do Estado, voltado essencialmente para a vigilância sobre os considerados “suspeitos” de desordem política e ou social. A DOPS-SP foi criada por meio da Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, no interior do Gabinete de Investigações e Capturas do Estado, e foi regulamentada pelos decretos nº 4.405-A, de 17 de abril de 1928, e nº 4.715, de 23 de abril de 1930. Seu objetivo era o de manter sob controle as ações das classes subalternas, especialmente os chamados “agitadores operários”. Ora como “delegacia”, ora como “superintendência”, o órgão sofreu numerosas mutações e, em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a delegacia de Ordem Política e Social, então subordinada à Chefia de Polícia, intensificou as suas ações.” MENDONÇA, Eliana. *O aparato repressivo na particularidade do estado republicano: as delegacias de polícia políticas*. Artigo. Publicado na página eletrônica da Revista Histórica, nº 39 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>>. Acesso em: 12/12/2012.

<sup>195</sup> O Inquérito faz parte da “Caixa Comunismo 66, dossiê nº 6” da Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Serviço de Informação, que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> Ibidem.

<sup>198</sup> Ibidem, folha I

Brizola se referiu pela primeira vez a “agrupamentos de 11 elementos.”<sup>199</sup> A razão para essa mudança estaria na comparação da organização com uma equipe de futebol, com onze jogadores dentre os quais um é o capitão da equipe conforme explica Baldissera:

Além de comparar os membros do grupo a jogadores de futebol, que devem se organizar para enfrentar um adversário, Leonel Brizola enfatizava a importância de cada um na gigantesca tarefa a ser realizada, comparando-os a pequenos tijolos, mas que são imprescindíveis para a construção dos grandes edifícios.<sup>200</sup>

Confirmando essa explicação Alípio de Freitas<sup>201</sup>, um dos mentores dos Comandos Nacionalistas, analisa da forma seguinte o significado do processo de mobilização:

é uma constatação óbvia a paixão do povo brasileiro pelo futebol. Como cada time de futebol tem onze jogadores não foi difícil extrapolar essa idéia para formações de natureza política. É assim que pelo futebol se chega à formação de Grupos de Onze. Devo dizer que em boa parte o segredo do seu sucesso e rápida rolferação foi o fato de cada brasileiro poder organizar o seu próprio “time”, transferindo para a política uma parte da sua paixão pelo futebol.<sup>202</sup>

Os documentos apreendidos pelo DOPS seriam supostamente um estudo encomendado por Brizola ao Professor Coriolano F. Vieira, do estado da Guanabara, sobre “motivação e mobilização popular para a sua campanha”<sup>203</sup>, o que não deixou de ser considerado “altamente subversivo” e com intenção de submeter toda sociedade brasileira, inclusive as Forças Armadas.<sup>204</sup> Dessa forma a intenção do documento era enfatizar um poder capaz de subverter a ordem: “impor a vontade

<sup>199</sup> APERJ. Caixa Comunismo 66. Dossiê n. 6, folha I e II.

<sup>200</sup> Balissera. Marli de Almeida. Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas na Região o Alto Uruguai/RS. Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul. 2003.p75.

<sup>201</sup> Alípio de Freitas é ex-padre. Ainda como religioso foi para a cidade de São Luiz do Maranhão, no Brasil, em 1957, onde se chocou com a miséria do lugar. Na região ajudou na organização de Associações de Moradores, lecionou na Universidade Federal da região História Antiga e Medieval e participou da Organização dos Trabalhadores Rurais através das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Em 1962, após participar de um comício, organizado pelo PCB a favor pelas Reformas e Base no Rio de Janeiro, é repreendido pela igreja Católica e resolve abandonar a vida religiosa. Meu encontro com Alípio de Freitas se deu em janeiro de 2013, na redação do jornal Nova Democracia, no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro, depois de várias tentativas de entrar em contato com ele. Na ocasião ele fez questão de esclarecer que: “não existe entre mim e a igreja qualquer tipo de ligação, a não ser aquela de velhas amizades que sempre se mantêm apesar das diferenças políticas e ideológicas”, e, que seu “conhecimento com Brizola inicia-se logo após a formação da Cadeia Legalidade,” se tornando uma “grande amizade” e que mesmo não fazendo parte dos quadros do PTB, deu “suporte político à resistência popular ao golpe militar-fascista, que se preparava para tomar conta do país”. Com a ditadura militar, Freitas ficou preso entre 1964 e 1981, perdeu suas nacionalidades (portuguesa e brasileira). Desde 1981 vive em Portugal. Conseguiu de volta sua cidadania portuguesa em 1985. Hoje dirige a Casa Grande do Brasil, fundada por ele em Portugal em 2004 para atender às necessidades das comunidades brasileiras no país.

<sup>202</sup> Depoimento a Alípio de Freitas à autora por e-mail em 01-2013.

<sup>203</sup> APERJ. Caixa Comunismo 66. Dossiê n. 6, folha I.

<sup>204</sup> Ibidem.

de Brizola à Nação, através de uma organização que se infiltraria na estrutura social brasileira, inclusive nas Forças Armadas (...).”<sup>205</sup>

Para Freitas essa acusação é inverídica. Segundo ele os G11 eram “uma organização política de natureza popular” que encontrava apoio de outros grupos de esquerda na defesa das reformas políticas e sócio-econômicas:

A ideia da formação de Grupos de Onze nasce entre alguns militantes da antiga Ação Popular (AP), na qual eu me incluía, e a direção da Frente de Mobilização Popular (FMP), organização essa liderada por Leonel Brizola e de cuja Direção Executiva eu também fazia parte. A FMP era uma frente de massas constituída por várias organizações, tais como a CGTP, a UNE, a UBES, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, e ainda outras organizações de massas e sindicais, umas ligadas ao Partido Comunista, outras não.<sup>206</sup>

Deve-se destacar que mesmo sendo um dos mentores dos Comandos Nacionalistas, Freitas deixa claro que não fazia parte dos quadros do PTB por “razões políticas”: “a primeira é que eu só entendia o trabalhismo unido e dentro de um só partido; a segunda e mais importante, é que eu descrera em absoluto da capacidade dos partidos burgueses, mesmo ditos de esquerda, para impor no Brasil reformas transformadoras e revolucionárias.”<sup>207</sup>

Perguntado sobre qual o objetivo dos G11 ele foi enfático em responder: “Era o de lutar pelas reformas sócio-econômicas. A FMP tinha como objetivo principal apoiar as reformas de base do governo de João Goulart e aprofundar a luta política no sentido de concretizá-las.”<sup>208</sup>

O relatório mostra ainda as áreas em que os Comandos Nacionalistas deveriam atuar. Eles deveriam cobrir meticulosamente todo território nacional dividido numericamente em regiões – compostas de onze ou mais províncias com 29.282 ou mais membros; províncias – compostas de 22 distritos ou 2.662 membros; distritos – compostos de 11 unidades ou 121 membros; unidade – composta de 1 grupo de 11 membros.<sup>209</sup> O país seria dividido em sete regiões:

<sup>205</sup> APERJ. Caixa Comunismo 66. Dossiê, folha I.

<sup>206</sup> Depoimento de Alípio de Freitas à autora por e-mail em 30-01-2013.

<sup>207</sup> Ibidem. Sobre a relação entre a filiação ao comunismo e o apoio ou afastamento do PTB e de forças reformistas, tentamos novos contatos com o depoente mas, até o momento de escrever essa dissertação, não obtivemos novas informações.

<sup>208</sup> Ibidem..

<sup>209</sup> APERJ. Caixa Comunismo 66. Dossiê nº 6, folha 1.

1ª. Região: Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo; 2ª. Região: Bahia e Sergipe; 3ª. Região: Minas Gerais; 4ª. Região: São Paulo e Paraná; 5ª. Região: Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 6ª. Região: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; 7ª. Região: Ceará, Piauí, Maranhão e Fernando de Noronha.<sup>210</sup>

Como principais líderes da organização são apresentados: Chefe: Brizola; Centro de Comunicações: Cel. Dagoberto e Paulo Scilling; Trabalho no Campo: Padre Alípio<sup>211</sup>; Trabalho Sindical: Paulo Shilling e Batista; Material: Almirante Aragão; Trabalho no Nordeste: Neiva Moreira; Trabalhos em São Paulo: Almino Affonso; Trabalho em SG, PR, GB e RS: Brizola.<sup>212</sup>

No dia 29 de novembro “começa a ser distribuída a publicação ‘Organização dos Grupos de Onze’ Companheiros ou Comandos Nacionalistas”.<sup>213</sup> A publicação a que se refere o informe policial é a cartilha<sup>214</sup>, uma espécie de manifesto, composto de dez páginas, que apresentava, também, a justificativa para a formação dos Comandos Nacionalistas, que era baseada “no momento histórico decisivo por que o Brasil estava passando e que se refletia na vida de cada pessoa.”<sup>215</sup> Para tanto, o líder esquerdista usava o que se tornou sua bandeira de luta em defesa do nacionalismo, a Carta Testamento de Getúlio Vargas. Nela se encontram os acontecimentos e argumentos decisivos para consolidar a opção nacionalista de Brizola, como as pressões do capital financeiro externo, os lucros exorbitantes das empresas estrangeiras, que levaram a “um quadro de pobreza e submissão dos trabalhadores.”<sup>216</sup>

Hoje ninguém mais nos ilude, porque sabemos que os preços sobem, que a inflação se acelera, que não vêm as reformas, que o nosso povo se marginaliza e tem de lutar desesperadamente para sobreviver e que a nossa própria soberania se degrada, em conseqüência do monstruoso processo espoliativo, do saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras os frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro. Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até os negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação do nosso povo. Esta minoria hoje é o que podemos chamar de antipovo, de antinação. Não deixa que as

<sup>210</sup> APERJ. Caixa Comunismo 66, dossiê, folha I..

<sup>211</sup> Alípio de Freitas esclarece, que mesmo não sendo mais padre, era assim que era conhecido no meio em que militava.

<sup>212</sup> APERJ. Caixa Comunismo 66, dossiê, folha I e II.

<sup>213</sup> Ibidem.

<sup>214</sup> Ibidem.

<sup>215</sup> CARTILHA. *Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Retirada do site Disponível em: <<http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acessado em: 10/11/2012..

<sup>216</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In FERREIRA, Jorge & Aarão REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 556.

reformas se realizem e opõe toda a sorte de obstáculos à defesa dos interesses nacionais, porque as reformas e a libertação de nosso povo representariam o fim de seus privilégios anti-sociais e antinacionais. Cada dia que passa a situação fica pior para o nosso povo.<sup>217</sup>

Verifica-se nesse discurso referências à Carta Testamento de Getúlio Vargas como referencial para esses “grupos”. Através desse texto Brizola argumentava sobre a difícil vida que o povo brasileiro enfrentava com o agravamento da crise econômica, o que resultaria, em breve, na revolta da população mais carente. O resultado seria o alastramento de manifestações populares, através de greves, protestos. Era o povo lutando pelos seus direitos.

O manifesto mostrava ainda que o deputado não se intimidaria com uma possível reação da oposição e por isso não hesitava em incentivar o povo a reagir:

Ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo; em matéria de liberdade, a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios; família, sim, desde que não se trate da família do povo, degradada pela crise, pela angústia, pela fome e a doença, pela mortalidade e pela injustiça social; e tradições cristãs, também como se Cristo tivesse surgido no mundo como um homem de negócios ou com privilégios do patriciado romano e não de uma família de operários, como se o filho de Deus tivesse vindo à terra para confraternizar em festins e bons negócios com os espoliadores romanos que então dominavam e oprimiam o povo hebreu.<sup>218</sup>

Devemos ter em conta que o discurso contundente de Brizola e seu carisma contribuíram para aglutinação de tantas pessoas. Segundo Ferreira o movimento organizado pelo líder gaúcho, “como forma de organização das forças populares, objetivando as reformas de base, sobretudo a agrária, fez parte de uma das mais bem sucedidas simbologias criadas pelo líder da Frente de Mobilização Popular”.<sup>219</sup> Para tanto, Brizola enfatizava a importância de cada brasileiro na luta pela defesa do nacionalismo.

Um grupo de onze companheiros pode parecer pequeno dado ao grande número, os milhões e milhões de patriotas e nacionalistas existentes em nosso país, e dispostos a cumprir as tarefas que a Pátria comum está exigindo de nós. Pode parecer

<sup>217</sup> CARTILHA. *Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Retirada do site Disponível em: <<http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acessado em: 10/11/2012.

<sup>218</sup> *Ibidem*.

<sup>219</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In FERREIRA, Jorge & Aarão REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 556



pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com suas funções e adequadamente dispostos, é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armado.<sup>220</sup>

Para Brizola muitos destes brasileiros “já eram conscientes politicamente, no entanto, agiam de maneira isolada e esperavam uma orientação para criar formas de organização”.<sup>221</sup> Dessa forma só existia uma meta: “a organização do povo, eis tarefa urgente e imprescindível, nesse momento. Povo desunido, povo desorganizado”<sup>222</sup> e somente organizados politicamente os brasileiros deixariam de ser “presas fáceis da exploração de minorias dominantes e privilegiadas.”<sup>223</sup>

Outra questão que o líder esquerdista enfrentava era a corrida contra o tempo. Era necessário organizar o mais rapidamente a população à medida que “se aproximava a hora do desfecho” ainda mais num país com dimensões continentais. Nesse sentido era necessário consolidar em unidade de força popular todos aqueles que “seguiram a Carta Testamento de Getúlio Vargas.”<sup>224</sup>

Dessa forma, Brizola contava com a espontaneidade ocorrida na defesa da Legalidade em 1961. Através dos microfones da Mayrink Veiga conclamava o povo com o objetivo de defender as conquistas democráticas e as reformas de base, para libertar a nação da exploração estrangeira, resistindo ao golpe.<sup>225</sup>

Percebe-se que a ideologia nacionalista reformista de Brizola tinha como objetivo a autonomia político-econômica para o Brasil, fundamentada num plano de defesa contra os possíveis ataques dos setores direitistas da sociedade.

Para Paulo Schilling, a organização dos G11 teve um caráter verdadeiramente revolucionário. Esta não é a visão predominante encontrada através de nossas pesquisas, mas é um olhar de um dos mentores dos Comandos Nacionalistas. Nesse sentido, a organização dos G11 teria se dado na lógica de luta revolucionária pela defesa dos interesses nacionais. Para ele as bases fundamentais do nacionalismo popular revolucionário tinham na figura de Brizola sua principal

<sup>220</sup> CARTILHA. *Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Retirada do site Disponível em: <<http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acessado em: 10/11/2012.

<sup>221</sup> Ibidem.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In FERREIRA, Jorge & Aarão REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 558

<sup>224</sup> Ibidem, p. 556.

<sup>225</sup> Ibidem, pp. 557-558.

liderança para implementação de um nacionalismo socialista. Segundo este autor a luta de Brizola se caracterizava:

[...] pelos esforços em liberta-se das amarras colonialistas, por aspirar uma independência plena e a igualdade racial, superar o subdesenvolvimento e a miséria e estabelecer pelo menos uma forma primária de justiça social. O nacionalismo das nações exploradas é defensivo: quando utiliza a luta armada é como último e desesperado intento de conseguir a libertação.<sup>226</sup>

Depois de uma leitura atenta dos princípios que norteavam os Comandos Nacionalistas, a publicação apresentava, impressa, a ata que deveria ser preenchida com os nomes de cada integrante do G11 e suas funções. Logo que organizada a ata com os nomes dos recém integrantes, com seus respectivos endereços, esta deveria ser enviada para a rádio Mayrink Veiga, nº 15, na Guanabara. Os nomes dos novos membros dos Comandos Nacionalistas seriam lidos pelo próprio Brizola, que toda semana “divulgava ao Brasil listas com adesões de milhares de pessoas à sua causa: as Reformas de Base e a manutenção do Estado democrático.”<sup>227</sup> O manifesto também sugeria que “a sede do comando será a residência de qualquer um dos seus membros.”<sup>228</sup>

Também cabia aos novos integrantes do G11 ouvir os pronunciamentos de Brizola na Rádio Mayrink Veiga às sextas-feiras, no horário das 21h30. Logo a seguir, após a meia-noite, seriam lidas comunicações enviadas pelos companheiros, bem como difundidas as instruções e esclarecimento para as atividades dos Comandos Nacionalistas.

De acordo com Nélio Menezes,<sup>229</sup> 77 anos, diretor de Patrimônio da Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas de Duque de Caxias (ANAPAP), “muita gente ia pra porta da rádio Mayrink Veiga pra ver o deputado Brizola de perto.” Ex-militante do PTB, Menezes disse não ter pertencido a nenhum Grupo de Onze, mas trabalhou “na arregimentação de pessoas para o partido, na distribuição de panfletos e na organização de ouvintes que visitavam a rádio para ver o deputado”. Percebe-se um ar de saudosismo quando Menezes se refere àquela época: “A emissora era freqüentada por muitos trabalhadores que atendiam aos apelos do Brizola. Era gente de variada tez, variados tipos de

<sup>226</sup> SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo. Editora Global. 1979, pp. 28-29.

<sup>227</sup> BALDISSERA, Marli. *Onde estão o Grupo dos Onze?* Artigo. Disponível em:

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/onde-estao-os-grupos-de-onze>>. Acesso em: 10/10/2012.

<sup>228</sup> Modelo de ata. Disponível em: <<http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acesso em: 10/10/2012.

<sup>229</sup> Depoimento de Nélio Menezes à autora em 24/07/2012.

profissão. Mulher... é o que tinha! As pessoas chegavam com listas de nomes. Todos queriam fazer parte do movimento.”<sup>230</sup>

De acordo com Skidmore Leonel Brizola possuía um lado “rudemente viril”, o que “aumentou as simpatias das classes mais baixas por ele ao mesmo tempo que afastou a classe média e a ‘respeitável’ elite política.”<sup>231</sup> Neste contexto não foi difícil disseminar ideias e crenças que ajudaram a alimentar certezas sobre a hora do desfecho que se aproximava. No entanto, o mesmo autor ressalta que nem todos os integrantes do PTB sustentavam as intenções de Brizola sobre um projeto mais radical. “Para muitos da esquerda ‘jacobina’, Brizola inspirava medo, mas não respeito.”<sup>232</sup> Neste caso devemos ter em conta a influência da mídia no universo político de cooptação de seguidores que é muito mais “que a simples relação de intervenientes ativos esforçando-se para impor sua influência a sujeitos mais ou menos passivos.”<sup>233</sup>

As palestras de Brizola iam ao ar todas as sextas feiras, às 21h30min e após a meia-noite, chamavam-se “Rede do Esclarecimento”, e eram transmitidas pela Mayrink Veiga e demais rádios espalhadas pelo Brasil e a ela associadas.<sup>234</sup> Assim, direcionando as orientações dirigidas aos Comandos Nacionalistas, o deputado também pedia contribuições para os seus projetos.

Segundo Menezes, “muitos ouvintes contribuía para manter o programa no ar, mas a maior parte da verba era Brizola quem trazia. Ele era conhecido como o ‘homem da mala’, porque ele chegava com uma bolsa cheia de dinheiro para pagar o horário do programa”<sup>235</sup>.

Uma matéria publicada na revista “O Cruzeiro”<sup>236</sup> em 8 de agosto de 1964, intitulada “Os Dólares de Fidel Para Brizola”, denuncia um auxílio de Fidel para

<sup>230</sup> Depoimento de Nélio Menezes à autora em 24/07/2012.

<sup>231</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1939-1964)*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 340.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 340.

<sup>233</sup> JEANNENEY, Jean Noel. A mídia. In: REMOND, René. *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 221.

<sup>234</sup> SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos Onze: Política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai*. RS – 1947/1968. Universidade de Passo Fundo. Mestrado em História. 2003, p. 107.

<sup>235</sup> Depoimento do Nélio Menezes à autora em 24/07/2012.

<sup>236</sup> No dia 8 de agosto de 1964, a revista O Cruzeiro publicou a matéria intitulada “Dolares de Fidel para Brizola”. A matéria apresentava um relatório da comissão de investigação sobre as atividades subversivas de Leonel Brizola. Segundo o “informe reservado, remetido a 13 de abril deste ano, ao Ministério da Guerra, pelo adido militar brasileiro no México, denunciando a ajuda financeira de Fidel Castro (dez milhões de dólares) a Leonel Brizola até o momento, a mais espantosa prova de que o movimento subversivo organizado e liderado pelo ex-governador gaúcho obedecia a um esquema internacional, para transforma o Brasil numa nova Cuba.”. Revista O Cruzeiro, 8/8/1964. pp. 4-5. Arquivo da ABI.

Brizola na “ordem de 19 bilhões de cruzeiros naquela época,” para apressar a eclosão de um movimento revolucionário no Brasil.<sup>237</sup>

A reportagem do suposto envolvimento de Brizola com Fidel Castro, denuncia o esforço de Brizola para manter o jornal “Panfleto” e o seu programa de rádio:

Brizola iniciava uma campanha financeira, para manter o boletim “Panfleto”, e os ouvintes da Rádio Mayrink Veiga organizavam listas de angariação de dinheiro, que era remetido ao ex-deputado. Em geral, eram remetidos cheques em nome de Leonel Brizola. Outras vezes, os ouvintes remetiam dinheiro vivo. As quantias, em geral, não eram grandes, e os remetentes pediam “desculpas, prometendo voltar com novas remessas”. Naturalmente, Brizola não dava muita importância a êsses pobres remetentes de 2000, 500, 1.000 cruzeiros, porque aí estava Fidel Castro – segundo o informe oficial – encaminhando-lhe dez milhões de dólares para a montagem do esquema revolucionário.<sup>238</sup>

Menezes revelou desconhecer esse suposto patrocínio cubano. De acordo com ele a verba para manter o programa vinha de pessoas de todas as partes do Brasil, uma vez que o “deputado pedia ajuda financeira através de seu programa radiofônico”, e continua: “Ele era considerado um líder na época, e de fato era. O que o deputado falava, estava falado e o povo atendia. Por isso inventavam essas coisas. Também tinha o jornal dele<sup>239</sup>, que pedia contribuição”. Abaixo, o anúncio divulgado pelo jornal Panfleto ilustra a campanha de financiamento de materiais de publicidade e programas de rádio empreendida por Leonel Brizola.<sup>240</sup>

Figura 1 – Anúncio “colaboração com a imprensa livre.”<sup>241</sup>

<sup>237</sup> Dolares de Fidel para Brizola. Revista *O Cruzeiro*, 8/8/1964. Arquivo da ABI/RJ.

p. 6.

<sup>238</sup> Ibidem.

<sup>239</sup> O jornal ao qual o entrevistado se refere é o Panfleto.

<sup>240</sup> De acordo com Elenice Szatkoski o jornal Panfleto para Brizola foi o empreendimento para apresentar suas posturas políticas. Para isso contou com o apoio de várias pessoas e entidades para organizar o que denominou “imprensa livre”. O jornal Panfleto tinha editora própria, por onde intelectuais e políticos objetivavam levar ao “homem da rua” informações acerca dos acontecimentos no Brasil e no exterior. O Panfleto circulou em sete edições de janeiro a março de 1964, e foi fechado pela imposição da ditadura militar. Ver também ABREU, Alzira Alves de (e outros). Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930. VI, II, IV. Rio de Janeiro. FGV/PDOC, 2001.


<sup>241</sup> Jornal Panfleto p. 29. ed. 6. 23 de março de 1964. *Apud* de SZATKOSKI, Elenice. *O Jornal Panfleto e a Construção do Brizolismo*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2008. P. 39.

**O POVO**  
**financia a**  
**verdade do**  
**POVO**

Em apenas duas semanas, o POVO enviou mais de Cr\$ 3 milhões para a Rádio Mayrink Veiga. As contribuições chegam de todos os recantos do país, porque o POVO sabe que não terá imprensa livre com dinheiro da Embaixada Norle-Americana.

Colabore com a campanha popular pela imprensa livre, remetendo o que puder, em cheque ou vale postal, para a Rádio Mayrink Veiga ou para PANFLETO, aos cuidados dos deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos e Neiva Moreira.

Figura 2 – Financiamento da “verdade” através da Rádio Mayrink <sup>242</sup>

**O POVO**  
**financia a**  
**verdade do**  
  
**POVO**

**O POVO**  
 fará de  
**PANFLETO**  
 o maior jornal do Brasil

**O POVO**  
 levará a voz da  
**Mayrink Veiga**  
 a toda a América do Sul

Colabore com a campanha popular pela imprensa livre remetendo sua contribuição em cheque ou vale postal para a Rádio Mayrink Veiga ou para PANFLETO, aos cuidados dos deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos e Neiva Moreira.

<sup>242</sup> Jornal Panfleto, Ed. n. 3,2 março de 1964, p. 27. Apude SZATKOSKI Elenice. *O Jornal Panfleto e a Construção do Brizolismo*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2008, p 41.

Analisando a campanha popular feita no Panfleto convocando a população a colaborar “como puder”, é possível imaginar que Brizola, com seu poder de mobilização, tenha conseguido angariar fundos para seu programa de rádio e para a proliferação dos Grupos de Onze em todo o país, mas precisamos ainda de pesquisas mais profundas para confirmar ou descartar a possibilidade de outros financiamentos. O próprio jornal, no mesmo anúncio, respondendo a informações que seriam inverídicas, revela que em apenas duas semanas o “povo enviou mais de Cr\$ 3 milhões para a Rádio Mayrink Veiga”, o que confirmaria o argumento de Freitas de que a reportagem publicada pela revista O Cruzeiro foi tendenciosa e com claro objetivo de atender aos interesses dos Estados Unidos. Segundo ele,

Em relação ao Cruzeiro, se você pesquisar com calma e sem prejuízos intelectuais e políticos saberá logo com uma simples leitura a quem servia o Cruzeiro, quem eram os seus verdadeiros donos e patrões. O Cruzeiro, como todos os Jornais Associados serviam, como é sabido, os interesses do capitalismo norte-americano, eram a caixa de ressonância dos seus propósitos e nunca primaram por um jornalismo sério, honesto, democrático e nacionalista. O Cruzeiro e JA foram sempre o contrário disso. Pessoalmente estou seguro de que de Cuba não chegou às mãos de Brizola um dólar sequer para investir nos Grupos de Onze”.<sup>243</sup>

Foi a partir dessa campanha radiofônica que começaram a se formar células dos Grupos de Onze em todo território nacional, mas foi no Rio Grande do Sul que se concentrou maior número dos G11. Segundo Baldissera a formação destas células ocorreu da seguinte forma:

A rapidez na formação dos grupos foi assustadora (principalmente para os militares), revelando o tamanho e o prestígio de Brizola. Em apenas três meses, contabilizavam-se 5.304 grupos e um total de 58.344 pessoas, distribuídas pelos estados de Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. As listas com os nomes dos integrantes eram enviadas à Mayrink Veiga e divulgadas. A impressão era de que havia homens organizados em todo o Brasil, prontos para a luta armada.<sup>244</sup>

Esse fato mostra que havia uma demanda por mudanças por parte da população brasileira que encontrou nos discursos do líder esquerdista uma ideologia estruturada na defesa nacional e que correspondia aos anseios da classe trabalhadora. O semanário Panfleto, que fez parte da campanha de formação do movimento, estipulou que em seis meses o número de células do Grupo de Onze chegaria a 100 mil grupos em todo o Brasil:

A Organização dos “comandos nacionalistas” atingiu um ritmo que supera de muito as previsões mais otimistas, nas últimas duas semanas, a média de cartas

<sup>243</sup> Entrevista de Alípio de Freitas à autora por e-mail em 30/01/2013.

<sup>244</sup> BALDISSERA, Marli. *Onde estão os Grupos dos Onze?* Disponível em: <http://www.revistadeHistória.com.br>. Acesso em: 10/10/2013..

comunicando a organização de grupos subiu para 300 (trezentas) por dia útil. (...) Com base nos G11 já organizados ou em organização, calcula-se, que até junho-julho, seja atingida a meta prevista pelo Comando nacionalista, de 100.000 grupos em todo o país. (O PANFLETO, 1964, p. 4).

Sobre a quantidade de G11 que se formaram no período, existe uma divergência entre os próprios organizadores do movimento. Segundo Freitas “em final de 1963 estavam cadastrados mais de 10.000 Grupos de Onze.”<sup>245</sup> Para Paulo Schilling em três meses foram organizados entre 30 e 40 mil grupos o que reflete o potencial de organização do movimento.<sup>246</sup> No livro *El Caudilho*, Leite Filho e Neiva Moreira relatam “que até às véspera do golpe, já haviam se formado 100 mil *Grupos dos Onze*, em todo o Brasil, segundo conta o professor Cíbilis Viana”.<sup>247</sup> O próprio Brizola garantiu que chegaram a se formar 24 mil grupos em todo o país.<sup>248</sup>

O DOPS da Guanabara<sup>249</sup> apresentou a “relação das localidades que, no Estado do Rio de Janeiro, já tinham seus ‘GRUPO DOS 11 COMPANHEIROS’”. Somente no Estado do Rio de Janeiro foram contabilizadas 185 células divididas em 32 municípios. A localidade que comportou mais células dos Comandos Nacionalistas foi Duque de Caxias, com 39 grupos; seguido de Nova Iguaçu com 14 e São Gonçalo e Niterói com 12.<sup>250</sup>

A quantidade desses grupos espalhados por todo o país demonstra claramente a intenção de Brizola. Dessa forma os G11, seriam as forças do “povo” articuladas e atuando em conjunto contra os “gorilas”<sup>251</sup> e o “antipovo”. Segundo Ferreira a organização dos Comandos Nacionalistas, apesar de ter sido bem recebida pela maioria dos grupos de esquerda como a AP, Polop, tendências trotskistas, deputados do Grupo Compacto e pelo movimento dos sargentos, ainda assim recebeu crítica dos comunistas do PCB e incomodou o próprio PTB.<sup>252</sup>

<sup>245</sup> Depoimento de Alípio de Freitas à autora, por e-mail em 30-01-2013.

<sup>246</sup> SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. p. 243.

<sup>247</sup> FILHO, FC Leite. *El Caudilho Leonel Brizola: um perfil biográfico*. 1ª ed. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 111.

<sup>248</sup> SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze. Política, Poder e Repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul. 2003, p. 64.

<sup>249</sup> DOPS Caixa Comunismo 66. Dossiê. Não é possível identificar o número da folha.

<sup>250</sup> *Ibidem*.

<sup>251</sup> A palavra “gorila” era usada por Brizola para identificar o militar como “inimigo do povo” e “entre o “espécime”, alega, existiam elementos civis, sendo Carlos Lacerda a maior expressão. Contudo são os militares que oferecem os maiores contingentes ao “gorilismo”. Ver artigo de FERREIA, Jorge. *Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)*.

<sup>252</sup> FERREIRA, Jorge. *Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular*. In FERREIRA, Jorge & Aarão REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 559.

Vale ressaltar, que a partir de 1950, mesmo competindo entre si, forças nacionalistas e comunistas se reuniram em torno de um projeto denominado por Daniel Aarão Reis Filho como “nacional-estatista”. Segundo este autor esse projeto conseguiu mobilizar grande parte das esquerdas brasileiras em especial a trabalhista e a comunista, que “se impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças,”<sup>253</sup> como veremos nos depoimentos mais a frente.

Outro ponto a considerar é que, se a proposta de Brizola foi bem recebida pela maioria dos grupos de esquerda foi porque esses grupos também eram radicais. No entendimento de Ferreira, “Ambos falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum. Tratava-se da esquerda brasileira em época de radicalização”<sup>254</sup>

Dessa forma, os grupos formados por Brizola começaram a se organizar em todo o Brasil. Independente da quantidade de células criadas, a repercussão criada em torno dos Comandos Nacionalistas provocou preocupação nos setores mais conservadores da sociedade. Estes viam em Brizola a menor distância para levar o Brasil ao comunismo. Para Ferreira a própria imprensa supervalorizou o movimento, disseminando pânico entre os conservadores e a direita civil-militar comparando a organização com células comunistas. “Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas.”<sup>255</sup>

No entanto, a radicalização dos Grupos de Onze não se confirma a partir dos relatórios de investigação do DOPS, pois, nos documentos pesquisados, não aparece registro de apreensão de armas. Assim, verificou-se que o grupo não possuía uma estrutura para conflitos armados, sendo organizado para discussões políticas em apoio ao projeto reformista.

---

<sup>253</sup> REIS FILHO, Daneil Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000, p. 374.

<sup>254</sup> FERREIRA, Jorge. *Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)*. Artigo. Disponível em: <[http://www.brasa.org/documents/brasa\\_ix/Jorge-Ferreira.pdf](http://www.brasa.org/documents/brasa_ix/Jorge-Ferreira.pdf)>. Acesso em: 10/10/2012.

<sup>255</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2007.



## Capítulo 4 - Depoimentos dos ex-integrantes dos Grupos de Onze

Os depoimentos a seguir são de ex-integrantes dos Grupos de Onze. Devemos ter em conta que, já passados quase 50 anos, não foi tarefa fácil localizar pessoas que participaram do movimento brizolista. Durante o processo de pesquisa muitos nomes foram citados, mas poucos encontrados. Alguns não lembravam, ou não quiseram falar sobre o assunto. Para esses as recordações são dolorosas. A maioria dos entrevistados é do município de Duque de Caxias. Como já foi dito, não foi uma escolha intencional trabalhar com esta cidade, mas foi nela que consegui encontrar personagens que participaram do meu objeto de estudo. Através desses depoimentos poderemos conhecer as expectativas dessa gente e sua relação com as propostas do líder trabalhista, e, ainda, concluir o que foram esses grupos.

O comerciário aposentado Milton Lopes da Costa<sup>256</sup>, membro da Associação Nacional dos Anistiados Políticos e Pensionistas de Duque de Caxias (ANAPAP) disse ter entrado para o Grupo de Onze ainda em 63. Mesmo assumindo que era membro do PCB confessa que nutria grande admiração por Leonel Brizola, e ouvir suas pregações pela rádio Mayrink Veiga fazia parte da rotina de muita gente naquela época.

Entrei logo assim que foi criado. Na época era dirigente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Duque de Caxias e o Brizola fazia um pronunciamento, no rádio, para que o povo pudesse se organizar pra enfrentar o golpe de Estado que estava em andamento. Todos os membros eram vizinhos. Costumávamos beber cerveja num bar e discutir o que Brizola falava no programa dele. Ele pedia para organizarem os Grupos dos Onze. Então nos organizamos. Não lembro quem levou a lista para a rádio. Acho que foi o José Augusto.<sup>257</sup>

Aos 75 anos de idade e anistiado político, Costa revelou ainda que seu grupo era heterogêneo formado por gente de outras facções e que as reuniões se davam na rua.

Nosso grupo era formado por gente ligada ao PCB, integrantes do PTB, pessoas sem partido e de variadas profissões. As conversas giravam em torno de política e principalmente sobre as reformas. A gente se reunia quatro ou cinco vezes próximo de onde morávamos, na rua Amazonas com esquina da Avenida Paulista (Duque de

<sup>256</sup> Depoimento de Milton Lopes para a autora em 24/07/2012.

<sup>257</sup> Ibidem.

Caxias). Discutíamos o que Brizola tinha falado no programa. Que era o quê? Lutar pelas reformas e de um golpe que estava se armando contra o governo. Conforme aconteceu.

Questionado sobre de quem seria a ideia da formação dos Grupos de Onze no seu bairro, Costa explica: “A ideia de formação foi iniciativa do nosso grupo mesmo. Não havia um líder. Estávamos acostumados a nos encontrar e falar de política e naquele momento decidimos formar nosso grupo.”

Para João da Silva Rios,<sup>258</sup> fundidor aposentado da Fábrica Nacional de Motores (FNM), havia uma expectativa de se preparar uma ação armada para conter um “possível golpe que estava se preparando para derrubar Jango.” Para ele, o grupo idealizado por Brizola, “lhe despertou a consciência da verdadeira situação política que o Brasil vivia.” E prossegue:

Entrei para o grupo em 64. Não lembro o mês. Acho que em março. Havia muitos grupos politizados lá na fábrica. O Geraldo Vieira da Silva, que era da minha seção, já falecido, me convidou para ingressar no Grupo dos Onze. Ele abriu minhas ideias. Fez-me ver certas coisas que os jovens não enxergam, como a situação em que o país estava vivendo. Foram poucas reuniões, não me lembro quantas. Aconteciam depois do expediente, mas também nos encontrávamos dentro da fábrica nos intervalos do trabalho. O Geraldo falava que nós devíamos nos preparar para um golpe que se aproximava. Era o desfecho que Brizola falava. Mas eu não assinei nada não (**se refere a ata**). A gente na fábrica evitava assinar qualquer lista. Mas no dia 31 de março o Geraldo chegou pra mim e disse; ‘vai começar uma guerra, tá comigo? Eu disse que sim e ele disse que precisávamos nos armar para fazer uma ação do Grupo dos Onze. “Pegamos” umas armas no destacamento da fábrica.<sup>259</sup> (grifo nosso)

Nessa altura de seu depoimento, interrompo a fala do Sr. Rios para perguntar que armas seriam essas.

Eram armas do destacamento da fábrica, da segurança. O clima estava tenso, não sei dos outros, mas o Geraldo me deu um fuzil e me mandou ir para a represa do Garrão.<sup>260</sup> Ele disse que recebeu a informação de que as águas da represa seriam envenenadas, então tínhamos que nos preparar. Não sei da onde partiu essa informação. Ele me mandou pra lá, ficava perto da fábrica, e disse que eu aguardasse as instruções, que às duas da manhã chegariam as armas e eu seria rendido.<sup>261</sup>

Percebemos nesses depoimentos que a postura dos Grupos de Onze seria defensiva, repetindo o acontecimento de 1961, no caso da vinda de um golpe

<sup>258</sup> Depoimento de João da Silva Rios para a autora em 24/07/2012.

<sup>259</sup> Ibidem.

<sup>260</sup> A represa do Garrão fica no distrito de Xerém em Duque de Caxias.

<sup>261</sup> Depoimento de João da Silva Rios para a autora em 24/07/2012.

direitista para derrubar o governo João Goulart. Não possuíam postura agressiva de deflagrar uma guerra revolucionária, mesmo que para alguns grupos houvesse um planejamento mais radical, o que neste caso deve ser tratado de maneira singular. No geral essas pessoas atendiam aos apelos de Brizola, pois para elas, ele encarnava as aspirações de mudança que a maioria da população precisava.

O motorista aposentado Dovino Miguel da Rocha,<sup>262</sup> 80 anos, também anistiado político, contou que costumava ouvir as pregações do “deputado Brizola pela rádio” e considerava ele “um grande nacionalista”, mas não concordou com a proposta do líder esquerdista naquele momento de propor uma nova organização. Desconfiado e falando com voz baixa, relutou um pouco para falar seu nome. A desconfiança era resultado do tempo em que viveu na clandestinidade e precisou esconder sua identidade. Explicado o motivo de minhas perguntas, Rocha contou que sua participação no movimento brizolista se deu por indução de estudantes universitários e que participou apenas de duas reuniões do Grupo de Onze. “Brizola era um nacionalista, um líder esquerdista, mas não havia a necessidade de formar mais um grupo de esquerda naquele momento. Isso só serviu para dividir a classe trabalhadora impedindo-a de ter um projeto único.”<sup>263</sup>

Perguntado por que entrara para a organização, ele conta que na época trabalhava como motorista mecânico da Café Rei do Brasil e pertencia ao Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Morador do mesmo município, disse que costumava ouvir as pregações radiofônicas de Brizola e freqüentar as reuniões do PCB.

Morava na Rua Itatiaia e foram uns 30 estudantes lá em casa. Não me lembro de onde eles eram. Acho que me convidaram porque alguns deles me acompanhavam nas reuniões do PCB. Eles chegaram e disseram que era para se organizar, formar um Grupo de Onze. Falaram que era para aguardar ordens e me pediram pra eu levar um documento (**ata**) na rádio Mayrink Veiga. Eu falei que não iria porque não era do Grupo dos Onze, mas disseram que era para organizar um movimento, pra tomar o poder, lutar contra o imperialismo, e contra o golpe. Por isso entrei. Fui lá na Mayrink Veiga e entreguei a proposta ao editor. Acho que era o Neto ou Niemayer, e fui embora. Fizemos uma outra reunião na casa de um deles, mas não lembro onde era e pouco tempo depois se deu o golpe. (grifo nosso)

Indagado sobre o líder desse grupo, Rocha respondeu: “Eu não consegui identificar o líder desse grupo de estudantes. Era tudo misturado. Sabe como é estudante, né?”

<sup>262</sup> Depoimento de Dovino Miguel da Rocha em 24/07/2012.

<sup>263</sup> Ibiem..

Para Rocha, o Grupo de Onze foi uma “insensatez organizada num momento inadequado,” ao contrário do que aconteceu em 1961, quando todo o país lutou pela Constituição. “Acho que ele inventou esses Grupos de Onze porque era cunhado de Jango, e também porque se empolgou com a Campanha da Legalidade. Mas o momento era de unificar as forças, não de criar um novo grupo numa hora tão decisiva.”<sup>264</sup>

Na análise de Rocha a forma emergencial pela qual foram constituídos os grupos brizolistas não deu tempo para eles se organizassem, e exatamente por isso, não puderam oferecer resistência ao golpe.

Para Nilson Venâncio,<sup>265</sup> que em 1964 era elemento de base do PCB, de Duque de Caxias, o Grupo dos Onze se “propunha à luta armada, contra uma possível investida militar contra o governo e pela defesa das reformas.” Diferente de Rocha ele acha que os Grupos de Onze estavam tentando procurar seu espaço no enfrentamento político da esquerda. Venâncio disse que o PCB sabia que o PTB estava formando núcleos em vários municípios e por isso recebeu a missão de ajudar a organizar os grupos.

O partido não combatia o Grupo dos Onze, só não se entrelaçava com os afazeres deles. Sabíamos que o PTB estava formando núcleos em vários municípios, mas não havia conflito. O PCB já era uma força descomunal com um enraizamento de quase 40 anos. Então o partido me orientou que ajudasse a organizar os grupos, mas não me filiasse. Fui incumbido de levar as listas com os nomes para rádio Mayrink Veiga. Não tenho ideia de quantas foram nem quando foi. Acho que foi logo no início de 64. Naquela época todo mundo tinha um radinho de pilha e ouvia o Brizola. Se o Grupo dos Onze chegasse a um ano seria uma coisa assustadora.<sup>266</sup>

Para Venâncio, faltou um comando maior para que os grupos chegassem a uma organização de esquerda efetiva, mas reconhece que a representatividade do nome Brizola conseguia aglutinar multidões. “O partido reconhecia nele um líder, e não se jogava fora um cabedal do tipo de Brizola, que naquele momento era capaz de despertar a massa para suas lutas.”<sup>267</sup>

Observa-se que a entrada de pessoas nos Grupos de Onze aconteceu independente da facção partidária a qual elas pertenciam. Muitos dos membros dos

<sup>264</sup> Depoimento de Dovino Miguel da Rocha para a autora em 24/07/2012 .

<sup>265</sup> Nilson Venâncio é presidente da Associação dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas (ANAPAP). Concedeu entrevista a autora em 24/07/2012.

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> Ibidem.

grupos foram instigados a participarem da organização pela necessidade de se contrapor a um golpe que estaria em desenvolvimento, outros, porque a admiração pela figura de Brizola era fator determinante à tomada de posição em favor do nacionalismo e das Reformas de Base. Sendo assim, a proposta dos Comandos Nacionalistas seria diferente daquelas justificativas apresentadas pelas Comissões de Investigação como mostra Paulo Ferreira Campos, de 75 anos.

Na época eu não tinha filiação partidária, mas era brizolista desde a Campanha da Legalidade, e ainda sou. Ele lutava por uma sociedade mais justa. Trabalhava como eletricitista na União Manufatura de Tecidos. Ouvia suas pregações pela rádio: 'vamos formar o Grupo dos Onze.' Toda semana eu ia pra Mayrink Veiga. Era ali, onde hoje é a garagem do Banco Central. A rádio ficava abarrotada de gente. Às vezes fechava até a rua. As pessoas gritavam: 'cunhado não é parente Brizola pra presidente.'<sup>268</sup> Então resolvi organizar o Grupo dos Onze. Chamei o Antônio, o Bira, o Luna, o Paredón. Não me lembro dos nomes dos outros. Não assinamos a ata com nossos nomes verdadeiros. Nunca usava meu nome próprio. Sei que havia outros Grupos dos Onze na cidade. A gente se reunia toda semana, na rua mesmo. Falávamos sobre a Campanha dele e passávamos para os outros o que ouvíamos lá na rádio. O objetivo era se organizar em prol das reformas de Jango e ficar de vigilância esperando alguma coisa acontecer.<sup>269</sup>

Outro fator determinante que contribuiu para a entrada dessas pessoas para os Grupos de Onze foi a admiração pela figura de Brizola. Elas viam na figura do líder gaúcho a valorização dos aspectos simbólicos decorrentes da política varguista. Para essas pessoas a formação dos Grupos de Onze estava ligada principalmente à questão das Reformas de Base, e as mudanças ocasionadas por estas reformas estariam diretamente ligadas à melhoria de vida desses trabalhadores. Nas entrevistas acima, fica evidente a associação dessas pessoas com o trabalhismo. Dessa forma, podemos afirmar que os Comandos Nacionalistas atuavam, basicamente, com discussão política e a tentativa de disseminar o pensamento brizolista com a criação de novos grupos.

Além da classe operária, Brizola tinha o interesse de atingir outros setores da sociedade como a classe média e os universitários, conforme mostra um folheto distribuído em uma organização de estudantes. "Tenho certeza inabalável de que amanhã não seremos apenas nós, mas milhões de outros brasileiros que não

<sup>268</sup> Brizola tinha intenção de concorrer ao cargo de presidente da República e por isso decide lançar sua candidatura às eleições de 1965 com o slogan "Cunhado não é parente, Brizola pra presidente", referindo-se ao impedimento constitucional contra a candidatura ao cargo por parte de parentes do chefe do Executivo.

<sup>269</sup> Depoimento de Paulo Ferreira Campos à autora em 24/07/2012.

hesitarão em trilhar os caminhos da revolução, se os caminhos das reformas não levarem o nosso país à posse de seu destino.”<sup>270</sup>

A participação de estudantes universitários na organização promovida por Brizola pode ser observada no livro de Miguel Armony. Estudante de física da Faculdade Nacional de Filosofia, o autor conta que a organização dos Grupos de Onze no Estado da Guanabara foi um movimento de apelo irresistível para qualquer organização de esquerda que lutava pelas reformas de base e contra o imperialismo.<sup>271</sup>

Sua entrada para o Grupo de Onze traduzia-se em ajudar a Brizola a organizar um movimento, no qual “qualquer revolucionário autêntico era bem-vindo.”<sup>272</sup> Até mesmo “o PCB não pretendia competir”<sup>273</sup> Mas “a esquerda da época reconheceu em Brizola a liderança do movimento.”<sup>274</sup> E com essa intenção Armony e seu grupo buscaram organizar Grupos de Onze em vários municípios da Guanabara. “Saímos para o campo. O campo, afinal! Avenida Brasil, Baixada Fluminense.”<sup>275</sup>

Quanto ao funcionamento do grupo se dava de maneira independente: “cada grupo um líder, cada três líderes um representante.” Segundo o autor, “Os grupos não deviam se conhecer, não deviam saber um do outro. Sigilosos, não compartilhavam informações com os outros grupos. O que eles falavam ficava entre eles.”<sup>276</sup>

Rejeane Armony, viúva de Miguel, confirma que nem mesmo para ela e seus filhos, seu marido revelou sua participação no movimento. “Só 20 anos depois do golpe, quando ele escreveu o livro é que ficamos sabendo de sua participação na organização.” E conta:

Em março de 1965, já estávamos casados e morando em Brasília. Vários professores da Faculdade Nacional de Filosofia foram cassados nessa época e Miguel foi lecionar na Universidade Nacional de Brasília. Foi aí que fiquei sabendo do Grupo dos Onze, quando ele precisou esconder toda papelada referente a esse grupo. Mas ele não falou de sua participação. Naquela época estava acontecendo uma perseguição na UNB e começaram a demitir professores e o Miguel tinha um calhamaço de folhas sobre o Grupo dos Onze. Era muita coisa mesmo. É como ele

<sup>270</sup> FERREIRA, Jorge. Artigo. A estratégia do Confronto: a frente de mobilização popular. Revista Brasileira de História. Vol.24. n. 47. São Paulo. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid>. Acesso em 11/09/2012.

<sup>271</sup> ARMONY, Miguel. Linha Justa. *A faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002, p. 65.

<sup>272</sup> Ibidem.

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> Ibidem.

<sup>276</sup> Idemem.

conta no livro. Ele colocou tudo no cano da cortina do banheiro, mas o DOPS começou a invadir apartamentos dos professores então, com medo, ele destruiu tudo. Só 20 anos depois, quando escreveu o livro, é que soubemos de sua participação no Grupo.<sup>277</sup>

No livro de Armony, observamos uma diferença de atuação entre grupos de operários e o de estudantes universitários. As células formadas por trabalhadores, como foi exposto por ex-integrantes, se reuniam até mesmo na rua sem a intenção de esconder suas propostas. O que revela que esses homens não apresentavam nenhuma intenção de subversão. Já o grupo o qual Armony integrou apresentava uma intenção mais radical sobre o governo de Jango “para levá-lo a posições mais à esquerda.”<sup>278</sup> Porém, mesmo mostrando uma posição mais extremista do que a do grupo formado por operários, percebemos que entre eles havia um objetivo comum: “[...] havia um golpe em marcha, que tínhamos como meta defender a constituição, lutar pelas reformas de base. [...] Lutávamos contra o imperialismo e seus agentes, e contra o latifúndio.”<sup>279</sup>

Mesmo apresentando estrutura mais organizada e independente, o grupo de Armony, assim como os outros, não teve tempo suficiente para se preparar contra o golpe, se dispersando logo após 1<sup>a</sup> de abril.

## 4.2 – Instruções Secretas

Entre os documentos apreendidos pelas comissões militares de investigação está o que foi considerado a maior prova de subversão dos Grupos de Onze pelo Comando Supremo das Organizações Anti-Comunistas. Com o título “Instruções Secretas” e mais abaixo “Preâmbulo Ultra-secreto,”<sup>280</sup> assinado por um “Comando Supremo de Libertação Nacional,” o documento de 11 páginas, traz ainda o comentário inicial: “ÊSTE DOCUMENTO FOI TRAZIDO AO NOSSO ‘SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E CONTRA-INFORMAÇÃO’ POR UM AGENTE SECRETO INFILTRADO NA CÚPULA COMUNISTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”, com o endereço timbrado “Rua Cel. Gomes Machado, 23, sob – Niterói”.

Apesar de ter sido noticiado pela imprensa como prova cabal da subversão desses grupos esse documento é totalmente desconhecido pelos ex-integrantes dos

<sup>277</sup> Depoimento Rejane Armony a autora em 16/11/2012.

<sup>278</sup> ARMONY, Miguel. *Linha Justa. A faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002, p. 74.

<sup>279</sup> Idem, p. 68.

<sup>280</sup> APERJ, Comunismo Caixa 66. Dossiê n. 1. Instruções Secretas.

Grupos de Onze que entrevistei. Da mesma forma, eles também negam ter recebido a Cartilha da organização.

Logo na primeira página essas “Instruções” chamam a atenção de que o “êxito do Comando dos Onze Companheiros dependerá, sempre, da observância fiel a estas Instruções Secretas e a outras que, para devida responsabilidade dos futuros integrantes do G11 que, proximamente, deverão ser divulgadas (...)” e que após esse compromisso o “sigilo” e “segredo” fariam parte da vida de cada participante do G11 e alertando que “(...) só a morte libertará o responsável pelo compromisso de honra com o Comando Supremo de Libertação Nacional, e é necessário que isto fique bem esclarecido a todos os companheiros do Grupo dos Onze.”<sup>281</sup>

E segue apontando no item 1 os objetivos dos Comandos Nacionalistas, entre eles:

Os grupos dos Onze Companheiros têm, por finalidade precípua, servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário que libertará o país da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil – um Governo do Povo, pelo Povo, e para o Povo.  
<sup>282</sup>

E previa que os Grupos de Onze seriam a “vanguarda avançada do Movimento Revolucionário”, a exemplo da “Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética”. O objetivo das instruções, ou comando da organização dos G11, era: “fazer ver aos Grupos dos Onze Companheiros que estamos em permanente luta contra os inimigos internos e externos do povo brasileiro e, que, qualquer que seja a situação que se lhes apresente ou as ordens a serem executadas, OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS e que TUDO será ainda pouco para a LIBERTAÇÃO NACIONAL”.<sup>283</sup> Essa comparação com a Guarda Vermelha, de acordo com Balissera, foi usada “como prova de que os grupos eram comunistas, e passou a ser a identificação dos mesmos.”<sup>284</sup>

Essa compreensão estratégica do embate político estava fortemente afetada por ideologias radicais, em um período histórico da América. Após a Revolução Cubana, foram difundidas “imagens”, “representações” e discursos, tanto para os

<sup>281</sup> APERJ, Caixa 66. Dossiê 1. Instruções Secretas. p. 28.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> Balissera. Marli de Almeida. Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas na Região o Alto Uruguai/RS. Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul. 2003. p. 84.



grupos de esquerda como para os setores conservadores, que impeliam a ação revolucionária, e, simultaneamente, provocavam reações.

De acordo com Baldissera,

Esses grupos formados abertamente e amplamente divulgados pela rádio e pela imprensa, suscitaram as mais diversas reações: para uns, autênticas células comunistas, grupos revolucionários que estariam prontos para instalar o comunismo no país; para outros, grupos nacionalistas para a defesa da pátria e para a realização das Reformas de Base; para outros, ainda, uma forma de receber terras, tratores, sementes e ajuda do governo.<sup>285</sup>

Neste sentido, percebe-se que havia uma construção de significados coletivos que imputava à figura de Brizola o comando de um movimento revolucionário, comparando os Grupos de Onze com células comunistas.

O documento descreve a organização como um pequeno exército com o dever “de conseguir, o mais rapidamente possível, os instrumentos próprios para a GUERRA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL” que seria travada. De acordo com as instruções, toda e qualquer arma serviria à luta.<sup>286</sup> O documento procurava, ainda, enfatizar a expectativa do uso da violência para a consecução dos objetivos da organização, como se observa no seguinte trecho: “não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados.”<sup>287</sup>

Os integrantes dos Grupos de Onze deveriam considerar-se em “REVOLUÇÃO PERMANENTE” e se guiar pelas “Frentes de Libertação Nacional” de outros países, e, especialmente, assimilar as técnicas de guerrilha através do conhecimento do “folheto cubano” sobre esse mister, seguindo o exemplo de outras “revoluções populares”.<sup>288</sup> Admitiam, essas “Instruções Secretas”, que a época era propícia à atuação dos G11.

A instrução alerta para “evitar-se, nos Grupos dos Onze, parentes consanguíneos ou amigos íntimos” e segue referindo-se à importância de que cada grupo seja composto por “cada categoria profissional”. Os grupos deveriam estar “prontos e aptos a obedecer, nos vários escalões revolucionários, a todas as

---

<sup>285</sup> Balissera. Marli de Almeida. Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas na Região o Alto Uruguai/RS. Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul. 2003. p. 150.

<sup>286</sup> APERJ, Caixa 66. Dossiê n. 1. Instruções Secretas. p. 27

<sup>287</sup> Ibidem. p.26.

<sup>288</sup> Ibidem.

diversas tarefas” que tivessem que desincumbir.<sup>289</sup> O documento afirmou que as instruções seriam permanentes, ou seja, haveria sempre novas recomendações vindas de um comando centralizado, com a finalidade de organizar o movimento de libertação.

O êxito do Comando dos Onze Companheiros dependerá, sempre, da observância fiel a estas instruções Secretas e a outras que, proximamente, deverão ser divulgadas, em idênticas condições, pelo Comando Supremo de Libertação Nacional.<sup>290</sup>

Mesmo antes dessas instruções se tornarem públicas, o movimento brizolista foi alvo de intensa campanha anticomunista. A imprensa dominada pelos grupos conservadores afirmava que, em razão da formação desses grupos e pela liderança de Brizola a guerra revolucionária estava em curso no Brasil.<sup>291</sup>

No entanto para a camada mais humilde da população, os apelos de Brizola representavam o atendimento de suas necessidades. “Ele encarnava as aspirações de mudanças que a maioria da população precisava. Era como se as pessoas entendessem que se Brizola pediu para se organizar em Grupos de Onze é porque era certo, importante e necessário.”<sup>292</sup> Como consta em um dos depoimentos registrados por Baldissera.

(...) os preâmbulos militares feitos a respeito constataram uma grande maioria de senhoras velhinhas de mais de 70 anos membros dos Grupos de Onze, de fato eram trabalhistas, petebistas fanáticas da época, assim como a quantidade enormes de crianças com 1, 2, 3 anos, com um ano, com meses de idade, que os pais, por serem trabalhistas fanáticos, ferrenhos, quando nasciam os filhos naquele período escreviam o nome dos filhos como membros dos Grupos de Onze.<sup>293</sup>

Voltando às instruções, cada militante deveria conseguir:

os armamentos necessários para o Momento Supremo, e lembramos que tudo servirá como arma, desde as rudimentares e pouco eficientes manulichas e espingardas de carga dos camponeses, até revólveres, pistolas e metralhadoras, sendo de não se esquecer dos preciosos coquetéis molotov e outros tipos de bombas incendiárias, até estopa e panos embebidos em óleo ou gasolina.<sup>294</sup>

Sobre a escassez inicial de armas o item 3.3 ressalta que “armas poderosas e verdadeiramente militares [serão] supridas pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas[...].”<sup>295</sup>

<sup>289</sup> Ibidem. p.28.

<sup>290</sup> APERJ, Caixa 66. Dossiê n. 1. Instruções Secretas. p. 28.

<sup>291</sup> Balissera. Marli de Almeida. Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas na Região o Alto Uruguai/RS. Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul. 2003. p. 65.

<sup>292</sup> Depoimento de Nélio Menezes à autora em 24/07/2012.

<sup>293</sup> Depoimento dado pelo sr. José Bica Larré. *Apud* Baldissera, Marli de Almeida. Op. cit., 2003, p. 66.

<sup>294</sup> APERJ, Caixa 66. Dossiê n. 1. Instruções Secretas. p. 24.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 25.

A maioria dos entrevistados desmente a versão do documento. Segundo Costa, as reuniões das quais participou, giravam sempre na defesa de um possível ataque, mas que nunca chegou até seu grupo nenhum tipo de instrução secreta.

Ouvimos falar de armas, mas essas instruções não chegaram até nós. Mas sabíamos que mais cedo ou mais tarde poderíamos pegar em armas. Com o Golpe de 1º de abril o grupo se desfez. Nossa única tarefa foi levar a lista para Rádio Mayrink Veiga com os nossos nomes; não sei se foi o José Augusto que levou. Lá **(na Mayrink Veiga)**, eles falaram que tínhamos que ouvir a rádio Farroupilha ondas curtas e seguir as orientações do deputado Leonel Brizola.<sup>296</sup> (grifo nosso)

Apesar do seu pouco envolvimento com a organização Rocha sustenta que a atuação do G11 não saiu da teoria:

Eles falavam que tínhamos que nos preparar e aguardar ordens, mas veio o golpe e não chegou nenhuma instrução, muito menos armas. Fui pra São Paulo e vivi na clandestinidade por dois anos, até que chegou o pessoal do Exército aonde eu trabalhava e arreventou tudo e prendeu os outros que trabalhavam comigo como comunistas. No interrogatório me perguntaram se eu era do Grupo dos Onze. Eu disse que não, mas o policial me mostrou um papel com meu nome que havia assinado no Rio. Depois fiquei preso no DOPS no Rio por um bom tempo.<sup>297</sup>

Ferreira também contesta a origem desse documento. Para ele foram provas produzidas pelo grupo de oposição ao governo:

Esse negócio aí que você falou das instruções secretas é tudo invenção. No dia do Golpe, ainda consegui reunir uns quatro ou cinco do nosso grupo. Saímos pelas ruas perdidos sem armas, sem saber o que fazer. Ainda ouvi Brizola dizer no rádio, isso no dia 1º ou 2 de abril, acho que lá do Rio Grande do Sul: 'eles ganharam o 1ª round, mas vamos ver quem tem mais banha pra gastar'. Sei que na época existiam muitos Grupos dos Onze na cidade. O povo queria reagir, mas não havia orientação, não havia um comando. Nós nos dispersamos. Depois do golpe é que houve essa coisa de tomar o poder, mas antes nós queríamos resistir ao golpe e lutar pelas reformas de base. Não foi adiante porque a gente se organizou, politizou as pessoas, mas não chegaram orientações.<sup>298</sup>

Na opinião de João da Silva Rios havia uma expectativa de uma ação armada contra um possível golpe, mas seu grupo não foi preparado para isso, e a única arma que ele usou no dia do golpe foi "roubada" do destacamento da fábrica FNM.

Fui pra represa do Garrão sozinho. Chegando lá encontrei o vigia da represa que ouvia tudo que estava acontecendo pelo radinho de pilha. Ele olhou para mim e disse: 'meu filho não vai acontecer nada, é melhor você voltar para casa.' Não dei ouvido, mas amanheceu eu continuava ali, e ninguém apareceu do Grupo dos Onze para me render ou trazer armamento. Me senti feito bobo. Revolvi voltar para fábrica. Quando cheguei próximo, tava toda tomada pelo Exército, era tudo verde oliva. Muita gente estava sendo presa. Consegui escapar. Eu estava armado com um fuzil, mas não sabia usar. Passei por debaixo da ponte e circulei o morro em volta da fábrica, até chegar ao acampamento de solteiro, onde morava. No caminho

<sup>296</sup> Depoimento de Milton Lopes da Costa à autora em 24/07/2012..

<sup>297</sup> Depoimento de Dovino Miguel da Rocha à autora em 24/07/2012.

<sup>298</sup> Depoimento de Paulo Ferreira Campos à autora em 24/07/2013.

consegui me livrar da arma. Acho que consegui escapar também porque não assinei nada, mas fui mandado embora.<sup>299</sup>

Logicamente existiam membros dos Comandos Nacionalistas que eram favoráveis ao confronto armado com grupos conservadores que intentassem contra o regime democrático. Mas o que se percebe que esses eram poucos, e não apresentavam nenhum preparo para guerrilha.

Com esses depoimentos, analisamos que era praticamente impossível formar um exército revolucionário com pessoas totalmente despreparadas e com a escassez de armas conforme relataram os entrevistados. Apesar do documento indicar que a falta de armamento “seria suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas”,<sup>300</sup> não houve por parte desses militares a introdução de armamento para as células brizolistas.

Corroborando esses depoimentos, Fernando Gabeira, um dos redatores do jornal Panfleto, e também um ex-integrantes de um dos Grupos de Onze disse: “Dizia-se às células que procurassem resistir ao golpe. Mas como? Com o quê? Os grupos haviam sido organizados às pressas; não tinham nenhum treino ou equipamento (...).”<sup>301</sup>

Ainda de acordo com as instruções, havia alvos a serem escolhidos pelos comandos nacionalistas como objetivos de ataques. Estes deveriam ser:

simultâneos desfechados contra as centrais-telefônicas, rádios-emissoras e, onde houver, de TV, casas de armas, pequenos Quartéis Militares das P.M. e de outras Forças Armadas isolados em locais interioranos, etc.<sup>302</sup>

E ainda:

municípios, vilas, distritos e povoados, todas as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeito, Delegado de Polícia, Vereadores, Presidente da Câmara, Políticos influentes e outras personalidades.<sup>303</sup>

No entanto, a parte mais impactante deste documento trata da execução dos indivíduos (autoridades como prefeitos, delegados, juízes e políticos) que por acaso estivessem em poder dos Comandos Nacionalistas.

No caso de derrota de nosso Movimento, o que é improvável mas não impossível, dado as certas características da situação nacional, e temos que ser verdadeiros em

<sup>299</sup> Depoimento de João da Silva Rios à autora em 24/07/2012.

<sup>300</sup> APERJ, Caixa comunismo 66. Dossiê n.1. Instruções Secretas, p. 24.

<sup>301</sup> In: KOSHIYAMA, Alice Mitika. O Jornalismo e o Golpe de 1964. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/>>. Acesso em:12/1200/2012.

<sup>302</sup> APERJ, Caixa comunismo 66. Dossiê n.1, Instruções Secretas, p. 24.

<sup>303</sup> Ibidem, p.20.

todos os nossos contactos com os Comandos Regionais e esta é uma informação para uso somente de alguns Companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumariamente e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição.<sup>304</sup>

Informado sobre o conteúdo destas Instruções Secretas, Trajano Ribeiro, ex-líder estudantil secundarista do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, foi enfático ao dizer que este documento é “totalmente inverídico.”

Eu posso te garantir que isso não partiu de Brizola. Isso foi feito pela ditadura. Isso não é real. O Grupo dos Onze era um grupo de discussão política e de mobilização popular, só. Não tinha pretensão de tomar o poder. Nada disso.<sup>305</sup>

Indagado também sobre a existência desse documento, Alípio de Freitas disse desconhecer completamente esse fato:

O citado Preâmbulo Ultra-Secreto do qual eu só tive conhecimento através da sua pergunta, é uma das muitas mentiras que o golpe militar de 1964 espalhou no Brasil para se autojustificar. A FMP, e posso afirmar também, o Partido Comunista, nunca, ao menos nesse tempo, se propuseram chegar ao poder por outros meios que não fossem os institucionais. E a prova está em que o golpe não encontrou qualquer tipo de resistência armada em qualquer lugar do Brasil.

Esses depoimentos permitem-nos duvidar da veracidade dessas “Instruções Secretas” utilizadas para justificar as perseguições daqueles que viam na figura de Brizola um líder trabalhista capaz de atender suas necessidades. Nesse sentido, o conteúdo do documento foi produzido e utilizado para estabelecer um consenso coletivo de significação ideológica<sup>306</sup> refletindo-se nas práticas sociais que, por sua vez, reforçaram esses conceitos como algo real, que era ou que merecia ser verdadeiro.<sup>307</sup>

Os entrevistados dessa pesquisa declararam ter assinado as listas de adesão aos Comandos Nacionalistas para apoiar as reformas de base e se preparar para o golpe civil/militar que estava se armando. Essas pessoas construíram também um conjunto de conceitos que propunham o rompimento de um sistema político contrário à defesa da democracia.

Entretanto, de acordo com a pesquisa de Baldissera, que direcionou o foco de seu estudo para a região agrária do Alto Uruguai, haveria uma ignorância de muitos dos integrantes dos Grupos de Onze em relação àquilo que estava em jogo na

<sup>304</sup> Ibidem.

<sup>305</sup> Depoimento de Trajano Ribeiro a autora em 26/04/2012.

<sup>306</sup> BALANDIER, Georges. A desordem: elogio do movimento. Tradução Suzana Martin. Rio de Janeiro/RJ. Editora Bertrnd Brasil. 1997. P 144.

<sup>307</sup> Idem. A produção do sentido inscreve-se no sistema de práticas mais ou menos dramatizadas, chegando à materialidade por meio das encenações e máscaras.

política nacional. Para a autora muitos dos que integraram o movimento brizolista nem sequer possuíam uma visão clara das propostas políticas que essa organização dirigida por Leonel Brizola pretendia como mostra o depoimento de um agricultor de Erval Grande, que sabia apenas assinar o nome, e contou:

(...)que acompanhou pelo rádio em sua casa o desenrolar da crise. Que ouviu o discurso proferido pelo sr. Leonel Brizola, em que o mesmo convocava os componentes dos Grupos dos Onze [para resistência ao golpe], porém não deu maior importância **pois é colono e cuida somente de seu trabalho.** (grifo da autora)<sup>308</sup>

Por outro lado, a própria autora demonstra os interesses dos agricultores na reforma agrária. Um agricultor que assinou a ata do Grupo de Onze lhe disse o seguinte:

**(...) que ouviu ele [Brizola] gritando pelo rádio, perguntando onde estavam os Grupos dos Onze, que só então compreendeu que as listas que Brizola mandava fazer era para organizar gente para brigar e não para conseguir terras como ele pensava** (grifo da autora).<sup>309</sup>

Minha perspectiva é a de que muitos dos que assinaram as listas de adesão, o fizeram numa expectativa de melhoria de vida. Sendo assim, cada integrante dos G 11 vai depositar a confiança na criação de um movimento que lhe aponte uma saída para seus problemas. Essas pessoas encontraram na figura de Leonel Brizola o fator determinante para a tomada de posição em favor das Reformas de Base e do trabalhismo.

Portanto, Brizola representou para os indivíduos que ingressaram nos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas a possibilidade de apontar a solução para a crise política e econômica em que o Brasil estava mergulhado, e, ao mesmo tempo, esses integrantes do movimento assumiam o trabalhismo que Brizola carregou como estandarte durante sua trajetória política.

As conseqüências pós-golpe para esses trabalhadores foram um tratamento informado pelas generalizações construídas pela ditadura. Todos foram acusados de militância comunista, independente da facção partidária a que cada um pertencia. Além disso, eles relatam que, depois do dia 1<sup>a</sup> de abril de 1964, sofreram uma mudança brusca em suas vidas, e que tiveram dificuldade para arrumar emprego e sustentar suas famílias como conta o Sr. Costa.

<sup>308</sup> SOPS/ERECHIM – 1.2.99.4.1 – Comissão do Acervo de Luta contra a Ditadura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. In: BALDISSERA, Marli. Onde estão Op. cit., 2003, p. 72.

<sup>309</sup> Ibidem.

Não fui preso, mas fomos convocados para depor num inquérito militar na delegacia, hoje 59ª DP de Caxias. O inquérito estava sendo dirigido por um capitão de fragata ou coqueta, não me lembro. Queriam saber qual a nossa ligação com o Grupo dos Onze. Ficamos só um dia detidos, e fomos soltos por insuficiência de provas. Mas fui perseguido durante muito tempo. Fiquei queimado, sem emprego, meus filhos não podiam estudar, porque tive que me mudar de residência várias vezes. Ficava três meses num lugar, quatro em outro. Minha vida mudou. Em 1981 fui anistiado.<sup>310</sup>

Não é difícil imaginar a associação que o governo militar fez entre os membros dos Grupos de Onze e o comunismo, mesmo que muitos destes nem fizessem parte do PCB. Afinal, o nome de Brizola representava o que mais à esquerda existia naquele momento de intensa crise que o Brasil passava fato que causava grande medo aos militares e aos setores civis conservadores da sociedade.

Para o Sr. João Rios não foi diferente.

Sofri muito por pertencer ao Grupo de Onze. O clima ficou tão tenso lá na fábrica que as pessoas não conseguiram mais se reunir. Fui excluído pelos colegas, eles tinham medo dos pelegos. As pessoas foram sendo demitidas. Fiquei queimado. Não consegui mais emprego. Quando viam minha carteira da Fábrica Nacional de Motores, ninguém queria me dar trabalho.<sup>311</sup>

Outras pessoas não tiveram a sorte de escapar da prisão. Foram levadas presas sem ter tempo de avisar seus familiares. Outro funcionário da FNM, Amyntas Enrique de Araujo, de 78 anos, mesmo dizendo não lembrar de como foi sua passagem pelo Grupo de Onze, contou que no dia que a fábrica foi invadida pelo Exército, ele e outros colegas de trabalho que faziam parte da organização, foram levados de ônibus para a delegacia de Caxias. “Não lembro direito se foi no dia 31 de março ou 1ª de abril. Fiquei incomunicável durante um mês. Sem falar com minha família. Quando saí fiquei respondendo inquérito por muito tempo. Depois fui anistiado na primeira levada.”<sup>312</sup>

Para o petebista Menezes, que ajudou na “arregimentação de pessoas para o partido” pior do que a prisão foi “a tortura psicológica” que passou. Ele fala que até hoje sofre “dos nervos” por causa dos maus tratos que sofreu nas dependências do DOPS.

No dia 31 de março fomos presos eu e o Uberahy Gonçalves que era presidente do CGT aqui da área. Fiquei três meses na Rua dos Inválidos com Rua da Relação,

<sup>310</sup> Depoimento de Milton Lopes da Costa à autora em 24/07/2012.

<sup>311</sup> Depoimento de João da Silva Rios à autora em 24/07/2012.

<sup>312</sup> Depoimento de Amyntas Enrique a autora em 24/07/2012.

um dos setores do DOPS. Ali juntava tudo: Polícia Federal, CENIMAR, SNI, Aeronáutica, Polícia Militar. A gente não sabia quem era quem.<sup>313</sup>

Nesse momento Menezes interrompe emocionado. “Hoje sou homem nervoso,” revela ele que acredita que algumas tragédias que aconteceram com sua família, depois que a ditadura terminou, possam estar ligadas ainda com aquele tempo de repressão. Mesmo com o fim da ditadura eu “tive um filho assassinado e uma neta de 12 anos seqüestrada, que até hoje não apareceu”. Perguntado se ele acha que esses dois episódios tem alguma referência com sua militância no PTB, ele responde com dúvida. “Como a gente vai saber?” Seu Menezes hoje mora sozinho e sobrevive de “bico”, aguardando a hora de ser “anistiado” para receber sua aposentadoria. “Me acostumei a viver longe da família, para não prejudicá-la mais. Conserto uma coisa aqui, outra ali pra ganhar algum dinheiro. Nunca mais consegui trabalho como repórter fotográfico.”

Já para Paulo Ferreira sua prisão se deu anos mais tarde, quando já pertencia a outra organização esquerdista. Segundo ele, os Grupos de Onze foram desmantelados, mas a consciência política continuou.

Vimos Brizola pela última vez no comício da Central do Brasil. Veio o golpe e fui mandado embora da fábrica de tecido como agitador e não arrumei mais emprego. Na época não tinha nada de tomar o poder. Isso começou depois do golpe com outros grupos. Fui preso em 73 por participar de uma outra organização, a VPR<sup>314</sup>, assim como outros ex-integrantes do grupo, que acabaram entrando para outros movimentos. Mas tudo começou com o Grupo dos Onze. Fiquei 40 dias preso na Barão de Mesquita. Disseram que eu participei da invasão de um quartel em Barra Mansa e matei três soldados. Tudo mentira. Até hoje luto por uma indenização do Estado. A Dilma também fez parte da organização e foi indenizada.

Para Denis Moraes, o trabalhismo brizolista divulgado e ao mesmo tempo fortificado pelos meios de comunicação de massa atravessa o movimento estudantil e sindical, e a baixa oficialidade das forças armadas, aglutina setores mais radicais do movimento nacionalista e atrai a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP), o Grupo Compacto do PTB e os mais à esquerda do PCB. “Com o golpe, acabou o contato, acabou o grupo, mas muitos continuaram. Mas tudo começou com o Grupo de Onze.”<sup>315</sup>

<sup>313</sup> Depoimento de Nélio Menezes à autora em 24/07/2012.

<sup>314</sup> A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Formou em 1966, a partir da união dos dissidentes da Organização Política Operária (POLOP) com militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

<sup>315</sup> MORAES, Denis de. *As esquerdas e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1989, p 259.



Mas a repercussão do golpe civil/militar não foi a mesma para todos os membros da organização brizolista. Durante meu encontro com a viúva de Miguel Armony, ela se mostrou surpresa ao saber que muitos dos integrantes do Grupo dos Onze foram presos. Se referindo ao seu marido, ela disse: “Ele achava que ninguém tivesse sido preso”. Rejane contou que ele acreditava que destruindo o material do Grupo de Onze em Brasília, os militares não prenderiam ninguém relacionado à organização. “Ele foi indiciado no processo 57/66 da 1ª auditoria militar e julgado em 1970 por formação de partido ilegal, que prescreveu, e, por conspiração armada, mas foi absolvido. Mas essas acusações não tinham relações com seu envolvimento com os Grupos dos Onze.”

### 4.3 - O fantasma do comunismo

Os chamados Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas mexeram com o imaginário do povo. A crença produzida pelas esquerdas contribuiu “no processo de alimentar certezas, de arregimentar e reforçar utopias,”<sup>316</sup> o que acabou acelerando a conspiração direitista para a deposição de João Goulart. Os conspiradores viam na figura de Jango e de seu cunhado, o deputado pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola, a principal porta de entrada do comunismo no Brasil.

A vinculação desses “grupos” com os comunistas geralmente era feita de forma genérica, tanto por parte da Igreja Católica, como por setores conservadores civis e militares. Mas a própria cartilha dos Grupos de Onze era um referencial para todas as facções da esquerda brasileira.

FMP (Frente de Mobilização Popular), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), sindicatos, UNE (União Nacional dos Estudantes) e suas organizações, FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), organização dos “Sem-Terra” e “LIGAS CAMPONESAS” e outras organizações populares deveriam participar dos grupos com o objetivo principal de “consolidar e cimentar a unidade das forças populares, locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares, de todos os getulistas e trabalhistas que se consideram convocados pela Carta de Vargas (...).”<sup>317</sup>

Haja vista que toda mobilização das esquerdas a favor das Reformas de Base, e a crise política e econômica que o Brasil vivia foram fatos que se passaram

<sup>316</sup> FERREIRA, Jorge. *A estratégia de Confronto: Frente de Mobilização Popular*. Artigo. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n. 47. 2004, p. 198. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a08v2447.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

<sup>317</sup> Cartilha do Grupo dos Onze <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>. Acesso em 11/09/2012.

no contexto da Guerra Fria, havia também o fantasma da Revolução Cubana<sup>318</sup>, que aumentava ainda mais os temores dos militares e dos grupos conservadores, como um “mau” exemplo que poderia ser seguido. Nesse período, Brizola incorporava uma atitude cada vez mais antiimperialista pela via do trabalhismo radical, despertando a reação dos setores conservadores da sociedade.

Diante desses fatos, o mito criado em torno dos Grupos de Onze produziu um imaginário social, um sistema de representações que simultaneamente traduzia a ordem, e instalava “guardiães” do sistema de representações e símbolos,<sup>319</sup> tanto para os grupos de esquerda como para os setores conservadores civis e militares, que impeliam para a ação, ao mesmo tempo que provocavam reações.

Deve-se ressaltar que, além das questões internas, o anticomunismo foi espalhado em determinadas áreas como doutrina, aumentando ainda mais os argumentos dos grupos direitistas, conforme discorre Sodré:

(...) o mundo estava dividido em duas partes, ou hemisférios, inconciliáveis: o ocidental ‘democrático’, ‘cristão’, ‘livre’ e o oriental, socialista, a quem eram atribuídos malefícios numerosos: o comunismo representava o materialismo mais grosseiro, a violência, a violação de todos os princípios humanos, a agressão, a catástrofe, uma espécie de ‘inferno bíblico’.<sup>320</sup>

Naquela época, os grupos comandados por Brizola enfrentaram outra oposição. Identificados como células comunistas foram muito combatidos pela Igreja Católica, que fez um verdadeiro alarde contra a ideologia comunista.

De acordo com Ribeiro no início da década de sessenta, o imaginário criado em torno do comunismo era algo que assombrava a Igreja Católica. “Assim o bispo D. Vicente Scherer<sup>321</sup> resolve denunciar a infiltração comunista nos comitês de resistência democrática.”<sup>322</sup> Em resposta: “(...) Logo após ter iniciado a Campanha

<sup>318</sup> A Revolução Cubana de 1959 trouxe influência de impacto ideológico no Brasil, pois o país caribenho havia derrubado um ditador e entregado o governo nas mãos do povo e consistiu como exemplo máximo de luta e revolução para América Latina. No Brasil, o exemplo cubano ocasionou profunda influência na atuação de grupos revolucionários.

<sup>319</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia Einaudi, v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 299.

<sup>320</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1984. p. 23.

<sup>321</sup> A partir de 1961 as “Alocuções semanais do Arcebispo Metropolitano D. Vicente Scherer transmitidas todas as segundas-feiras no programa radiofônico “Voz do pastor”, passaram a ser publicadas nas páginas dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias todas as terças-feiras. As alocuções do arcebispo não tratavam necessariamente sobre o anticomunismo, mas naquele período agitado as questões anticomunistas prevaleciam, identificando a responsabilidade das mazelas e agitações do governo do presidente João Goulart à infiltração comunista. IANKO, Bett. *Igreja apreensiva ante a infiltração comunista: radicalização anticomunista católica no golpe militar de 1964*. Artigo publicado na XI Encontro Estadual de História – ANPUH. 2012. Disponível em: <<http://www.eeh2o12.anpuh-rs.org.br>>. Acesso em: 04/01/2012..

<sup>322</sup> Depoimento de Trajano Ribeiro dado à autora em 26/04/2012.

da Legalidade convidamos o Brizola para fazer uma palestra no Colégio Júlio de Castilhos, e naquele momento ele rompe com a Igreja (...)”<sup>323</sup>

Segundo Ribeiro, a campanha em prol da posse do vice-presidente João Goulart gerou uma comoção nacional e a segurança que Brizola precisava para organizar um novo movimento:

(...) a Legalidade radicalizou, serviu para conscientizar a população da necessidade (...) pelas Reformas de Base, serviu para isso. Aí então ele pregou a organização do Grupo dos Onze. Isso em 1961, ele começou a propor que as pessoas se organizassem em grupos de 11. Ele tinha umas palestras, falava todas as sextas-feiras na Rádio Farroupilha em Porto Alegre, às nove horas da noite: Já falava no rádio: ‘se organizem em grupo de onze.’<sup>324</sup>

Comparando a fala de Ribeiro com os inquéritos feitos pela polícia política acerca dos Comandos Nacionalistas percebemos que existe uma contradição quanto à época da criação da denominação G11, uma vez que estes grupos, como foi referido, acima, foram mencionados pela primeira vez a partir de outubro de 63.

Além da Igreja, os Comandos Nacionalistas enfrentaram outro inimigo. A imprensa supervalorizou o movimento amplificando as supostas ações dos G11. Na maioria das vezes as matérias se referiam ao comunismo. “Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas.”<sup>325</sup> O que houve foi uma manipulação da informação pelos grupos conservadores donos da maioria da mídia impressa. Nesse sentido o episódio da Revolução Cubana contribuiu para alimentar, no imaginário dos grupos conservadores, a ideia de que o Brasil não estaria imune ao perigo comunista.

Nessa guerra anticomunista declarada pela imprensa de oposição, a figura de Brizola era tomada como inimigo maior contra o “estado democrático” brasileiro, como mostra essa matéria do jornal Notícias Populares de 15 de novembro de 1963:

(...) Na entrevista, disse o deputado do PTB que tomaria logo o Brasil por intermédio de uma revolução e expôs seus planos de governo (...) o político gaúcho afirmou com todas as letras que as suas ideias e os seus planos para o Brasil jamais poderiam ser postos em prática por intermédio de eleições e por meios pacíficos (...) o único caminho a ser adotado era o da insurreição popular<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> Ibidem.

<sup>324</sup> Depoimento de Trajano Ribeiro à autora em 26/04/2012.

<sup>325</sup> FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 543-583.

<sup>326</sup> Apud CESTARI, Larissa Raelle. A pedagogia política anticomunista no jornal Notícias Populares (1963-1964). *Revista Brasileira de História da Mídia (BHM)*. V. 2, n.1, janeiro de 2013. Artigo. Disponível em <http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/dossie/06.pdf>. Acesso em 23/01/2013.

Nesse sentido, as ações e os discursos do político gaúcho o transformaram num alvo privilegiado para seus opositores, justificando o golpe como último recurso para salvar a democracia. Como foi noticiado na primeira página do *Jornal do Brasil*, em 20 de março de 1964: “Na capital paulista, 500 mil pessoas participaram da *Marcha da Família com Deus pela liberdade* em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo.”<sup>327</sup> A matéria seguia dizendo que a “marcha foi uma resposta ágil e direta ao comício feito por João Goulart e os seus partidos na estação Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro”<sup>328</sup>, no dia 13 daquele mesmo mês.

Utilizei o jornal *Notícias Populares* e o *Jornal do Brasil* como representantes da maioria dos jornais impressos que, no período, buscavam incutir o medo e a insegurança em relação ao comunismo e o desejo de que esse perigo fosse eliminado. O que houve foi à construção da informação pelos grupos conservadores donos da maioria da mídia impressa, que a partir da década de 1960 participavam da pregação anticomunista. O engajamento em torno de um contexto político contrário ao comunismo e a Revolução Cubana era marca de alguns proprietários e jornalistas, como mostra Tannous:

(...) a mídia foi uma das responsáveis pela divulgação do fantasma comunista, exacerbando a divulgação de notícias sobre um caos administrativo que rondava o país, sendo necessário o restabelecimento da ordem. Ainda, é importante refletir que os posicionamentos contra o comunismo e as mudanças da estrutura da sociedade ocorriam devido à visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas.<sup>329</sup>

O resultado foi o desfecho de uma grande guerra anticomunista fomentada pela direita que se prepara para tirar Jango do poder, articulada pela ESG e o IPES. Esses órgãos foram os articuladores do golpe para a derrubada de Goulart, estabelecendo vínculos entre o grande empresariado e as forças armadas.<sup>330</sup> Sendo assim, a perseguição a supostos comunistas ganhou tal dimensão que se espalhou por vários setores da sociedade brasileira. O dossiê nº7 da “PASTA GUANABARA

<sup>327</sup> *Jornal do Brasil* edição 20 de março de 1964, primeira página. Disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640320&printsec=frontpage&hl=en>. Acesso em 23/01/2013.

<sup>328</sup> *Ibidem*.

<sup>329</sup> TANNOUS, S. A. A imprensa na derrubada do governo Goulart: 1963-1964. *Semina (UPF)*, V. 6, p. 1-15, 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigos.Um olharlocal.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigos.Um%20olharlocal.pdf). Acesso em 20/02/2012.

<sup>330</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo. Editora Ática. São Paulo. 1988, p. 56. Sobre esse assunto é interessante também observar o que diz René Armand Dreifuss em *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 361. O autor discorre que os ativistas dos IPES/IBAD, estavam ainda liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, estruturado a partir da oficialidade da ESG.

Nº 3” datado de 8 de maio de 1964,<sup>331</sup> revela uma infiltração comunista no extinto Serviço de Assistência Médica de Urgência do Estado da Guanabara (SAMDU), e uma suposta ligação de médicos e funcionários deste órgão com o G11, como mostra a “Relação dos ‘DOSSIER’ apensos”:

HOMERO NEVES DA TRINDADE. Médico, atualmente dando plantões às 3as. Feiras no Posto de Irajá. Leader grevista, sendo que na última greve em janeiro p.p., esteve em estreita ligação com a P.U.A. – C.G.T, A.M.E.G., A.M.F. Presidente da associação de classe, AESSANDU/GB. Nomeado para um dos hospitais do Estado pelo ex-deputado Waldemar Vianna de quem é amigo e foi cabo eleitoral na eleição passada. Diz não ser comunista, mas julgamos além do contrário, refinado oportunista e carrerista. Nome que fez parte de uma lista para substituição do antigo delegado regional e que foi apresentada ao senhor Raul Riff.<sup>332</sup>

O mesmo documento chama a atenção para os que foram classificados como “participantes ativos do Grupo dos Onze”<sup>333</sup>. Desse grupo são indicados os funcionários José Ordunha Fernandes e Juvenal de Oliveira que tinham por hábito ouvir as pregações de Brizola, em alto volume, durante o horário de serviço.

Desse ‘Grupo’, eram os mais fanáticos em seus plantões; Ouviam constantemente as pregações do Deputado Brizola através do rádio em alto volume, obrigando assim, outros membros da Equipe a ouvirem muitas vezes revoltados, tais pregações.<sup>334</sup>

O nacionalismo radical brizolista contribuiu para a disseminação dessas imagens na sociedade. Uma delas se referia ao dia do “desfecho” que estaria se aproximando, como mostra o porta-voz dos Comandos Nacionalistas, o jornal Panfleto.

Para Brizola, o “desfecho” seria o resultado de um “jogo de imagens”, em que de um lado haveria o povo formado por trabalhadores urbanos e rurais, além de militares intelectuais e estudantes que faziam parte do “povo”, que em suas lutas nacionalistas manifestavam-se contra o saque internacional. Do outro lado estava o “antipovo” uma minoria “poderosa e dominante” e “vendilhões de sua pátria”. Portanto, o momento era de decisão.<sup>335</sup> “Os espíritos estão inquietos, o Poder Público vacilante, as contradições sociais aguçadas, um processo inflacionário

<sup>331</sup> Dossiê n. 7 da Pasta Guanabara, n. 3, que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>332</sup> APERJ, Dossiê n. 7 da Pasta Guanabara, n. 3, p. 4.

<sup>333</sup> Ibidem. p.2.

<sup>334</sup> Ibidem.

<sup>335</sup> FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Artigo publicado na Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, nº 47, p. 198. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a08v2447.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

arrasta o povo ao desespero. (...) aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho.”<sup>336</sup>

Brizola com seu discurso antiimperialista cada vez mais radical e a grande quantidade de Grupos de Onze, que se formaram rapidamente em todo o Brasil, com certeza causaram grande preocupação e temores aos setores conservadores da sociedade, principalmente pela repercussão que tiveram entre as classes mais pobres. Além disso, o contexto de radicalização, tanto da direita como da esquerda, serviu para acirrar as posturas golpista de “salvar” o país da influência comunista.

#### 4.4 - A Influência da Mídia

A formação dos Grupos de Onze em nível nacional teve como principais fontes de divulgação a Rádio Mayrink Veiga e o jornal O Panfleto. Inspirado nos acontecimentos de 1961, a ala compacta do PTB, aproveitando o discurso brizolista, promoveu a veiculação de seus discursos, todas as sextas-feiras, às 21 horas, em programas da rádio Mayrink Veiga.

Não era a primeira vez que Brizola usava o rádio como resistência política<sup>337</sup>. Atitude essa já utilizada na Rádio Farroupilha em Porto Alegre, em 1961. “Ele tinha umas palestras todas às sextas-feiras (...) às nove horas da noite. Aquilo ia pelo interior a fora. Nego deitava na cama, ficava ouvindo. Dormia, acordava com Brizola falando.”<sup>338</sup>

O líder esquerdista utilizou-se do rádio para conclamar a população na formação desses grupos, da mesma forma como fez na Campanha da Legalidade, quando conseguiu mobilizar toda nação em defesa da Constituição. Conforme Baldissera, “a ampla divulgação dos Grupos de Onze através de uma cadeia de

<sup>336</sup> O PANFLETO. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, p. 8 e 9. Apud JORGE, Ferreira. *A Estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Artigo publicado na Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, nº 47, p. 198. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a08v2447.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

<sup>337</sup> O uso político do rádio no Brasil se deu no início do século passado tendo como pioneiro Julio Prestes, que buscava uma forma mais eficaz de se comunicar com seus eleitores para a campanha presidencial. Mas foi na era Vargas que o uso do rádio se firmou como meio de persuasão da população com o “programa do Presidente a Hora do Brasil, que durante anos figurou-se como um dos programas radiofônicos mais importantes do Brasil.” Ver artigo: *A História do Rádio na política Brasileira* de CIACCIA, Fábio e MANHANELLI, Carlos. Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/19/Carlos\\_Manhanelli\\_e\\_Roberto\\_Gondo\\_-\\_trabalho.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/19/Carlos_Manhanelli_e_Roberto_Gondo_-_trabalho.pdf)>. Acesso: 04/01/2012..

<sup>338</sup> Depoimento de Trajano Ribeiro à autora em 26/04/2013.

rádio, atingindo milhares de pessoas, contribuiu decididamente para repercussão política que obtiveram.”<sup>339</sup>

Neste contexto, vemos que o rádio foi usado como importante instrumento de politização popular por Leonel Brizola. Assim, o deputado conseguiu penetrar nos lugares mais distantes do país, propagando suas mensagens mais rapidamente. Pelos microfones da Rádio Mayrink Veiga, Brizola discursava todas as noites durante horas: “falava por quatro, cinco ou mesmo seis horas seguidas.”<sup>340</sup> Com o sucesso do programa, emissoras de diversos estados se filiaram à rádio e formaram a Cadeia do Esclarecimento. O resultado foi o aumento da audiência com “cerca de dez milhões de pessoas.”<sup>341</sup> Em seus longos pronunciamentos pela cadeia de rádio Mayrink Veiga o líder esquerdista conclamava o povo a se organizar para garantir a continuidade do governo Jango, bem como assegurar as reformas de base. Suas ações e discursos eram baseados na defesa do nacionalismo contra o capital estrangeiro.

Assustados, os conservadores em contrapartida decidiram “revidar, fazendo uma grande cadeia de rádio, a Rede da Democracia, reunindo as rádios Tupi, Globo, Jornal do Brasil (Rádio JB). Os apresentadores mais ilustres desta rede eram nada menos que Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro e Raul Brunini.”<sup>342</sup>

A reação de seus opositores não assustou o líder gaúcho. O nome de Brizola, como se referiu Ferreira, “transferiu-se, simbolicamente, para o domínio do legendário, elevado ao patamar de Homem Providencial, Guia, Salvador e, particularmente, Herói – mas não herói da normalidade, sim, o da exceção.”<sup>343</sup>

#### 4.5 O Porta Voz

Mas o rádio não era o único veículo de comunicação brizolista. A resistência e a luta de Brizola contra a espoliação internacional e os setores conservadores nacionais congregaram vários segmentos sociais. Para tanto era necessário a

<sup>339</sup> BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas Na Região do Alto Uruguai – RS*. Universidade de Passo Fundo/RS. Mestrado em História. 2003, p 12.

<sup>340</sup> FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 197. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a08v2447.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

<sup>341</sup> BALDISSERA, Marli. *Onde estão o Grupo dos Onze?* Artigo. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/onde-estao-os-grupos-de-onze>>. Acesso em: 10/10/2012.

<sup>342</sup> E FILHO, F. C. Leite. *El Caudilho Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 252.

<sup>343</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit., 2004, p. 197.

unificação de pessoas, idéias e ações em torno de algo que se tornasse porta voz desses ideais. Em 17 de fevereiro de 1964 Brizola lançou seu próprio semanário, o *Panfleto – O jornal do homem da rua*<sup>344</sup> que foi engrossar o número de publicações de esquerda. Fortalecido pelo rádio e pelo periódico de sua propriedade, Brizola tinha um público maior para os seus insistentes apelos em favor de medidas radicais (moratória da dívida externa, Assembléia Constituinte em vez de Congresso) junto ao seu cunhado presidente.

Segundo Szatkoski, o jornal *Panfleto*<sup>345</sup> foi o porta voz e a divulgação do movimento “Grupo dos Onze Companheiros” ou “Comando Nacionalistas”. Seus leitores podiam também encontrar em suas páginas a ata de inscrição de formação dos Comandos Nacionalistas. De acordo com o *Panfleto*, a organização do G11 era baseada em três princípios básicos: “defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional.”<sup>346</sup>

Neste contexto, de nacionalismo acirrado, Brizola retratava seu pensamento através das folhas desse jornal. Ele também contava com o apoio da sociedade civil e organizada, além de colunistas que partilhavam de sua ideologia política. O periódico traduziu a existência de uma ideologia do brizolismo trabalhista e nacionalista, que também esteve presente na rádio Mayrink Veiga.

O jornal *Panfleto* teve apenas sete edições. No dia 30 de março de 1964 saiu de circulação. Em seu último artigo, intitulado “A violência não partiu de nós”<sup>347</sup>, Brizola alertava aos seus leitores sobre o colapso que as liberdades políticas estavam enfrentando naquele ano de 1964.

O golpe ainda está em preparo – em preparo despudorado e sem rebuços. Mas a sua primeira conseqüência já a sofre o povo na própria carne, toda a vez que pretende exercer seus direitos constitucionais, toda a vez que busca apresentar, em praça pública, os anseios da minoria oprimida. A violência já está nas ruas. A violência já nos ronda as portas. E é preciso que fique bem claro, como um fato histórico de importância fundamental, que não fomos nós que a implantamos.<sup>348</sup>

<sup>344</sup> De acordo com o livro *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico* de Leite filho e Neiva Moreira, O *Panfleto*, o jornal do homem da rua era detentor de uma tiragem de 400 mil exemplares. O jornal era distribuído em locais de grande aglomeração, inclusive pelos próprios militantes dos Grupos dos Onze. Suas publicações traziam artigos e conclamações de Brizola e de outros membros da FMP. p. 255.

<sup>345</sup> SZATKOSKI, Elenice. *O Jornal o Panfleto e a Construção do Brizolismo*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2008, p. 87.

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 96.



Na defesa da democracia, Brizola utilizou a Rádio Mayrink Veiga e o Jornal Panfleto como veículos propagadores de seus discursos nacionalistas. Nesse sentido o apelo do líder esquerdista era: “Apelamos aos companheiros que façam a sua assinatura de PANFLETO.”<sup>349</sup> Na construção de um movimento popular, em defesa das reformas de base e contra o imperialismo, esses dois veículos foram imprescindíveis para a consolidação e manutenção do mobilização de diversos segmentos sociais em todo o país.

---

<sup>349</sup> Ibidem, p.87

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem de BRIZOLA era associada a um tipo de liderança que despontou, a partir de 1961 quando Jânio Quadros renunciou de seu cargo de presidente da República e o vice-presidente João Goulart ficou impedido de assumir o cargo, devido ao veto dos ministros militares. Esse episódio levou Brizola, então governador do Estado do Rio Grande do Sul, a iniciar a Campanha da Legalidade, em Porto Alegre. A partir de então, o líder gaúcho conseguiu mobilizar o povo através do voluntariado por meio da Rádio Guaíba e ao receber o apoio do III Exército levou Jango à presidência da República.

Entusiasmado com o resultado da Campanha da Legalidade, e com a certeza de que o Congresso não votaria a realização das reformas de base, Brizola lança a partir de outubro de 1963 até final de março de 1964, o Grupo dos Onze Companheiros ou Comando Nacionalista. Esses grupos comparados a times de futebol tiveram curta duração e grande repercussão política. Com a criação desse movimento, a ala conservadora do governo acreditava que o Brasil corria um risco iminente de uma revolução comunista, de tal maneira que os “Grupos dos Onze” eram vistos como autênticas células prontas para instalar o comunismo no Brasil.

Os discursos contundentes de Brizola ficaram guardados na memória daqueles que o admiravam como verdadeiro nacionalista e se uniam em torno do projeto nacional estatista. Por outro lado, o imaginário produzido na época pelos setores conservadores da sociedade e propagado pela imprensa comparou os G 11 a células comunistas.

Mas na compreensão dos integrantes desses grupos, a questão era outra. Ao organizarem células de 11 companheiros, eles entendiam que a meta principal da organização seria de mudar o país para uma política mais justa como afirma Rios: “Não queríamos revolta, mas lutar pelos nossos direitos. Muita gente entrou nessa acreditando que poderia mudar a situação dos trabalhadores e ajudar na implementação das reformas de base.”<sup>350</sup>

Na memória de Ferreira, as reuniões de que participou com seu grupo também refletem o entusiasmo das pessoas em se tornarem conscientes da situação em que se encontrava o país.

---

<sup>350</sup> Entrevista de João da Siva Rios à autora em 24/07/2012.

Politizávamos as pessoas, esclarecíamos o que estava acontecendo, pois sabíamos que um golpe estava em marcha. Havia ainda a expectativa de que Brizola se candidatasse à presidência, o que era proibido pela Constituição. Chegamos a fazer manifestação na Mayrink Veiga para que Brizola pudesse se candidatar a presidente.<sup>351</sup>

Não podemos descartar a possibilidade desse movimento organizado por Brizola conter um caráter eleitoreiro. Hipótese que não pode ser excluída, uma vez que é sabido que nos planos desse líder político estava a ocupação do Executivo federal.

No conjunto de depoimentos desses ex-integrantes, observa-se que a entrada dessas pessoas para o movimento foi movida por um sentimento de luta por melhores condições de vida. E diferentemente dos documentos apresentados pela Comissão Investigação da Polícia Política, os Grupos de Onze se deu sem nenhum preparo.

Independente do destino que cada integrante do Grupo dos Onze tomou, observa-se, na maior parte desses depoimentos que o crime do qual essas pessoas foram acusadas foi o de atender aos apelos de Brizola, fato que os levou a serem perseguidos, ou presos e torturados. O que se sabe é que, após o golpe, não houve nenhuma resistência armada dos Comandos Nacionalistas em nenhuma parte do Brasil. Nas fontes pesquisadas da Polícia/Política que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, nas publicações que falam a respeito do tema e nas entrevistas que foram realizadas, podemos concluir que esses grupos não estavam armados e não apresentavam nenhuma intenção nessa direção, muito menos estavam capacitados para uma intervenção paramilitar no país, tanto que após o golpe não se registrou nenhum caso de resistência armada dos Grupos dos Onze em nenhuma parte do Brasil.

Podemos crer que os Grupos dos Onze eram formados por trabalhadores, movidos pela bandeira do nacionalismo, e que não eram capacitados para luta armada. O único objetivo para eles era lutar pelas Reformas de Base e mobilizar a população para resistir a um possível golpe preparado pelos militares e civis conservadores. De acordo Boris Fausto “eram apenas uma tentativa de modernizar

---

<sup>351</sup> Depoimento de Paulo Ferreira Campos à autor em 24/07/2012.

o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado.”<sup>352</sup>

Diante do que foi exposto, percebe-se, que, na prática, coube aos Comandos Nacionalistas aguardar as “instruções.” E essas nunca chegaram, o que se refletirá na falta de ação desses comandos no dia 1º de abril.

O que vimos foi um movimento que teve suas características revolucionárias supervalorizadas. A organização brizolista não estava preparada para isso.

Acredito que os Grupos dos Onze foram usados como justificativa para radicalização da direita que resultou no Golpe civil/militar de 1964, que abortou qualquer tentativa de resistências desses grupos. O resultado foi a desmobilização de um movimento que não chegou a alcançar um nível de amadurecimento capaz de resistir ao golpe, como lembra ainda Ferreira.

No dia que se deu o golpe ficamos aguardando orientações sobre uma possível ação. Acreditei que nos procuraríamos. Fomos para rua, uns quatro ou cinco integrantes do grupo a procura de outros, mas ninguém apareceu. Não era possível enfrentar aquela situação sem um comando maior.<sup>353</sup>

Assim, as representações que acompanharam os Grupos de Onze associando-os a células comunistas e a grupos armados contra as instituições democráticas brasileiras serviram de pretexto para a direita golpista intensificar a campanha contra o governo e conseguir convencer alguns setores da sociedade de que a guerra revolucionária estava em curso no Brasil.

Dessa forma, os Grupos dos Onze foram formados dentro de um contexto político já radicalizado, e vieram a contribuir para aumentar esse clima de radicalização. Foram vistos pelas classes conservadoras e pelos militares conspiradores como uma prova da ameaça comunista que estaria invadindo o Brasil e utilizados para justificar o golpe.

Depois desse alarde as comissões de investigações não tiveram como comprovar que os Grupos de Onze representassem um perigo para o país, conforme argumenta Baldissera:

[...]nem que justificasse seu enquadramento no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional. Os pareceres finais da Justiça os inocentaram. Mesmo assim, continuaram

<sup>352</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001, p. 448.

<sup>353</sup> Depoimento de Paulo Ferreira Campos à autora. 20/02/2013.

sendo vistos como subversivos comunistas, o que pode ser verificado na literatura, principalmente aquela produzida pelos militares, que continuou tratando-os como grupos revolucionários prontos a desencadear a revolução comunista no Brasil.<sup>354</sup>

A falta de preparação desses grupos também pode ser observada no depoimento Muniz Bandeira ao CPDOC (2010), que revelou:

Ninguém sabia o que fazer com aquilo. Um dia, o Neiva Moreira, caminhando comigo na Rua São José, me perguntou: “O que nós vamos fazer com o Grupo dos 11, Moniz? Me diga o que nós podemos fazer”. Ele não sabia o que ele ia fazer. Foi uma tirada dele para se criar grupos de resistência etc., mas não tinha nem estrutura nem nada para dar.<sup>355</sup>

O próprio Brizola admitiu logo após o golpe, exilado no Uruguai, que o Grupo dos Onze era uma organização aberta de base popular. Segundo ele, sem nenhuma pretensão radical que viesse a alterar a ordem vigente no Brasil daquela época, a não ser de lutar contra aquela que se programava para derrubar a democracia no país, como mostra a matéria “Bate-Boca no Uruguai”, publicada pela revista *O Cruzeiro* em julho de 1964.

A matéria a que se refere à reportagem é sobre uma entrevista que Leonel Brizola concedeu por telefone ao jornalista Júlio César Cabalero do programa de televisão “Sala de Julgamento” como mostramos a seguir:

J.C. “Sr. Brizola. Qual a tendência e as ligações dos Grupos dos Onze?”  
L.B. “A organização dos Grupos de Onze era de base popular, de conteúdo fundamentalmente democrático, porque com uma finalidade expressa, aberta, pública, de lutar contra qualquer golpe, qualquer interrupção da ordem constitucional, e de bater-se por uma democracia autêntica e pelas reformas de base. Não era uma organização clandestina. Era uma organização aberta, pública. Não havia nenhuma organização escusa, nem uma organização secreta, nacional ou internacional. Puramente de conteúdo nacionalista e democrático.”<sup>356</sup>

A reportagem segue com Brizola confirmando, ao jornalista do programa, o envio de “instruções” pelos Correios aos “Grupos de Onze” e “diz que não há nada demais nele” e continua: “Permita-me, senhor: instruções, que foram remetidas pelo Correio, instruções que foram publicadas pela imprensa. Tudo foi publicado na imprensa, inclusive seu conteúdo. Tudo mais que se disser é improcedente.”<sup>357</sup>

<sup>354</sup> BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde Estão os Grupos de Onze? Os Comandos Nacionalistas Na Região do Alto Uruguai – RS*. Universidade de Passo Fundo/RS. Mestrado em História. 2003, p. 2003, p. 155.

<sup>355</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira*. Depoimento dado em 2003. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 93p. fita 2 – B. p. 49. Disponível em [www.fgv.br/cpdoc/historal/arg/Entrevista746.pdf](http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arg/Entrevista746.pdf). Acessado em 11/10/1012.

<sup>356</sup> Bate-Bôca no Uruguai. Revista *O Cruzeiro*, 11/07/1964. Arquivo da ABI/RJ, pp. 10-11.

<sup>357</sup> Ibidem.

Creio que posso concluir, nesta pesquisa em micro escala, que os Grupos dos Onze, fossem do campo ou da cidade, cujas demandas estariam ligadas ao projeto nacional reformista de Leonel Brizola, lutavam pelos mesmos interesses que eram: resistir ao golpe orquestrado pelos militares e civis conservadores da sociedade e lutar pela implementação das Reformas de Base.

Para esses trabalhadores, Brizola representava a conquista de seus direitos. No entanto, existia entre eles um objetivo comum decorrente de um projeto trabalhista iniciado com a política de Getúlio Vargas, conforme discorre Ferreira: “Com base no difuso ideário getulista, e indo além dele, a geração de trabalhistas liderada por Goulart ‘refundou’ o PTB, tornando-o um partido com feições que, em 1964, somente tenderia a radicalizar.”<sup>358</sup>

Assim, concluímos que a estruturação do Grupo dos Onze não foi uma organização visando à luta armada, mas, em todo o país, tinha o objetivo de apoiar as reformas de base e o governo de João Goulart contra um golpe dos conservadores, e, ainda, articular os grupos de esquerda em torno da candidatura de Leonel Brizola à presidência. Daí sua insuficiência para resistir ao golpe ou disputar o poder com o governo militar, o qual passou a reprimir estas organizações, inviabilizando o projeto de esquerda nacional-estatista.

---

<sup>358</sup> FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. 2ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. P. 138.

## REFERÊNCIAS

- ARMONY, Miguel. *Linha Justa. A faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.
- BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos dos Onze?: os comandos nacionalistas na Região Alto Uruguai*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Passo Fund. Rio Grande do Sul. 2003.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*, v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Tradução Suzana Martin. Rio de Janeiro/RJ. Editora Bertrnd Brasil. 1997.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 4ª edição RJ, Civ. Bras. 1978.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. SP, CEDEC/Brasiliense, 1989.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. POA, Editora da UFRGS, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1974.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. RJ, Zahar, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- DELGADO, Maurício J. Godinho. *Política trabalhista e sindicato no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Belo horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 1980.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio Janeiro. Editora da Fundação Getulio Vargas, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2007, coleção As Esquerdas no Brasil.

FERREIRA, Jorge . *A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990, p. 1.

\_\_\_\_\_. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas; alternativas democráticas à crise política 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

FILHO, FC Leite. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. 1ª ed. São Paulo: Aquariana, 2008.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. RJ. Fundação Getulio Vargas, 2005.

GOMES, Angela de Castro; **D'Araújo**, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. SP, Ática, 1989.

HIPPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas*. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). RJ, Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

MORAES, Denis. *A Esquerda e o Golpe de 1964: vinte cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1989;



NEVES, Lucilia de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS FILHO, Daneil Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

RIBEIRO, Cosme. *O carisma no espetáculo da política: a contribuição de Max Weber*. Disponível em: <<http://www.fiponline.com.br>>. Acesso em: 00/00/2012.

ROLIM, César Daniel. *Leonel Brizola e os subalternos das Forças Armadas brasileira: 1961-1964*. Tese de mestrado. Universidade Federal do rio grande do Sul. 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. RJ, Vértice, 1986.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estatização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1984.

SCHWARTZEN, Roger-Gerad. *O Estado espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1978.

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. UPF, 2003. Dissertação de Mestrado.

TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

WEBER, Max. *Ciência e Política Duas Vocações*. São Paulo. Ed.Cultrix. 2011, p. 57.

WELFORT, Francisco Correia. *O Populismo na política brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

## **SITES CONSULTADOS**

BALDISSERA, Marli. Onde estão o Grupo dos Onze? Artigo. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/onde-estao-os-grupos-de-onze>>. Acesso em: 10/10/2012.

Cartilha do Grupo dos Onze <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>. Acesso em 11/09/2012.

CESTARI, Larissa Raele. A pedagogia política anticomunista no jornal Notícias Populares (1963-1964). Revista Brasileira de História da Mídia (BHM). V. 2, n.1, janeiro de 2013. Artigo. Disponível em <http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/dossie/06.pdf>. Acesso em 23/01/2013.

FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 197. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a08v2447.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

\_\_\_\_\_. Jorge. *Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)*. Artigo. Disponível em: <[http://www.brasa.org/documents/brasa\\_ix/Jorge-Ferreira.pdf](http://www.brasa.org/documents/brasa_ix/Jorge-Ferreira.pdf)>. Acesso em: 10/10/2012.

Jornal do Brasil edição 20 de março de 1964, primeira página. Disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640320&printsec=frontpage&hl=en>. Acesso em 23/01/2013.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. O Jornalismo e o Golpe de 1964. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/>>. Acesso em: 12/12/2012.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Relativizando o Leviatã: Empresários e Política Econômica no Governo Jânio Quadros (jan-ag/1961)*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em 30 de abril de 2012.

MESQUITA, Mário M. C. *Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura*. Disponível em <<http://www.econ.puc-rio.br>>. Acesso em 30 de abril de 2012.

MUNTEL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (Orgs). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Ed. PUC. Rio. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/editorapucRio>>. Acesso em 15 de maio de 2012.

TANNOUS, S. A. A imprensa na derrubada do governo Goulart: 1963-1964. Semina (UPF), V. 6, p. 1-15, 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigos.Um\\_olharlocal.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigos.Um_olharlocal.pdf)>. Acesso em 20/02/2012.

**FONTES:**

Entrevistas realizadas pela autora.

Trajano Ribeiro é sobrinho do ex-presidente João Goulart. Estudou no Colégio Julio de Castilhos em Porto Alegre. Na época da Campanha da Legalidade era líder estudantil da UBES. Fez parte do secretariado dos dois governos de Brizola no Estado Rio de Janeiro. É fundador dirigente do PTB/RJ.

Nilson Venancio ex-integrante do PCB de Duque de Caxias. Ajudou a organizar Grupos de Onze em seu município ainda em 1963. Levou algumas listas para Rádio Mayrink Veiga com assinaturas de pessoas interessadas a participarem da organização Brizolista. É presidente da ANAPAP.

Nélio Menezes foi repórter fotográfico dos Diários Associados. Ex-integrante do PTB ajudou arregimentar pessoas para o partido e na formação dos G.11. Atualmente é diretor de patrimônio da ANAPAP. Ficou preso três meses na dependências do DOPS do Rio de Janeiro. Aguarda ser indenizado.

Dovino Miguel da Rocha. Ex-rodoviário fez parte da direção do PCB de Duque de Caxias. Fez parte dos Grupos de Onze, induzido por um grupo de estudantes universitários que o fez assinar a ata. Depois do golpe viveu na clandestinidade durante dois anos até ser preso em São Paulo sob acusação de ser comunista e pertencer aos Comandos Nacionalistas. É associado da ANAPAP.

João da Silva Rios trabalhava como fundidor na FNM. Foi convidado a participar dos Comandos Nacionalistas incentivado por um colega de repartição. Depois do golpe foi mandado embora da fábrica e teve dificuldade de arrumar emprego por ser reconhecido como integrante do G11. É associado da ANAPAP

Amyntas Enrique de Araújo. Também trabalhou na FNM. Entrou para o “grupo”, por achar que Brizola defendia o trabalhador. Foi preso em 1º de abril. Ficou preso incomunicável durante 30 dias. É Associado da ANAPAP.

Milton Lopes da Costa. Entrou para o Grupo de Onze ainda em 63. Tinha por hábito ouvir Brizola pela rádio Mayrink Veiga junto com seus vizinhos, quando resolveram formar o “grupo”. No dia do golpe ficou detido, durante um dia, na delegacia de Duque de Caxias, acusado de participar do movimento brizolista. Foi solto por insuficiência de provas. Nunca mais arrumou emprego de carteira assinada. Foi “aposentado como anistiado político”. É associado da ANAPAP.

Paulo Ferreira Campos. Brizolista confesso. Frequentava a rádio Mayrink Veiga para ver e ouvir o deputado falar. Organizou um Grupo de Onze no Rio de Janeiro e

defendia a campanha de Brizola para presidente. Foi preso na década de setenta por participar de outro movimento. Aguarda indenização do Estado

Rejane Armony esposa de Miguel Armony (falecido). Seu marido era estudante da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e fez parte dos Grupos de Onze. Segundo ela seu marido evitava comentar de sua participação no G11.

Alípio Cristiano de Freitas. Portugues e ex-padre da Igreja Católica Romana veio para o Brasil em 1957. Instalou-se no Maranhão e participou das Ligas Camponesas. Em 1963, já afastado da Igreja ajudou Brizola a organizar os Grupos de Onze, orientando no “trabalho de campo”.

## **LOCAIS DE PESQUISA**

Arquivo Público Nacional/RJ  
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
Fundação Alberto Pasqualine/RJ  
Biblioteca Nacional  
Biblioteca da UERJ (Maracanã)  
Biblioteca da UERJ/FFP  
Biblioteca da UFF

## **REVISTAS :**

*O Cruzeiro*, 8/8/1964. Arquivo da ABI/RJ  
*O Cruzeiro*, 11/07/1964. Arquivo da ABI/RJ.

## **ANEXOS**

Anexo 1 Depoimento de Alípio de Freitas

Anexo 2 Modelo de Ata

Anexo 3 Informe Grupo dos Onze

Anexo 4 Instruções Secretas